



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social – DECSO
Curso de Serviço Social

NATHALIA GONÇALVES

ESQUERDA AO CENTRO
As bases materiais de uma crise ideológica

Mariana-MG

2017.

NATHALIA GONÇALVES

ESQUERDA AO CENTRO
As bases materiais de uma crise ideológica

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dra. Estela Saléh da Cunha

Mariana-MG
2017.

G635e Gonçalves, Nathalia.
Esquerda ao Centro [manuscrito]: as bases materiais de uma crise ideológica
/ Nathalia Gonçalves. -
2017. 205f.:
Orientador: Prof. Dr. Estela Saléh Cunha.
Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.
1. Crise econômica. 2. Cidadania. 3. Mercado de trabalho. I. Cunha, Estela
Saléh. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 351

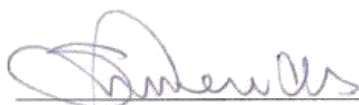
**ESQUERDA AO CENTRO:
As bases materiais de uma crise ideológica**

Nathalia Gonçalves

Orientadora: Professora Doutora Estela Saléh da Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 31 / 03 / 2017



Professor Mestre Rafael Santiago Mendes



Professora Mestre Regina Célia da Cruz



Orientadora Professora Doutora Estela Saléh da Cunha

*À todos que acreditam em uma sociedade para
além do capital, vocês me inspiram.*

À todos que não acreditam vocês me movem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por exatamente tudo.

Aos meus pais, Marcos e Negila, melhor parte de mim, pelo apoio constante, pelos abraços silenciosos e apertados a cada volta para casa, pelos conselhos a cada despedida, pelas críticas, por todo amor e incentivo, por sempre confiarem em mim e nos meus sonhos.

À minha irmã (e pessoa favorita no mundo) Bella, minha inspiração diária.

Às minhas avós, Penha e Cida, exemplos de vida.

Aos meus tios, Do Carmo, Cláudio, Ronaldo e Joaquim, por todo suporte.

Aos amigos de sempre, Julia, Isa Tassi, Isa Melo, Everton, Mary e Alysson que caminham comigo desde antes de eu saber aonde iria.

Aos novos amigos, presentes da UFOP, em especial, Stephanie, Julio Cesan, Luanna, Dani, Elanio, Nayla e Ione, pelas divagações para além da sala de aula. À Jacira, Luana e Camila, um agradecimento especial, por me acolherem, me aceitarem e me ajudarem a crescer durante esse tempo.

À República Luluzinhas, *onde encontrei um lar* e uma família, pelos melhores momentos, pelas risadas, lágrimas, infantilidades e amadurecimento compartilhados.

Ao homem que chamo de Amor, Almiro, pela presença incansável mesmo distante.

Aos lindos Pietro e Raissa pela esperança que carregam no olhar. Ao Davi e Diego, sobrinhos de presente.

À Jane pelo auxílio desde os primeiros períodos, e a todos os funcionários que contribuíram nessa jornada.

A toda equipe do CRAS São Cristovão, que me instruiu além da técnica.

Aos professores que deixaram um pouco de si em cada ensinamento.

Aos professores, mestres e, agora, colegas de profissão, Rafael, Esdras, Douglas e Adriane, pela paciência, amizade e cativante paixão profissional.

Não quero perder a razão

Pra ganhar a vida

Nem perder a vida

Pra ganhar o pão

*Não é que eu faça questão de ser feliz Eu só
queria que parassem De morrer de fome a*

um palmo do meu nariz.

Engenheiros do Hawaii.

RESUMO

O principal expoente da esquerda brasileira parece estar ao centro. Parece haver uma confusão de sentidos. Partidos inteiros se repartem. Partidos, se inteiram. Partidos sem norte. A crise é manifesta, mas não óbvia; o suposto esvaziamento ideológico da esquerda, forma como se apresenta, expõe superficialmente o esgotamento de seu conteúdo objetivo. Nesse sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso debruça-se sobre a referência ao trabalho pela esquerda e os limites e possibilidades dessa relação para perspectiva democrática de produção e reprodução da vida social e construção da cidadania, considerando sua vinculação historicamente delineada com o labor. Corrobora-se a necessidade de repensar as formas de luta, a partir de novas bases materiais frente a uma crise de caráter estrutural ancorada no desequilíbrio do processo de valorização, resultante de um sistema que esgotou qualquer hipótese civilizatória, cujas leis que o regem são as mesmas que o colapsam.

PALAVRAS-CHAVE: crise do trabalho, cidadania, esquerda.

ABSTRACT

The main exponent of the Brazilian left seems to be in the center. There seems to be a confusion of meanings. Entire parties are divided. Parties, they know. Parties without a north. The crisis is manifest, but not obvious; The supposed ideological emptying of the left, as it presents itself, superficially exposes the exhaustion of its objective content. In this sense, the present Work of Conclusion of Course is about the reference to the work by the left and the limits and possibilities of this relation for democratic perspective of production and reproduction of the social life and construction of the citizenship, considering its historical connection delineated with the work. It is corroborated the need to rethink the forms of struggle, from new material bases to a crisis of a structural character anchored in the imbalance of the valorization process, resulting from a system that has exhausted any civilizing hypothesis, whose laws governing it are the Which collapse.

KEY WORDS: work crisis, citizenship, left.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.CAPITAL X TRABALHO	14
1.1- Trabalho: Noções Preliminares	14
1.2- Crise do Trabalho: apontamentos históricos.....	15
2.TRABALHO = CIDADANIA	19
2.1- Cidadania: Percepções e perspectivas	19
2.2- Do trabalhador cidadão.....	20
3. PROCURA-SE ESQUERDA	26
3.1 Doze passos à direita.....	26
3.1.1- <i>Passos em falso: O golpe de 2016</i>	28
3.1.2- <i>Dois lados (e os rastros)</i>	31
4. DO DIREITO (CANHOTO) AO TRABALHO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

Era 1º de janeiro de 2003, e mais do que simplesmente expectativas de um novo ano, havia, em tudo expectativas de uma nova era; a Era Lula. Florescia em mim a certeza de que o Estado era do tamanho do povo. Treze anos se passaram, os motivos mudaram, mas essa certeza se fortaleceu. Não pelo Partido dos Trabalhadores, que resignificou a esquerda brasileira, mas pelo que ele representou para a classe trabalhadora, pelo menos durante os períodos eleitorais. Se essa representação parece efêmera, criou uma base imanente de resistência¹ que se sustenta frente ao golpe recente. Golpe que subverte a ordem para atacar a democracia.

A relevância desse estudo se agiganta ao passo que, partindo da análise do golpe de 2016 e remontando aos anos de governo do PT, busca-se clarear o uso do conceito “democracia”, embasado em uma compreensão de estado e política.

Isso porque, em um contexto onde discursos ecomocistas aparecem como verdades absolutas, a crença na democracia, é, no mínimo, perigosa. Isso porque toma-se como democracia a aliança entre capitalismo e direitos sociais. Nada mais ideológico². A redução de democracia à reformismo, afirmada por discursos petistas, por exemplo, é completamente funcional a ordem burguesa ao passo que esvazia o sentido do processo democrático, colocando esse conceito como uma forma de governo fechada que já chegou a seu limite. Cabe dizer, que a democracia que defenderemos ao longo desse estudo se inscreve no modo de produção capitalista, mas, mais do que isso, o precede e, como mostraremos, carrega em si potencialidade para superá-lo.

Nesse sentido, essa pesquisa é um debate necessário sobre democracia enquanto uma alternativa processual à ordem vigente, e se faz imprescindível na construção de uma nova sociabilidade, que deve (e pode) ser concebida nos marcos do capital, sociabilidade essa que só pode ser pensada na reflexão do significado do trabalho.

Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais

¹ Sobre isso ver “A resistência democrática não dá trégua aos golpistas”, de Jeferson Miola. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-resistencia-democratica-nao-da-tregua-aos-golpistas%2F4%2F36416>

² Ideológico no sentido apontado por Marx e resgatado por Marilena Chauí, de ocultamento do real a fim de garantir a dominação de uma classe sobre a outra.

pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149)

Esse procedimento lógico, inerente à condição humana, Marx qualifica como processo de trabalho. Os contornos singulares que esse procedimento adquire em períodos historicamente determinados adjetivam um novo processo; o processo de valorização. No modo de produção capitalista, o processo de valorização se objetiva na destituição de todos os meios necessários a sobrevivência do ser social, tornando-o livre para vender a única coisa que lhe sobra; sua força de trabalho.

A força de trabalho é pois uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. E porque razão a vende? Para viver. [...] Quer isto dizer que a sua atividade vital não é mais do que um meio para poder existir. Trabalha para viver. Para ele, o trabalho não é uma parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que outros utilizarão. (MARX, 1980, p. 18)

Eis a força motriz de produção e reprodução dessa ordem. Ancorado nela, arquitetou-se o conceito de cidadania tal qual o conhecemos na contemporaneidade, ou seja, a concretização da venda da força de trabalho assegurava, em certa medida, a condição de cidadão. Nesse sentido, os direitos fundamentais, para além dos direitos trabalhistas, estão amplamente vinculados a empregabilidade. Isso porque,

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e materiais. O conjunto destas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, 1977, p. 24)

Concomitantemente a “restrição” de cidadão aos que tinham acesso ao trabalho foram se desenvolvendo formas paliativas de assistir os que não eram capazes de manter seu sustento através dele. Logo, é verificável que todo o aparato legal de prerrogativas e

incumbências, no capitalismo, se consolidou a partir da dinâmica capital x trabalho. Sendo o segundo circunstância direta para sustentação do primeiro, e o primeiro determinante rudimentar do segundo em um movimento dialético e contraditório, considerando que “uma forma de compreender a cidadania é ver como ela se desenvolve juntamente com o capitalismo, pois estará também vinculada a visão de classe que o instaurou: a classe burguesa” (COVRE, 2002, p. 21)

As lutas e pressões em torno do acesso a cidadania pela via do trabalho são, portanto, uma constante na sociedade burguesa. Essas lutas, progressivamente, vêm sendo travadas no bojo estatal, através de movimentos organizados da classe trabalhadora. No entanto, o desemprego não alude à conjuntura atual e sim, à estrutura do próprio movimento do capital. O que não pode nos furtar da análise das especificidades históricas deste movimento.

A crise no mundo do trabalho hoje se refere a uma dinâmica em que as contínuas revoluções tecnológicas repelem trabalho vivo dos processos produtivos, confirmando a tendência já apontada por Marx de aumento da composição orgânica do capital¹.

Para além do aumento exponencial de uma massa de trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, a otimização da produção cria um volume desmesurado de mercadorias que não se realizarão. O capital chega a um impasse. A realização dessas mercadorias depende de consumidores que, substituídos pelas máquinas no processo produtivo, não possuem condições de comprá-las.

Como já sinalizado, se o desemprego era conjuntural, com possibilidades de reversão em momentos distintos, hoje ele se apresenta como permanente e irreversível (MÉZSÁROS, 2011). Essa nova configuração, resultado das tentativas da ordem burguesa de contornar as adversidades que produz, lança desafios à classe trabalhadora, que precisa repensar suas formas de luta, através da busca por novos conteúdos de referência que não se esgotem no acesso ao trabalho.

Nesse sentido, abordaremos a crise do trabalho como impulso primário da imprecisão da esquerda nos últimos anos, considerando os partidos políticos como expressão singular dessa luta.

Para além da análise dos partidos, especialmente os que configuram a esquerda brasileira, mostra-se primordial um exame sobre as percepções acerca deles, isto é, sua aparência, considerando o caos ideológico instaurado no país e suas proporções absurdas

¹“O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói.” MARX, 2012, p. 491

durante todo período eleitoral, que se corporificaram ainda mais após a acirrada votação, e se desenham dinamicamente na afirmação do impeachment da presidenta Dilma Roussef (Partido dos Trabalhadores - PT), afastada em agosto de 2016. A impressão que se tem é que há, no Brasil, dois projetos antagônicos em disputa, de um lado a salvaguarda inexorável (e, repentinamente, cívica) do capital, do outro a resistência comunista representada pelos partidos de esquerda, quando na verdade, as propostas de ambos, longe de dispare, são análogos.

1. CAPITAL X TRABALHO

Todo processo social de produção é também processo de reprodução, uma vez que só pode desenvolver-se em condições determinadas e isso se ancora em relações sociais. Portanto para entendermos o que reproduzimos cotidianamente é preciso que façamos uma análise acerca do processo de produção no qual estamos inseridos. Nesse sentido, o presente capítulo fundamenta-se, em um primeiro momento, na obra marxiana a fim de explanar o capital como relação social, e, por conseguinte, o processo de produção como processo de reprodução, conceituando o trabalho como pilar fundamental desse sistema e, eixo central cujas demais objetivações humanas gravitam ao redor. Após essa conceituação, abordaremos a crise do capital, como a crise do mundo do trabalho. Para tanto, objetiva-se expor as configurações assumidas pelo modo de produção capitalista enfaticamente na cena contemporânea, a partir de um breve retorno a sua historicidade, de forma a compreender os determinantes que possibilitaram suas novas delimitações, e abordará seus fundamentos essenciais tendo em vista o processo dialético de construção da realidade.

Faz-se necessário delinear, primeiramente, o modo de produção capitalista enquanto produto de um contexto específico da história e alicerçado, desde seu surgimento, a leis e tendências gerais que o definirão, sobretudo, a engrenagem que o consolida; a exploração do trabalho vivo.

Trabalho: noções preliminares

Trabalho, no seu sentido etimológico, é derivado do latim *tripalium*, nome dado a um instrumento de tortura caracterizado por três estacas de madeira. Do latim, o termo foi aperfeiçoado para o francês como *travailler*, cujo significado se assemelha a “sentir dor”². Essa conceituação do trabalho refere-se ao mesmo como sinônimo de não liberdade; o ‘trabalhador’, o escravo, o servo, destituídos, qual fosse a razão, de bens materiais eram submetidos ao labor. A origem etimológica da palavra, entretanto, não se manifesta na conceituação de trabalho, apresentado pelos dicionários³, atualmente. Dentre as 56 acepções

² Dicionário Etimológico. Disponível em:

³ Dicionário Aurélio: 10 diferentes acepções da palavra trabalho; 1) ato de trabalhar; 2) qualquer ocupação manual ou intelectual; 3) esmero, cuidado que se emprega na feitura de uma obra; 4) obra feita ou que se está por fazer; 5) labutação, lida; 6) o fenômeno da vitalidade de órgãos; 7) os exames, as discussões e deliberações de uma corporação, repartição, ect.; 8) trabalho de sapa; 9) trabalho arduo e oculto; 10) trabalho forçado. Dicionário Michaelis: 23 acepções, entre elas; conjunto de fenômenos que ocorrem em determinada matéria, produzindo alteração de sua natureza e forma; atividade humana caracterizada como fator principal da produção de bens e

de trabalho, 54 delas, não relatam sua verdadeira substância. É, no mínimo, irônico⁴ que o sentido original da palavra trabalho tenha se perdido justamente quando o faz mais sentido, no bojo da sociedade capitalista. Mas, justificável, isso porque há todo um aparato da classe dominante que busca justamente mascarar, de forma funcional, a questão do trabalho. Esse ponto (e seu ocultamento) é fundamental, pois a partir de uma compreensão precisa, engendra-se uma argumentação crucial sobre a base do capitalismo; a impiedosa exploração não somente do homem pelo homem, mas de uma força estranha que o enfrenta, como se fosse uma força independente do produtor, mas é, na verdade, objeto de seu trabalho (MARX). Portanto, seu ocultamento ou reconceituação implica projeções que atendem a necessidade de dominação do modo de produção vigente. Para além das demarcações dos glossários, há um esforço contínuo da burguesia para conceituar o trabalho como algo necessário ao enobrecimento do homem⁵, que o permite viver dignamente a partir de seu próprio suor⁶.

Se a realidade nos oferece os elementos supracitados, uma análise cuidadosa permite que esses elementos sejam concebidos em outras perspectivas, para além da aparência que adquirem.

A priori, trabalho expressa a relação inerente a condição humana entre ser e natureza, em sua forma mais espontânea e rudimentar, “é o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio natural com a natureza” (MARX, 2011, p. 211). Destarte, é também ação que transforma não só o mundo a sua volta, mas aquele que a realiza. Configura-se, assim, como categoria fundante do ser social, e de toda sociabilidade humana, sendo através dele, que se estabelecem as relações coletivas.

Essa explicação lógica, afirma o trabalho como categoria supra histórica que perpassa o desenvolvimento humano, imprescindivelmente, como inaugural da própria humanidade.

serviços. Dicionário Dicio: 17 acepções; entre elas reunião dos indivíduos que fazem parte da vida econômica de uma nação. Dicionário Priberam: 06 acepções.

⁴Boia-fria é o homem (ou a mulher) que sob sol escaldante desfere 3.498 golpes de podão (um tipo de facão) e realiza em média mais de 11 flexões de coluna por minuto para cortar 12,9 quilos de cana-de-açúcar. [...] Obviamente não faz porque quer, ou, ao menos, porque almeja. [...] A terra não é dele, a cana também não, talvez nem mesmo o podão. E para onde vai aquela cana e para que será usada? Isso não está em questão antes nem depois, muito menos durante tal atividade. Tudo o que dispõe é sua energia e a vontade existencial de mantê-la acesa. Por isso, põe o que dispõe em jogo e aguenta em geral, 15 anos... Quando não morre antes [...] Isso quer o boia fria faz é trabalho. (MENDES, 2015, p. 12)

⁵O uso da palavra *homem* para expressar *pessoa*, antes de expressar uma escolha “espontânea” representa uma opção consciente por entender que expõe uma característica medular do modo de produção capitalista: o patriarcado. A intenção não é, portanto, naturalizar o masculino genérico.

⁶A busca de explanações da palavra trabalho no dicionário e sua percepção surge a partir do entendimento de que, tendo como base e ponto de partida as possíveis percepções da classe trabalhadora, também os resultados e conclusões desse trabalho retornarão a ela, num processo dialético de construção.

“[...] ao transformar os recursos naturais em meios de subsistência, o homem modifica sua própria natureza. Nesse sentido, o trabalho permite uma metamorfose do ser natural para o ser social.” (GONÇALVES, 2015, p.18). Isto implica dizer que, para além das formas organizacionais das sociedades, o trabalho esteve presente como mediador dessas formas. Nunca, entretanto, fora ele a própria forma de organização.

Em ordens sociais precedentes, o trabalho, enquanto interação homem/natureza, ganha desenhos particulares. Porém, no modo de produção capitalista, pouco a pouco, o “trabalho” esgota sua própria substância. A satisfação de necessidades humanas a partir dessa interação, torna-se um objetivo secundário; trabalho no capital qualifica-se, meramente, pela produção de mais-valia. Isto é, trabalho excedente. Esse processo “é uma dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos”, (MARX, 2011, p. 581), tendo em vista que “só depois que os homens ultrapassam sua primitiva condição de animal e socializam até certo ponto seu próprio trabalho é que surgem condições em que o trabalho excedente de um se torna condição de existência do outro” (MARX, 2011, p. 580).

É somente na sociedade capitalista que o trabalho se torna o seu próprio princípio de organização, porque só nestas circunstâncias a produção, a respectiva ampliação e as exigências que dela derivam, se tornam a razão de ser da sociedade. Nas sociedades precedentes, a produção tinha o objetivo de criar riqueza material e concreta, mas a riqueza, por seu turno, encontrava-se a serviço a da reprodução da ordem social instalada. (JAPPE, 2006 p. 117)

O sistema capitalista metamorfoseia trabalho em força de trabalho, fazendo com que o mesmo não se expresse como categoria fundante do ser social, mas de todo um modo de produção. É a exploração dessa força de trabalho o sustentáculo primordial da engrenagem burguesa.

Logo, evidencia-se que o trabalho no modo de produção vigente é, tanto quanto gerador de mercadorias, célula das relações capitalistas (MARX, 2011, p. 57), gerador de valor. Eis que o próprio se torna mercadoria, e agora pertence àquele que pode pagar para tê-lo.

A força de trabalho é a mercadoria mais importante e singular de todo funcionamento do capital; a única capaz de criar valor à medida que é utilizada. O trabalho do homem não

pertence mais ao homem, sua força de trabalho é vendida por um salário, por vezes, tão mínimo⁷.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [...] O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2011, p. 828)

Deste modo, toda dinâmica de produção está ancorada no trabalho assalariado, o único elemento que realiza a máxima do capital; valorizar-se incessantemente. A contradição básica da ordem vigente expressa-se, portanto, na oposição capital x trabalho.

Crise do Trabalho: apontamentos históricos

Tendo em vista que a riqueza na sociedade capitalista é resultado da exploração do sobretrabalho alheio, cabe afirmar que geração de fortuna em um polo é proporcional a geração de miséria no polo oposto. Ou seja, o mesmo movimento que produz bonança, produz em mesma medida penúria.

O capitalismo, mesmo assentado no trabalho assalariado, o expulsa, paulatinamente, do processo produtivo ao passo que se amplia o desenvolvimento tecnológico. A necessidade de trabalho vivo como gerador de mais valor choca-se com a premissa do próprio sistema de enxugamento de gastos na produção, a fim de os capitalistas manterem níveis acirrados de competitividade.

Isso porque, a partir da contradição básica capital x trabalho, insanável e necessária a sua continuação enquanto ordem social, gesta-se tendências inteligíveis; dentre elas o aumento da concorrência entre os próprios capitalistas:

⁷“O salário é apenas uma forma dissimulante em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho por ela realizado durante uma jornada, de modo que o valor produzido por essa força em 6 horas de trabalho se exprime como valor de seu funcionamento ou do trabalho durante 12 horas “ (MARX, 2011, p. 43) “Na corveia distinguem-se, no tempo e no espaço, sensível e palpavelmente, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra. Na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensa o valor de seus próprios meios de subsistência trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado a seu dono. Todo seu trabalho tem aparência de não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, o mesmo trabalho excedente ou não remunerado parece pago. No primeiro caso, a relação propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo. No segundo, a relação monetária dissimula o trabalho gratuito do assalariado.” (MARX, 2011, p. 620)

A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e este, da escala da produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos. (MARX, 2011, p. 729)

A própria concorrência é efeito direto da propulsão a centralização de capitais:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção, com o comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalho. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. [...] Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção o número de capitalistas. [...] [Desta forma] a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social [e] a parte do capital localizada em cada ramo de produção reparte-se entre muitos capitalistas que se confrontam como produtores de mercadorias, independentes uns dos outros e concorrendo entre si. (MARX, 2011, p. 728)

A aceleração e aprofundamento dessas tendências evidencia que a crise do sistema capitalista, que antes se deflagrava de tempos em tempos, agora se torna constante, resultado, *sine qua non*, de sua própria dinâmica. A própria engrenagem que mantém o funcionamento da ordem burguesa engendra obstáculos a sua perpetuação. Destarte, a expulsão de trabalho vivo do processo produtivo, resultado inalienável desse processo, culmina em um fenômeno designado como exército industrial de reserva:

O exército industrial de reserva é composto pelos trabalhadores que não encontram compradores para a sua respectiva força de trabalho. A sua existência é condição e produto da acumulação. Essa população excedente da classe trabalhadora é de suma importância para a lógica capitalista, pois ao mesmo tempo, que apresenta um grande contingente de trabalhadores que pode ser recrutado em períodos de expansão e crescimento, também servem como um meio que pressiona os baixos salários e intensifica as formas de exploração dos outros trabalhadores ativos. (GONÇALVES, 2015, p. 24)

Nesse sentido, o exército industrial de reserva, ao contrário de supérfluo para o capital, fomenta a extorsão daqueles que (ainda) estão no processo produtivo, e amplia a sujeição ao trabalho. Por isto, o desemprego é, dialeticamente, consequência e tão logo artifício do mecanismo burguês, sua eliminação, portanto, é inexequível.

Por ser um metabolismo controverso, o capital, como já sublinhado, suscita suas próprias crises, e após seus períodos de estagnação e declínio, são desenvolvidas estratégias

para que a taxa de lucro se elevasse novamente. Essas estratégias possibilitaram, durante um período específico⁸, uma quase que plenitude de empregos. Porém, esse crescimento se esvaiu após trinta anos. Subterfúgios foram, então, redesenhados e aprofundados, a fim da retomada dos índices de crescimento. Essa crise que apresenta-se à época presente, não parece⁹, entretanto, capaz de evadir o fim do capitalismo¹⁰, principalmente ao se considerar que a ordem vigente, em sua ânsia demasiada por valorizar-se, o faz as custas da exterminação da própria vida humana.

A crise configura-se, *a priori*, na máxima do próprio sistema capitalista, a necessidade inerente do capital de trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, a negação que progressivamente se estabelece entre eles, tendo em vista que a não realização da mercadoria força de trabalho deve-se, não a um contexto conjuntural, mas a uma ordenação estrutural.

A alta produtividade que se desenrola desde os anos 70 impede o processo de funcionamento da valorização do capital. O capital precisa se reproduzir e essa reprodução só ocorrem quando força de trabalho é empregada na produção de mercadorias. Porém, a competição entre os capitalistas cria uma necessidade desenfreada de produção em tempo e custo menores, conseqüentemente, há a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Essa substituição torna massas de força de trabalho supérfluas.

A tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção. (MARX, 2011, p. 581)

O capital em si mesmo é, portanto, a contradição que anseia por minimizar tempo de trabalho necessário. Tempo de trabalho necessário é o tempo em que o trabalhador, no

⁸Os anos dourados, nome dado a segunda fase do Imperialismo, baseia-se na articulação entre consumo em massa e produção em massa, expressos nas formulações de Keynes e Ford. Foi durante esse intervalo que se presenciou índices animadores de crescimento econômico que começam a decair em meados dos anos setenta, reafirmando os limites do capital, impostos por suas contraditoriedades. São as mudanças operadas para superar a crise dos anos dourados que iram delinear a terceira fase do Imperialismo; o Capitalismo Contemporâneo. O Capitalismo Contemporâneo expressa o momento atual do capitalismo e se alicerça basicamente a três princípios: a acumulação flexível, a globalização e o ideário neoliberal.

⁹Em seu movimento contraditório, o próprio capital é uma caixinha de surpresas, mesmo com suas tendências inelimináveis não se pode afirmar seu fim como algo indubitável, até porque, parecer ser não reporta-se ao que é, embora seja parte determinante.

¹⁰“É certo, que durante muito tempo as contradições do capital eram obscurecidas, principalmente em períodos de expansão. Agora, essa realidade mudou muito. As promessas de progresso estão fadadas ao fracasso e os seus diversos problemas não podem ser mais neutralizados com tanta facilidade, pois, adentrou uma fase que acelera a sua incontrollabilidade com os efeitos da crise estrutural.” (GONÇALVES, 2015, p. 36)

processo produtivo, cria o valor que será despendido para pagamento da sua própria força de trabalho através do salário. Esse tempo é também a medida pela qual se calcula o tempo de trabalho excedente, que é, basicamente, o tempo em que a força de trabalho para além de transferir seu valor, consegue gerar mais valor, a mais-valia. Logo, em algum momento, aponta Marx (2011, p. 726) “um desenvolvimento das forças produtivas materiais [...] abole o próprio capital”.

Sendo o desemprego em massa o maior expoente dessa crise, fala-se vulgarmente em crise do trabalho, todavia;

Se o trabalho é algo supra-histórico, algo que existe desde que existe o homem e sendo este o fato que o diferencia do animal, o trabalho não poderia estar em crise. [...] Falar então de crise da sociedade do trabalho significa falar da crise de uma sociedade em que o trabalho é seu princípio de organização, sendo que a riqueza é medida pelas unidades de tempo de trabalho social necessário – e que, ao mesmo tempo, se encarrega de nega essa atividade. (MENDES, 2015, p. 42)

2. CIDADANIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A discussão subsequente perpassa o entendimento sobre a cidadania, noção primária, vinculação com direitos e alicerce no trabalho, através de um exame histórico, considerando-a como um produto social resignificado na sociedade moderna.

Percepções e perspectivas

Do trabalho assalariado enquanto sustentáculo da sociedade burguesa derivam as infinitas determinações que delineiam as relações sociais, uma vez que, processo de trabalho no modo de produção capitalista significa para além de uma dinâmica produtiva, a reprodução de uma sociabilidade integral, no sentido de que refere-se ao conjunto dos indivíduos independente da posição que ocupam nesse processo, embora com representações distintas para cada um deles. Isso porque, todo trabalho supera a si mesmo, tendo consequências que não se esgotam na objetividade do ato da fabricação, mas substancia uma relação vertical entre os homens (CEAD-UNB, p. 3).

Logo, pode-se dizer que mesmo aqueles que não estão efetivamente inseridos no processo produtivo, estão, completamente subjugados a ele, e, conseqüentemente, à sociabilidade que engendra. Pois (a) há a real influência dialética de um sobre o outro e (b) a suposta igualdade jurídica que mascara a desigualdade como produto do modo de produção vigente, demonstrando-a como alheia a essa ordem.

O indivíduo configurado como cidadão é, em geral, concebido ou representado como titular de direitos e obrigações em virtude de seu reconhecimento jurídico e moral objetivando nas instituições da ordem social e política vigente, isto é, ele é concebido como integrado ou em vias de se integrar à ordem. A sociedade, o Estado e suas instituições apresentam-se transfiguradas como se fossem personalidades naturalmente dotadas de consciência coletiva que condicionam, constroem e regulam moral e jurídica os indivíduos e grupos sociais acima ou independentemente deles como força exterior e estranha (ABREU, 2008, p.318).

Essa abordagem tende a, não por acaso, desistoricizar o conceito de cidadania, que, a priori, opunha-se radicalmente a noção de trabalho. Ser cidadão na Grécia Antiga, onde essa ideia foi construída, era qualidade dos homens livres que por não precisarem se ocupar com as atividades laborativas eram capazes de pensar e agir na vida pública, trabalho significava, portanto prática degradante, própria de homens não livres, peculiar aos escravos (PITHAN,

2015, 91). Destarte, a cidadania já estava ligada ao trabalho de modo material, uma vez que os cidadãos políticos só existiam porque havia uma salvaguarda produtiva e, de modo moral (MENDES, 2017)

A igualdade jurídica aparece então como um dos pilares da sociabilidade burguesa legitimando a liberdade do homem, que, despidido de todas as condições materiais objetivas de prover suas necessidades, pode vender a si mesmo. Eis a máxima da instituição do trabalho assalariado, que vigorara fortemente como base das revoluções liberais; todo homem é livre, logo, dono de si mesmo, “é proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho” (LOCKE, p. 47. Acesso em 12 de fevereiro de 2017)), livre, portanto, para vendê-la, caso queira, e vender, assim, as ações de seu trabalho. A lei é, então, estabelecida¹¹ para assegurar o direito *natural* à propriedade privada, não apenas de seu corpo e suas ações, mas de tudo que deles deriva.

Cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa, sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. [...] O trabalho estabeleceu uma distinção entre [a propriedade privada] e o bem comum, e lhes acrescentou algo além do que a natureza, a mãe de tudo, havia feito, e assim, eles se tornaram seu direito privado. (LOCKE, p. 42. Acesso em 09 de fevereiro de 2017)

“Agora a propriedade aparece como direito sobre o trabalho alheio e como impossibilidade do trabalhador de se apropriar do próprio produto” (MARX, 2011 p. 609).

Da noção de direitos, arquitetou-se a ideia de cidadania, tal qual é conhecida, esta é, pois, a afirmação de que todos os indivíduos gozam de garantias e obrigações, cujo objetivo é zelar pela harmonia social.

Verifica-se, portanto, que o entendimento de cidadania não nasceu na sociedade moderna, mas é na sociedade moderna que encontra eco a partir das Cartas Constitucionais (COVRE, 2002, p. 17) e, a partir das representações de Locke, torna autêntica a exploração do homem sobre o homem.

Do trabalhador cidadão

¹¹Considera-se como a primeira lei o Código de Hamurabi, uma compilação de 282 leis escrito por volta de 1772 a.C, na Babilônia, cuja sociedade era baseada na desigualdade de classes. O código tem, portanto, o objetivo direto de explicitar o que cabia a cada uma delas, e já trata inclusive da noção de propriedade. SANTIAGO, Emerson. Código de Hamurabi. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/codigo-de-hamurabi/>. Acesso em 02 de Março de 2017. A lei, tipicamente burguesa, pode-se dizer, que tem como um de seus fundamentos as concepções de John Locke.

Essa relação entre cidadania e trabalho livre, não se esgota nessa primária elucidação, que expõe o primeiro como efeito do segundo, ao passo que é o instrumento que o assevera e, concomitantemente, a causa do sucesso de seu estabelecimento¹². Isto é, a cidadania enquanto dispositivo que defende direitos e deveres iguais, entre eles, o direito considerado natural por Locke ao próprio corpo, podendo o homem vendê-lo, se for de sua vontade, advém da necessidade de se legitimar o trabalho livre e, é através dessa legitimação, que o trabalho livre é manifestadamente instaurado.

Fez-se necessária, com o alastramento do trabalho livre, e, em consequência disso, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a regulação do trabalho para além de sua validação. Vale ressaltar que, as protoformas das leis referentes ao trabalho ajudam a pensar a relação de que se tratará agora, são elas: o Estatuto dos Trabalhadores, em 1349, o Estatuto dos Artesãos, em 1563, a Lei dos Pobres, de 1531. Todas essas, estabeleciam “um código coercitivo do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) que visava:

Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver, obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido, regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração, proibir a mendicância dos pobres inválidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos oferecidos. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48)

Essas leis tinham por objetivo a manutenção da ordem na época e deixam claro o lugar que o trabalho ocupava naquele período. A época da Revolução Industrial, vigorava a *Spemhaanland Law*, que garantia um subsídio aos salários que estavam abaixo do valor local e assistência àqueles que não trabalhavam, embora, o cuidado com o povo era semelhante ao cuidado com os animais. Essa lei, impedia a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra (POLANIY, 2000 p. 99).

A outorgação da Nova Lei dos Pobres, de 1834, já posterior à Revolução Industrial, intentava, em contrapartida à *Spemhaamlad Law*, “liberar a mão de obra necessária à instituição da sociedade de mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48), como dito anteriormente, baseando-se nos preceitos de liberdade do homem, isentando, destarte, o Estado e a Igreja de toda e qualquer responsabilidade sobre a manutenção daqueles que não

¹²Quero dizer que a cidadania burguesa não é resultado direto das concepções lockianas, mas sua noção o é, tendo em vista que a igualdade jurídica que considera os direitos inalienáveis do homem é a base dessa cidadania.

trabalhavam. O trabalho, a partir daí, tornara-se o único meio de sobrevivência para aqueles que não dispunham da posse dos meios de produção. O trabalho, ou, melhor dizendo, a venda da força de trabalho, era a única forma de acesso a bens e consumos.

A nova Lei dos Pobres expressa a relação pertinente ao modo de produção capitalista entre trabalho e cidadania traduzido no fato de o primeiro ser condição básica de acesso ao segundo.

Cabe ressaltar que, com o advento dessa lei e, sem a devida regulação¹³ que impusesse limites aos capitalistas, ávidos por baratear a mão de obra e aumentar o lucro, as jornadas de trabalho se estendiam, de acordo com Marx, (2011, p. 284) em alguns casos, a 15 horas diárias. A entrada de mulheres e crianças no processo produtivo também não foi, a princípio, acompanhada de uma legislação específica. Porém se:

O capital, que tem tão boas razões para negar os sofrimentos da geração de trabalho que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. (MARX, 2012, p. 344)

Cabe aos operários, no embate imanente à luta de classes, fazê-lo adjurar suas reivindicações¹⁴. Destarte, afirma Marx, (2012, p. 312) “o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador”. Há, nessa luta, duas tendências convergentes, considerando que

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, a qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. (MARX, 2012, p. 307)

Isso implica reconhecer a importância da pressão dos trabalhadores para redução da jornada de trabalho, ao mesmo tempo, que a redução da jornada de trabalho precisava ser estabelecida para fins de maximização do próprio capitalismo, pois a substituição de mão de obra também se tornara um entrave a produção.

¹³“É preciso ressaltar que [...]de 1802 a 1833, promulgou o parlamento 5 leis sobre trabalho, mas, astuciosamente, não votou recursos para sua aplicação compulsória, para o quadro de pessoal necessária a sua execução, etc. Eram letra morta”. (MARX, 2012, p. 321).

¹⁴Apresenta-se, então, o caráter dual da lei: criada para ratificar a propriedade privada, ela é, inserida contexto de oposição entre capital x trabalho, também uma ferramenta para outorgar anseios da classe trabalhadora e frear, ainda que limitadamente, porem de forma essencial, o ímpeto desumano da produção burguesa.

O produto das pressões operárias, aliada a própria necessidade do capital, culminou na Lei de 1833, e, mais tarde na Lei de 1844, que contemplava também o trabalho das mulheres (MARX, 2012, p. 324).

Na contemporaneidade, essa relação trabalho e cidadania no sentido do primeiro ser a porta de entrada do segundo, se expressa, principalmente, mas não só, no princípio da Seguridade Social.

A primeira noção de seguro social foi criada por Bismarck, em 1883, com intuito de cooptar a classe trabalhadora; ela funcionava com o financiamento a partir de contribuições dos empregados, empregadores e Estado (TEIXEIRA, 1985). Esse sistema destinava benefícios aos operários e excluía o resto da população do gozo desses benefícios.

O segundo modelo de seguridade, datado da década de 40 do século XX, expresso no Plano Beveridge, reconhece a universalidade como fundamento da cidadania, estendendo os direitos àqueles que não estavam inseridos diretamente no processo produtivo (TEIXEIRA, 1985). Origina-se aí o *Welfare State* cuja uma das bases era prover, através do Estado, um mínimo necessário a reprodução de cada indivíduo.

Este modelo adequar-se-ia a uma política econômica de corte Keynesiano, que supunha o pleno emprego garantido pela intervenção estatal na economia como condição da eficiência do Estado de Bem-Estar Social, ao mesmo tempo em que o próprio sistema de serviços sociais constituir-se-ia em poderoso instrumento para implementação desta política de emprego. Além da pressuposição do pleno emprego, a adoção deste modelo implicava que o Estado assumisse em grande parte os custos do sistema, já que as contribuições individuais mínimas não dariam para cobrir encargos tais como saúde e o cuidado infantil. (TEIXEIRA, 1985).

A forte intervenção estatal abrandou as crises cíclicas, proporcionando trinta anos de crescimento nunca antes visto, nem nunca repetidos depois. A assistência prestada durante esse período ganhou contornos de direitos de fato e a ideia de cidadania foi amplamente difundida. A forma de produção também sofreu alterações baseadas no binômio taylorismo/fordismo, imprimindo às fábricas a sistematização do processo de trabalho através de linhas de montagem (PINTO, 2010).

A convergência do fordismo/taylorismo às ideias keynesianas e as melhorias geradas por esse binômio tinham um objetivo bastante claro; “afastar os trabalhadores de qualquer ideia socialista” (GONÇALVES, 2015, p. 30), uma vez que a alternativa ao capital ganhava adeptos ao redor do globo. O socialismo, implantado na Rússia em 1917, começou a ganhar

adeptos após o fim da 2ª Guerra Mundial, nascia assim uma luta muda, mas axiomática pela hegemonia mundial.

O sistema de *Welfare State* nos países centrais entrou em colapso no início da década de 70, com o esgotamento da política de pleno emprego e o aumento da recessão (HARVEY, 2002). Novamente, o capital precisou se reestruturar na busca de reverter a queda da taxa de lucro.

A ampliação da cidadania experimentada na fase do *Welfare State* foi, paulatinamente, minimizada, de acordo com as respostas da burguesia à crise. Engendra-se a acumulação flexível (HARVEY, 2002), baseada em um modelo de flexibilização da gerencia do trabalho, da linha de produção, das relações trabalhistas, do consumo e da cultura (MENDES, 2017). O fordismo fora substituído por uma produção pautada na demanda (toyotismo). Nessa lógica, o trabalhador, que antes tinha uma função específica no processo produtivo, deve se tornar polivalente.

Estão definidos, então, os pilares que regem o capitalismo contemporâneo; a acumulação flexível e a financeirização expressa por Gonçalves (2015, p. 34) como:

[...] um mecanismo viabilizador das estruturas da economia mundial que encontra amparo na ampla concentração do sistema bancário e financeiro. A rota das finanças aplica a lógica de que o capital-dinheiro deve gerar mais dinheiro por si só, expressão radical do fetichismo presente na sociedade capitalista: dinheiro que deve gerar dinheiro acrescido, expulsando de forma crescente o capital variável do sistema produtivo.

Esses fatores combinados, sob a égide neoliberal de entendimento do Estado confluem na desregulamentação das leis trabalhistas, o que tem impactos ainda mais rígidos nos países periféricos como o Brasil, onde os direitos que ainda estavam sendo implantados são tolhidos rigorosamente.

A relação entre trabalho como condição de acesso a cidadania no Brasil é visível, principalmente a partir da análise das iniciativas governamentais que são elaboradas na Revolução de 1930, fato que significou “um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 105). O poder público centrava suas ações na “ampliação de novos empregos assalariados protegidos pelas leis sociais e trabalhistas” (POCHMANN, 2008, p. 33). Isso porque “no pensamento idealizado liberal permanecia a idéia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar o trabalhador informal, tido por vadio”, afirma Sposati (2007, p.12). Além disso:

Num país com população majoritariamente rural, como era o Brasil até os anos 60 do século passado não se chegou a incluir nos direitos sociais os trabalhadores rurais. No que respeita aos trabalhadores urbanos, vinculou os direitos sociais ao emprego regulamentado, excluindo, portanto, os desempregados e os trabalhadores informais, e segmentando e hierarquizando esses direitos de acordo com o status profissional de cada um - a aposentadoria, o atendimento médico-hospitalar, a política salarial, tudo dependia da condição do trabalhador como industriário ou comerciário, bancário ou portuário, "celetista" ou servidor público e assim por diante. Sob a ditadura militar e após a democratização, alguns direitos sociais foram estendidos ao campo, mas, já então, crescia o desemprego, o subemprego e o mercado de trabalho informal - essas chagas que foram ampliadas pelo neoliberalismo. (JUNIOR, 2006, p. 19)

A cidadania então se restringe na contramão à tendência apresentada no *Welfare State*, com o enxugamento dos recursos destinados a expansão dos benefícios da classe trabalhadora. A flexibilização na acumulação lacerava as relações contratuais, não resolvendo o desemprego que agora se torna estrutural. A assistência concernente aos que não podem por meio do trabalho suprir suas necessidades básicas, que só se efetiva como direito constitucional em 1988, é coibida, o acesso a essa assistência é atravancado. A história se repete, agora, como farsa (MARX, 2015). O trabalho, é, novamente, a única forma do homem prover sua subsistência¹⁵.

¹⁵ Tendo em vista que todos os programas destinados a desempregados, trabalhadores informais, etc, apesar de necessários, não dá conta de garantir o mínimo necessário a uma vida digna. Sobre isso ler: Salário mínimo deveria ser... Disponível em <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/10/06/salario-minimo-em-setembro-deveria-ser-de-r-401308-segundo-dieese.htm>. Acesso em 08 de março de 2017.

3. À PROCURA DA ESQUERDA

Delineado o entendimento sobre a relação entre trabalho e cidadania, o terceiro capítulo contempla os partidos políticos, expressões privilegiadas de análise da correlação de forças dentro do Estado e seus planos de governo concernentes a disputa eleitoral à presidência em 2014, no intuito de verificar as estratégias de luta e propostas no que se refere ao enfrentamento do desemprego.

Posteriormente, apresentar-se-á a luta pelo “direito ao trabalho” como uma tática caduca, tendo em vista que a possibilidade de acesso ao trabalho é paulatinamente ínfima considerando que sua crise tem bases estruturais, pois expressa a crise de toda uma forma de sociabilidade.

Doze passos à direita

De 2002 a 2014, o governo petista surpreendeu por manter as relações neoliberais iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), e mais do que isso, aprofundá-las. Esses doze anos em nada ameaçaram o capital nacional e estrangeiro.

Partamos do real, daquilo que se revela a olho nu, da aparência da ação prática para chegarmos a sua essência. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), em agosto de 2016, é a legenda do suposto esgotamento “ideológico”¹⁶ da esquerda no Brasil¹⁷. A tensão tomara conta do país ainda no período eleitoral, como se houvesse dois projetos antagônicos em disputa, um essencialmente comunista¹⁸, (PT) e outro, civicamente burguês (PSDB).

É verdade que a aparência do fenômeno também diz muito sobre ele; é uma parte importante se se deseja desvendar sua totalidade (MARX). Destarte, faz-se necessário ressaltar, brevemente, a história de cada um deles, o que vai permitir uma noção das concepções elencadas a identidade de cada um dos partidos citados.

¹⁶Ideologia enquanto “visões sociais de mundo, seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas”, conforme afirma Lowi (2000, p. 13)

¹⁷A esquerda da América Latina, como um todo, encontra-se fragilizada. Sobre isso ler: A direita vai com muita sede ao pote, de Antônio Luiz Costa, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/884/com-muita-sede-ao-pote>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

¹⁸Sobre isso ler: O golpe comunista 2014. Disponível em: <http://desmascarandoaesquerda.blogspot.com.br/2013/05/golpe-comunista-2014-no-brasil.html>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

O Partido dos Trabalhadores foi fundado por militantes, artistas e intelectuais em meio a ditadura militar, em 1980, justamente para fazer frente a ela. Segundo Mendonça, (2011):

No artigo primeiro de seu estatuto, o Partido dos Trabalhadores define-se como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo democrático, que se caracterizaria como uma ordem social na qual não existiria exploração, dominação, opressão, desigualdade, injustiça e miséria. O meio para atingir esse fim: as lutas por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais¹⁹.

O Partido da Social Democracia Brasileira, que tem sua origem em 1988, defende, como diz seu nome, reformas dentro do sistema capitalista (CARDOSO, 1990). Embora originalmente de “centro esquerda”, o PSDB mostra-se cada vez a direita:

Em junho de 1988, mês da fundação do PSDB, o ex-deputado tucano Nelson Friedrich, hoje no PV, definiu assim o perfil dos integrantes do partido que acabava de nascer: “Felizmente temos já um perfil ideológico claro: de liberais progressistas, de sociais democratas e de socialistas democráticos”, resumiu sob aplausos da plateia, formada por pessoas como Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Mais de 26 anos depois, integrantes da mesma legenda estão em meio a um processo de aproximação com a extrema direita que culminou com a participação ativa nos protestos que ped[iam] o impeachment presidencial, mesmo diante de eleições legítimas, e intervenção militar no Brasil. [...] Para o cientista político Francisco Fonseca, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o PSDB deixou de ser um partido de centro-esquerda e está, cada vez mais, à direita no espectro político. “O PSDB saiu do centro para a direita de cabeça. É um partido que se originou nas modernas classes médias, representada em Mario Covas e o Fernando Henrique daquela época, que era um professor de Sociologia antenado com as questões urbanas”, afirma. “Agora não. Virou um partido reacionário que flerta com essa extrema direita”, argumenta. (TRUFFI, 2014).

O PT, enquanto isso, um dos principais representantes da esquerda brasileira, se aproxima do centro e se afasta, cada vez mais, dos princípios basilares de sua criação. Essa aproximação se revela, de acordo com Carlos Árabe e André Singer (apud Agência Estado, 2017), na “Carta ao Povo Brasileiro”, antes do início do governo de Lula, em 2002, que expunha que o governo aderiu uma postura de “não agressão em relação aos capitalistas”, um modelo baseado em reformas que não confrontava o capital (Agência Estado, 2017).

As alianças feitas pelo PT também mostram isso claramente. Na campanha de Lula de 2002, o PT filiar-se ao Partido Liberal (PL), por uma imposição do próprio candidato, ainda

¹⁹ No site do partido no tópico referente a História, entretanto, não há nada que faça alusão a prospectiva socialista. Disponível em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 02 de março de 2017.

que com ampla resistência de outros membros do partido (MACHADO, 2004). Essa aliança tinha por objetivo criar um espectro de confiabilidade no governo pela burguesia brasileira:

[...] A ideia era que sem isso seria impossível ganhar as eleições, e ainda mais impossível governar. [...] Com eleição de Lula à presidência, *consolidou-se ainda uma mudança drástica na correlação de forças no campo da esquerda brasileira*, e em particular no interior do PT: os setores que resistiam ao abandono de um projeto socialista perderam força. *As pressões para a adaptação à ordem cresceram enormemente.* (Idem, grifos do autor).

Na eleição posterior, em 2006, o PT coligou-se com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e PL²⁰, revelando tendências contraditórias, como na eleição passada, e confirmando a estratégia adotada anteriormente de não ruptura com o modo de produção capitalista.

Passos em falso: O Golpe de 2016

O teor dual das alianças se estenderam durante os quatro mandatos do PT na presidência. A fragilidade dessas alianças se elucida enfaticamente no segundo governo de Dilma Rousseff, a partir de 2014, quando, com 51,64% dos votos ela derrotou Aécio Neves (PSDB) no segundo turno, configurando a disputa mais acirrada da história brasileira.

A margem mínima e a crise econômica desenhavam um contexto desfavorável, qual fosse o ganhador. O escândalo da Petrobrás, as sucessivas descobertas de casos de corrupção, a perda de apoio constante dos movimentos sociais que fortaleciam o PT, pintaram um cenário de enorme insatisfação política.

Protestos organizados por grupos que se caracterizavam como anti-partidários, encheram (mas nem tanto quanto a PM informava) as ruas em março de 2015 pedindo o fim da corrupção – leia-se petista – e o afastamento da presidente²¹. Grupos também reivindicavam intervenção militar.

20 Fonte: JusBrasil. Disponível em: <https://tre-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3959006/registro-de-candidato-reg-6363-sp>. Acesso em 08 de março de 2017.

21 Sobre isso ler: Brasil vive dia de protestos contra Dilma, de Miguel Martins para Carta Capital, 03/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-vive-dia-de-protestos-massivos-contradilma-4764.html>

As pressões corroboravam a correlação de forças em Brasília. Em julho 2015, de houve o rompimento do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) com Dilma. Cunha, um mês após o rompimento, é denunciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato²². Posterior a denúncia e ao voto favorável do PT à abertura do processo contra o peemedebista no Conselho de Ética por suposta quebra de decoro parlamentar, processo que o levou a renúncia do cargo em maio de 2016, Cunha aceitou o pedido de *impeachment* de Dilma, do qual tinha conhecimento desde outubro, sob alegação de crime de responsabilidade fiscal (CARTA CAPITAL, BBC BRASIL, 2016)²³.

Cunha é do mesmo partido de Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rouseff até então. A sustentação do poder político em pactos se retrata ainda mais perigosa.

As ruas seguem, divididas, à direita camisas verdes e amarelas, bandeiras nas mãos, apelos aflitos por ordem e progresso. À esquerda (ou seria ao centro?), entre o verde e o amarelo, estava presente o vermelho, os pés no chão, gritos agudos, mas abafados. Mas isso é o que se vê, e é tão importante quanto o que o visível esconde, faz parte do que não está explícito, do que é. O perfil traçado pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da Universidade de São Paulo, USP²⁴ (apud TRUFFI em CARTA CAPITAL, 2015), mostra bem isso; eram do lado direito, majoritariamente homens (57,30%), brancos (73,60%), com idade entre 30 e 60 anos (59,2%), renda familiar superior a R\$ 3.940 reais (70,9%) e alto nível de escolaridade (65,40%).

Em 07 de dezembro “vaza” uma carta enviada à presidente Dilma por Temer, definida pelo mesmo como um desabafo, a carta “é um festival de vaidade e magoas explicitas. Você não nomeou fulano, demitiu meu amigo, foi ver não quem e não me levou” afirma Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista – PDT) em entrevista a Carta Capital (MARTINS,

²² “A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.” Entenda o Caso Lava Jato. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>.

²³ Links referenciados na bibliografia.

²⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

2015). Enquanto a relação entre a presidente e o vice mostrava-se enfraquecida, os laços entre Temer e Cunha mostravam-se muito firmes (Idem), o último a propósito, demonstrava ter um controle quase absoluto sobre todo o país, usando suas cartas para intimidar inimigos políticos que não estão dispostos a fazer seu jogo:

Cunha é acusado de beneficiar-se pessoalmente do esquema de corrupção da Petrobras. A história é repetida e confirmada por vários delatores da Lava Jato. Em julho passado, Júlio Camargo, executivo da ToyoSetal, afirmou a Justiça Federal no Paraná que o deputado exigiu 5 milhões de dólares decorrentes de contratos para construção de navios-sonda da estatal. [...] Eduardo Cunha, em qualquer lugar do mundo estaria em maus lençóis. Sorte dele viver no Brasil. (CARTA CAPITAL, 2015).

Concomitante a isso, o processo de impeachment acolhido pelo Presidente da Câmara não tinha, sequer, sustentação legal. “Podem ter até havido irregularidades formais, mas não configuram crime de responsabilidade”, afirma Dalmo Dallari, (apud PUFF, 2015). A inconstitucionalidade do impedimento, e sua afirmação se deu, destarte, muito mais de acordo com as tensões políticas do que com a própria Constituição Federal.

Lowi (2016) aponta que o *impeachment* foi uma medida precipitada da direita brasileira, que apesar dos ganhos que teve durante os governos petistas, queria que medidas mais drásticas fossem adotadas.

Tão importante quanto Cunha na consolidação do impeachment foi a mídia (SANTOS, 2016). As manifestações pró *impeachment*, inclusive, eram reflexos disso; antes de expressar a vontade “popular” – ainda que de uma classe determinada – eram criações de um imprensa claramente parcial.

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff. (LOPES, 2016, p. 97)

Tendo em vista os elementos brevemente citados, é redundante afirmar que o que ocorreu no Brasil em pleno ano de 2016 não tem outro nome a não ser *golpe*²⁵.

²⁵ Vale destacar que o golpe enquanto atentado à democracia demonstra o potencial que carrega, e concomitantemente, o entrave que essa representa na implantação da política neoliberal. (LOWI, 2016 p. 52)

Cabe dizer, que a sorte de Eduardo Cunha, assim como sua “amizade” com o agora presidente interino Michel Temer, não durou muito mais tempo. Ele foi preso preventivamente em outubro passado, e, como parte de sua defesa nos processos que é acusado, enviou a Temer dois questionários, um de 41 perguntas das quais 21 delas foram barradas pelo Juiz Sergio Moro e o outro com 19 perguntas que o Juiz Vallisney de Souza Oliveira alegou que Temer poderia optar por não responder as de teor “impertinentes e autoincriminatórias” (CARTA CAPITAL, 2017).

A prisão de Cunha, embora muito esperada pelos setores da esquerda brasileira, antes de revelar uma vitória da suposta luta anti-corrupção, gerou preocupação no sentido de ser uma tentativa de mostrar a Operação Lava-Jato como imparcial.

Dois lados (e os rastros)

Conforme mencionado anteriormente, o ódio generalizado visto nas ruas passava a impressão de que o que estava em jogo eram projetos completamente antagônicos. Para refutar essa ideia, os programas de governo do PT e do PSDB serão mostrados na sequência, fazendo alusão as propostas referentes a um ponto específico: trabalho/emprego.

O programa de governo de Dilma Roussef de 2014 tinha como lema a sentença *Mais Mudanças, Mais Futuro*. O documento é dividido em uma introdução intitulada “Os 12 anos que transformaram o Brasil”, e depois em duas partes, a primeira intitulada “Grandes mudanças, o ponto de partida para mais transformações” e a segunda intitulada “O novo ciclo histórico”.

A introdução destaca que os governos Lula e Dilma se consolidaram como “gestões comprometidas com a garantia do direito a cidadania” (PT, 2014), e assenta essa nova gestão em dois pilares básicos do modelo petista de regência a solidez econômica e a amplitude das políticas sociais e um terceiro pilar, inédito, a competitividade produtiva.

A competitividade produtiva, segundo o plano, seria alcançada através dos “investimentos em produção e consumo de massa, investimentos em infraestrutura social e econômica”, na desburocratização, na Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa competitividade visa trazer avanços, dentre outros, na qualidade do emprego, no estímulo ao empreendedorismo, na efetivação do crédito, pontos centrais do Programa de Governo, como se verificará adiante.

A primeira parte tece uma apreciação dos avanços feitos nos mais diversos setores nos governos Lula e Dilma, sublinham-se as ações que tangem ao empreendedorismo:

As iniciativas dos governos Lula e Dilma para o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento das micro e pequenas empresas merecem destaque. Em 2006, o Simples Nacional foi implantado, dando consistência prática à previsão de tratamento diferenciado contida na Constituição Federal. Em 2008, foi instituído o Microempreendedor Individual (MEI), para trazer para a formalidade milhões de pequenos negócios. O governo Dilma cuidou muito do aprimoramento dos mecanismos de apoio ao empreendedorismo. Aprimorou a legislação da pequena empresa e do microempreendedor individual, ampliando em 50% o limite das faixas para enquadramento no Simples Nacional. No caso do MEI, houve também redução da alíquota de contribuição para o INSS para apenas 5% do salário mínimo. Com isto, hoje já são 4,16 milhões de brasileiras e brasileiros no MEI que trabalham por conta própria formalizados e protegidos pela Previdência. Outras 4,7 milhões de empresas são micro e pequenas que se beneficiam do Simples Nacional. (PT, 2014)

Ainda na primeira parte, o Partido disserta sobre a singular fase que o Brasil experimentou até maio de 2014, referindo-se a empregabilidade:

Em todo o período Lula-Dilma, até maio de 2014, o País gerou 20,4 milhões de novos empregos. Enquanto, em todo o mundo, a crise eliminou 60 milhões de empregos, de 2008 até hoje, no Brasil 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram criados. No governo Dilma, até maio de 2014, foram gerados 5,05 milhões de empregos formais. Desde 2003, a taxa de desemprego declinou até chegar a 4,9% em abril de 2014, considerada uma situação de pleno emprego. De 2003 até hoje, a renda do trabalhador cresceu 70% acima da inflação²⁶. Outro marco histórico dos governos do PT e de seus aliados. (PT, 2014)

Atentar-se-á agora a segunda parte do Plano de Governo, onde as propostas para os próximos quatro anos são apresentadas de forma mais enérgica. Uma das principais alude ao empreendedorismo novamente:

[...] incentivaremos o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia que impõe um alto custo para as empresas [...] o empreendedorismo continuará ganhando imenso apoio no segundo mandato da presidenta Dilma. (PT, 2014)

Salienta-se que haverá um dispêndio de recursos para o CRESER – programa instituído pelo Governo Federal que facilita o crédito tendo como público-alvo os

²⁶ Apesar disso, é pertinente a afirmação de Pochmann, (2008, p. 23) que nos últimos 25 anos o salário mínimo perdeu 50% de seu poder aquisitivo e o desemprego aberto foi multiplicado em 3,5 vezes.

microempreendedores individuais, microempresas e empreendedores informais (SEBRAE, 2016). A facilitação do crédito é uma resposta imediata à crise de valorização, tendo em vista que “não há trabalho, não há lastro para o consumo das mercadorias produzidas, não há extração de mais valia, não valorização na produção” (MENDES, 2017), logo, o estímulo ao consumo é imprescindível, além de corroborar o setor financeiro através do capital fictício (Idem).

Haverá também, de acordo com o Programa, incentivo para que micros e pequenos empreendedores ingressem no Pronatec – programa que, em parceria com as redes federais, estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica, Serviço Nacional de Aprendizagem e instituições privadas, oferece cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos (MEC). A referência ao Pronatec e sua relação com o emprego volta a aparecer na página 30:

A política de mudança na qualidade do emprego também terá forte apoio da educação. A criação de mais de doze milhões de vagas para cursos técnicos até 2015, na segunda fase do Pronatec-2 opera no sentido de qualificar trabalhadores. (PT, 2014)

Inclusive, essa é uma pauta em que o PT tem tido êxito ao longo dos mandatos anteriores, porém, o escopo da qualificação da mão de obra é a transferência da responsabilidade pela inserção profissional ao trabalhador, num sentido individual, escamoteando o fenômeno do desemprego estrutural (PEREIRA; SOUZA, 2008, p. 74). Em vista disso, o tema Trabalho aparece também na parte destinada a tratar da Educação ao afirmar que o investimento na qualidade e a ampliação do acesso ao ensino “continuará a dar chances de ascensão àqueles que ainda permanecem pobres e vai garantir mão de obra na quantidade e qualidade necessárias para sustentar o crescimento do país” (PT, 2014, p. 29). A “qualidade da mão de obra”, entretanto esbarra em uma eventualidade nova, o desemprego há alguns anos, passa a atingir não apenas aqueles com baixa instrução, mas associa-se tanto quanto à maior escolaridade.

Sobre a efetiva geração de empregos, o esporte figura como “política pública com potencial” para tal fim, considerando que incentivos aos desportos incluem infraestrutura, o que pode gerar oportunidades no setor de construção civil, (embora essa área represente majoritariamente empregos flutuantes), acompanhamento sistematizado e interdisciplinar de atletas (ou seja, não só de educadores físicos, mas psicólogos, nutrólogos, médicos, fisioterapeutas, assistentes sociais, etc.).

O Programa de Governo do PSDB referente à candidatura de Aécio Neves divide-se em 09 partes, Atentar-se-á para o terceiro capítulo intitulado Economia, e, em especial, aos subcapítulos cinco e seis; empreendedorismo e emprego e renda, respectivamente.

Segundo o programa cabe ao governo, em todas as sociedades modernas, promover estímulos ao empreendedorismo e à cultura empreendedora, minimizando a burocracia e a tributação (PSDB, 2014, p. 35) evidenciando o trabalho e a cidadania como traços da modernidade, sendo assim, propõe:

1. Simplificação dos marcos regulatórios que impactam as atividades acadêmicas e empresariais de inovar e empreender.
2. Integração das diferentes agências de apoio à inovação e ao empreendedorismo criando “janelas únicas” de acesso, evitando-se com isso as soluções isoladas e muitas vezes conflitantes.
3. Uso adequado dos recursos públicos destinados à inovação e ao empreendedorismo, reconhecendo o papel do estado como agente incentivador ao empreendedorismo e à inovação – não apenas à pesquisa científica - correndo riscos inerentes a estes processos.
4. Adoção de programas de apoio às “startups” no Brasil.
5. Estímulo ao acesso a capitais empreendedores, com medidas de facilitação de crédito e financiamento para este setor.
6. Incentivo ao empreendedorismo em universidades públicas e privadas, facilitando a cooperação das empresas nacionais e internacionais com os grupos de pesquisa científicos e tecnológicos.
7. Atração e retenção de empreendedores estrangeiros que desejem constituir negócios no país.
8. Introdução de componentes curriculares de empreendedorismo nas diretrizes nacionais de educação básica, profissional e superior.
9. Simplificação do processo e da legislação de propriedade intelectual para facilitar e reduzir o prazo médio para registro e obtenção de patentes no país.

No que concerne a emprego e renda, o Plano compromete-se com:

1. Fomento à criação de empregos formais de qualidade, com a garantia de todos os direitos trabalhistas.
2. Continuidade dos ganhos reais do salário mínimo.
3. Implementação de políticas visando à diminuição da rotatividade no emprego. Uma das características que destaca o mercado de trabalho brasileiro do que ocorre nos países mais desenvolvidos é a elevada taxa de *turn over*. Atualmente, quase 44% da mão de obra formal ficam menos de um ano em um mesmo emprego, apenas 30% permanecem por dois anos ou mais, e modestos 23% ficam em uma mesma empresa por mais de quatro anos.
4. Incentivo às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor.
5. Incentivo ao aumento da produtividade, mediante a incorporação, pelas empresas, de tecnologias modernas em seus processos produtivos e de ações de treinamento e capacitação de mão de obra.
6. Reversão da tendência de diminuição dos recursos do FAT destinados para a capacitação de trabalhadores, mediante recuperação e reorganização deste Fundo.
7. Criação de programas específicos de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando incorporá-los ao mercado formal de trabalho,

com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego. 8. Apoio aos micro-empresendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade, e instituição de espaços plurais para a sua formação. 9. Apoio ao associativismo e ao cooperativismo, como instrumentos de geração de renda e oportunidades. 10. Estímulo aos arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade. 11. Criação de ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal. 12. Apoio nacional a projetos locais de geração de renda, em articulação com Estados e Municípios. 13. Adoção de ações, em conjunto com o Poder Judiciário, para a diminuição do contencioso judicial na esfera do trabalho. Convocaremos uma grande discussão nacional que vise a busca de um caminho menos conflituoso, com incentivo a estudos voltados a tornar mais robustas e simples a conciliação e a arbitragem dos conflitos. 14. Estruturação de programas de estímulo ao aumento da escolaridade do trabalhador. 15. Estímulo à criação de novas formas de trabalho e renda para os trabalhadores aposentados que queriam continuar em atividade. 16. Combate permanente ao trabalho escravo e degradante, bem como ao trabalho infantil. 17. Combate e repressão aos exploradores de trabalhadores imigrantes. 18. Garantia de regularização dos trabalhadores rurais.

Ambas as moções, muito se aproximam com ênfase especial no incentivo ao empreendedorismo, na preocupação com a burocracia estatal que deve ser suprimida, na qualificação da mão de obra como diretriz elementar. Os dois Planos se assemelham também por não encontraram materialidade depois das eleições no que diz respeito a conservação dos direitos dos trabalhadores e à efetiva criação de empregos formais, nem a do PT no sentido de implementação, nem do PSDB no sentido de veto.

Se o texto do Partido da social democracia parece estar mais completo e claro, não passa de um discurso longe de se efetivar: contrariando o primeiro ponto que fala sobre a criação de empregos formais cujos direitos trabalhistas seriam garantidos o PSDB mostra-se favorável a reforma da Previdência, proposta pelo governo de Michel Temer (FOLHA,03/2017), que praticamente inviabiliza a aposentadoria, aumentando de 15 para 25 anos o tempo de contribuição, distinguindo trabalhadores rurais e urbanos; em detrimento aos primeiros (contrariando também o ultimo ponto do Programa), igualando o tempo entre homens e mulheres, etc. As propostas de “fomento a criação de empregos formais”, e “implementação de políticas visando a diminuição da rotatividade do emprego”, pontos 1 e 3 também caem por terra com a defesa expressa à terceirização, como “necessidade e imperativo para abarcar as transformações experimentadas pelo setor produtivo”, conforme aponta o deputado tucano Rogério Marinho, relator da comissão que analisa a modernização das leis trabalhistas (PSDB, 2017).

A criação de empregos parece estar distante da realidade experimentada pelo Brasil, apesar das promessas de campanha. Isso porque, como sublinhado anteriormente, a geração de postos de trabalho choca-se com a crise de valorização do capital.

O empreendedorismo, longe de se apresentar como uma alternativa ao desemprego, outorga ao próprio desempregado a culpa pela sua não inserção no processo produtivo. O empreendedorismo representa a flexibilização ao passo que exonera o Estado do direito ao emprego, previsto na Constituição Federal, afetando claramente a asseveração da cidadania.

Assim também como os programas de qualificação, que apenas transferem a responsabilidade sob alegação de que é necessário se instruir, ignorando o fato de que o desemprego tem atingido tanto quanto aqueles que possuem alto nível de escolaridade.

Ao mesmo tempo, se o trabalho ainda se configura como condição do acesso à cidadania, a incipiência das políticas destinadas a ele tem um impacto direto na retração de direitos. Isso pode ser observado na Proposta de Reforma da Previdência, já citada precedentemente. Uma de suas idéias é desvincular o Benefício de Prestação Continuada-BPC, “que é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo” (BRASIL, 2015) e as pensões do valor do salário mínimo; calcula-se que com a Reforma 47.3% das mulheres e 30% dos homens não consigam se aposentar (MOSTAFA apud MELO em Carta Capital, 2017). Essas pessoas provavelmente dependerão desses benefícios para proverem sua subsistência na velhice e eles estarão defasados. Vale ressaltar que o PT opõe-se a essa Reforma.

O Projeto de Lei 4302, aprovada na Câmara dos Deputados no ultimo dia 22, também é um bom exemplo da inviabilidade do acesso a cidadania pela via do trabalho. O Projeto diz respeito à terceirização, permitindo que ela ocorra em todas as atividades de uma empresa. Um relatório da Central Única dos Trabalhadores, de 2013, apontou que os trabalhadores terceirizados tem uma jornada de trabalho 7,5% maior, um tempo de emprego 53,5% menor e salários 24,7% mais baixos do que trabalhadores regulares (MARTINS; TRUFFI, 2017).

4. Do Direito (canhoto) ao trabalho

Para além do plano de governo, o trabalho sempre representou uma pauta central enquanto estratégia de luta, não só do PT, mas dos principais partidos de esquerda, cujos programas dos candidatos à presidência em 2014 ou programas do partido também foram analisados. Tendo em vista que a luta pelo trabalho e pela cidadania configuram o cerne das ações políticas dos partidos revolucionários, pois são eles que abarcam as reivindicações da classe-que-vive-do-trabalho²⁷ (ANTUNES, 2009).

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, figura como aliado do PT e coligado com ele na eleição passada, logo, a análise será baseada no Programa do Partido de 2009. Nele, admite o trabalho como núcleo, ao passo que afirma o protagonismo da classe trabalhadora no processo de transição ao socialismo. Em sua defesa pela elaboração de um Novo Programa Nacional de Desenvolvimento, o PCdoB pontua entre os cinco primeiros propósitos:

Valorização do trabalho. Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Luta por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho.

Porém, não apresenta os caminhos para que se alcancem tais resultados, parecendo ignorar completamente as condições postas na atualidade.

O PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, que se posiciona, desde o governo Lula, contrário ao PT, alegando que seu mandato acelerava “a rota para o precipício”, também afirma a necessidade da “defesa de melhores salários e o combate contra o desemprego” porém, salientando o caráter de reformas dessas reivindicações. No que tange as propostas concretas de sua candidata, Luciana Genro, em 2014:

– Salário Mínimo que respeite o disposto na Constituição, ou seja, que atenda às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e suas famílias com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e

²⁷ Embora, o direito ao trabalho, ao emprego e a ampliação da cidadania também sejam pautas constantes dos partidos conservadores, tendo em vista que há uma confluência de forças que deve ser considerada. Da mesma forma que o PT para chegar (e se manter) no Poder anexou pautas “reacionárias”.

previdência social. Pelo cálculo do DIEESE, o valor hoje seria de R\$ 2.915,07. (Setembro/2014)

- Fixação de um Salário Máximo, o que impedirá que empresas públicas ou privadas paguem salários maiores que 30 vezes o menor salário por ela oferecido.
- Ampliação da oferta de vagas por concurso, para qualificar o serviço público e reduzir a dependência dos chamados “cargos de confiança”, reduzindo a terceirização e construindo planos de carreira para todas as categorias do funcionalismo, além da reposição das perdas dos servidores.
- Combate ao assédio moral.
- Democratização do sindicalismo, promovendo o fim da intervenção do Estado sobre a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, fim da unicidade, da investidura e do imposto sindical e fim do poder normativo da justiça do trabalho.
- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário, limitando ao mesmo tempo a realização de jornada de trabalho extraordinária.
- Garantia do direito de organização por local de trabalho, com extensão das conquistas para todos, inclusive terceirizados, prestadores de serviço e outras formas de contratação precária da força de trabalho.

As idéias expostas por Genro são mais palpáveis, obviamente sua implementação depende da correlação de forças que tem pendido no rumo contrário. Destaco a ampliação da oferta de vagas por concurso, como uma proposta exequível e congruente. A redução da jornada de trabalho também é defendida por alguns autores como uma opção para atenuar o desemprego²⁸. Mas o salário mínimo e a garantia do direito a organização dos terceirizados, são propostas um tanto quanto alienadas (não por não serem possíveis, mas por não conversarem com o cenário que está posto).

O PCB, que também rompeu com o PT, em 2005, foi analisado a partir da Resolução do XV Congresso do Partido, de 2014, e do Programa do Partido na eleição de 2010. A resolução de 2014 intitula-se “A estratégia e a tática da Revolução Socialista no Brasil” e aponta algumas tendências que se confirmam na modernidade:

A tendência geral do capitalismo atual, em função do acirramento da concorrência internacional e da expansão das relações capitalistas em praticamente todas as áreas físicas do planeta, é a de reduzir os mais amplos contingentes populacionais à condição de força de trabalho plenamente disponível e livre para servir aos interesses e às necessidades do capital. Formas renovadas de expropriação são criadas para destruir laços sociais e ordenamentos jurídicos que, ao longo da história de lutas dos trabalhadores, funcionaram como freios à dominação irrestrita do trabalho pelo capital. Ao lado de persistir a expropriação sobre pequenos agricultores, tendo em vista

²⁸ Sobre isso ver o artigo Repensando a relação entre trabalho e cidadania social de Josué Pereira da Silva. In São Paulo em perspectiva, n. 9. 1995

subsistirem grandes massas destes passíveis de se tornarem trabalhadores assalariados (como na China, Índia, América Latina e África, por exemplo), outras expropriações seguem conduzindo grande número de trabalhadores à plena disponibilidade para o mercado de força de trabalho, buscando quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração.

Ou seja, que o desemprego continuará a se aprofundar, pois sua causa expressa a base da sociedade capitalista:

Tais exemplos de “reestruturação produtiva” e “desregulamentação do mercado de trabalho”, com vistas à plena “empregabilidade” ou “trabalhabilidade” (para usar termos recorrentes no jargão burguês contemporâneo) do sujeito obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver, nada mais são do que formas atualizadas de dominação, com o duplo sentido de disponibilizar grandes contingentes de pessoas para o trabalho assalariado e de fazer valer a hegemonia do capital, por meio de um processo alienante de difusão da ideologia burguesa. Isto porque tais mecanismos de expropriação do trabalho vêm acompanhados de intensa campanha ideológica voltada a convencer a todos de que se trata da conquista da liberdade individual perante a opressão do trabalho (não do proprietário dos meios de produção). Propala-se a ideia, difundida pelo “empreendedorismo”, de que cada um pode ser “patrão de si mesmo”.

A alternativa apresentada para reversão do quadro exposto é a construção processual de um “Bloco Revolucionário do Proletariado” através da articulação de forças que romperá radicalmente com o modo de produção burguês. O documento salienta a importância das pressões da classe trabalhadora e coloca que a informação, nesse primeiro momento, será o instrumento chave para a edificação desse bloco contra-hegemônico. Por isso, fez-se necessária também o exame do Programa do Partido em 2010, que traz propostas mais “imediatas” no que tange ao desemprego:

O PCB defende a estatização dos principais meios de produção em substituição à grande propriedade privada, industrial, comercial e agrária, assim como de todo o setor financeiro, com o controle progressivo de todas as grandes empresas pelo Estado e pelo Poder Popular. São consideradas prioritárias as áreas de infraestrutura – portos, estradas, silos, geração e transmissão de energia, da indústria de base, de máquinas e equipamentos, e todas aquelas consideradas estratégicas e essenciais para a garantia de condições dignas de vida à classe trabalhadora. Uma nova política econômica deve ser pensada visando à construção das bases para a superação do capitalismo, na direção da economia socialista. Isto implica na necessária substituição do desenvolvimento econômico determinado pelos imperativos do mercado pelo desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades sociais e da qualidade de vida dos trabalhadores e das camadas populares.

A estatização é uma proposta acertada, porém sua condução pelo “Poder Popular” que ainda não está tangível de acordo com as linhas do documento a torna um pouco abstrata. A infraestrutura é uma constante nos programas dos partidos analisados, no que tange ao trabalho, mas, acredito ser uma ideia muito mais propensa a cidadania do que ao emprego, propriamente, afirmando, novamente a relação que existe entre um e outro. Pois garantir geração e transmissão de energia, portos, estradas, saneamento, estrutura urbana, podem ser estratégias para suavizar o desemprego em curto prazo, mas trazem manentes vantagens no que se refere à vida digna.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PSTU, também contrário ao PT, define-se como um partido que preza pela independência de classes como princípio basilar, se opondo às alianças “com partidos dos patrões”, negando a dinâmica contraditória na qual estão inseridos (MENDES, 2017). Foi feito o exame do Programa para as eleições municipais de 2016, pois o Programa da candidatura de Zé Maria à presidência em 2014 não está mais disponível²⁹. O tema trabalho é verificado, mais incisivamente no ponto número três do documento supracitado intitulado “Dezesseis propostas para mudar tudo que está aí”:

Propomos como medida para acabar com o desemprego na cidade:

- criação de empregos através de um plano de obras públicas necessárias, como saneamento básico, postos de saúde, escolas a serem construídas por uma empresa municipal de obras 100% pública e estatal, controlada pelos trabalhadores;
- garantia emergencial de cesta básica pela prefeitura para todo (a) desempregado;
- isenção de pagamento de luz, água, IPTU e passe-livre em todo transporte público para os desempregados;

Além da luta pela aprovação da redução da jornada para 36 horas, seguro desemprego de 02 anos e proibição de demissão sem justificativa por empresas que recebam isenções fiscais. A criação de empregos demanda, em certo ponto, uma vinculação que contraria a independência de classes que o PSTU afirma ter como princípio. O controle pelos trabalhadores, (que se assimila a noção de “Poder Popular” do PCB) também não é inteligível – ou palpável. Ou seja, não fica claro como esse controle será exercido na contemporaneidade, uma vez que a proposta tem caráter emergente.

O exame dos planos, programas e/ou propostas de quatro partidos que se auto declaram de esquerda em comparação ao do PT, clarifica, ainda mais, a posição que o último

²⁹ Vide em <http://www.pstu.org.br/leia-o-programa-do-pstu-para-construir-um-brasil-dos-trabalhadores/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

assume em relação ao movimento do qual, ainda hoje, é o principal representante: a esquerda brasileira. Pois as propostas do Partido dos Trabalhadores se assemelham muito mais às propostas do PSDB do que aos demais partidos citados.

Se o Partido dos Trabalhadores não ecoa mais os anseios destes, o mesmo não pode ser dito do “restante” da esquerda. A problemática, entretanto não se desdobra apenas na pouca representatividade deles³⁰, mas no fato de que, mesmo abarcando reivindicações da classe trabalhadora, essas reivindicações não encontram solo fértil. As propostas são intrincadas, fantasiosas (como no caso do PSTU, que propõe reformas impensáveis no atual contexto), descoladas da realidade e não configuram soluções, no máximo, anódinos a crise do capital.

Quanto à cidadania, ela aparece, como coadjuvante nas moções sobre emprego. A necessidade da infraestrutura aparece em 03 dos 05 partidos “de esquerda” analisados, e também no PSDB, mostrando que apesar de representar um ganho da classe trabalhadora no acesso a políticas de urbanização, a infraestrutura também é imprescindível ao desenvolvimento do capital. A preocupação com o desemprego que aparece de forma mais robusta no Programa do PSTU, mas permeia todos os documentos examinados, também expõe a ampliação dos direitos para além da esfera de trabalho formal, no entanto, sem o devido desenvolvimento de propostas concretas.

Isso escancara os descaminhos da esquerda brasileira, que pregam a construção do socialismo (PSTU, PSOL, PCdoB e PCB), mas parecem abandonar o materialismo histórico, ignorando a realidade como ponto de partida para elaboração de possibilidades objetivas.

Assim, a crise que a esquerda brasileira tem passado longe de representar um esvaziamento teórico – considerando que o socialismo ainda figura como horizonte histórico dos partidos estudados – se funda na falta de materialidade da luta concreta, na dificuldade de articular proposições efetivas que possam ser implementadas na contemporaneidade. Não se trata de defender ações imediatistas, mas de usar aquilo que a realidade oferece em alternativa à barbárie que caminha a passos largos.

³⁰Baseado no número de filiados de cada partido em dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em 12 de março de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ideológica, a crise da esquerda brasileira se sustenta em aspectos concretos da reprodução da vida social em um contexto marcado por desequilíbrios sucessivos do modo de produção vigente. As crises, antes cíclicas, tornam-se paulatinamente, constantes e seus rebatimentos, permanentes. Destarte, o trabalho, ou mais especificamente, o acesso a ele, se desenha como uma esfera cada vez mais restrita e a objeção por empregos, que orientou a ação da esquerda durante anos como pauta basilar de enfrentamento ao capital, mostra-se insuficiente para, primeiramente, responder satisfatoriamente as demandas de uma classe e, em segundo lugar, para nortear as estratégias de luta na construção, em longo prazo, de uma nova sociabilidade. Isso porque a “geração de empregos” refuta as tendências básicas da sociedade burguesa na contemporaneidade, logo, é impossível o mercado de trabalho absorver toda a população excedente que ele mesmo cria.

Nesse sentido, verifica-se que a alusão ao trabalho como referência de luta perdeu seu fundamento tangível, e essa perda representa condição *sine qua non* para crise da esquerda brasileira. Pois o trabalho não é uma opção, não há trabalho para todos, e isso não é reversível nos moldes capitalistas.

O suposto esgotamento do PT reflete, não o esgotamento de uma postura de esquerda (antes disso, a escolha consciente de um projeto classista), mas o esgotamento de uma forma de luta, que alicerçada ao trabalho perde seu sentido quando esse entra em um colapso irremediável. A cidadania enquanto um reflexo do trabalho formal também perde espaço no debate, tornando-se uma categoria abstrata.

Como é possível conquistar a cidadania se ela está intimamente relacionada ao trabalho formal, num contexto em que o trabalho formal é, devido à própria estrutura, ínfimo? Isso implica na negação do aparo neoliberal que reina desde a década de 90 no Brasil e atribui ao indivíduo a culpa pela “sua” situação de desempregado.

O direito ao emprego não tem base concreta, não pode ser universal, não pode ser garantido na conjuntura de crise estrutural do trabalho. Sua defesa é, portanto, caduca – oca, ousou dizer. E é isso que precisa ser reconhecido. A alteração do cerne dos partidos da esquerda é fundamental no desafio atual de se reiterar como “esquerda de fato”.

Nesse sentido, as moções dos partidos que referenciam a pressão dos trabalhadores é imperiosa. Apenas a luta da classe-que-vive-do-trabalho é capaz de reverter o cenário

brasileiro de desmonte dos direitos trabalhistas, rebaixamento dos salários, enxugamento de postos formais através da terceirização e retrocessos no que tange a cidadania, Porém, como já sublinhado, além da pouca representatividade desses partidos em âmbito nacional, há a verificável dificuldade de cooptar mais gente, de dialogar com outros setores, “é preciso reapreender a falar para fora de nossos pares” (MACHADO, 2017) e até entre eles mesmos. Não se vê uma “esquerda” forte, isto é, não se vê articulação entre os partidos citados. Ao contrário, há uma disputa silenciosa antes da direita x esquerda, da esquerda x esquerda.

A emergência de novas frentes populares abre espaço para novos diálogos e deve permitir isso, a prática dos secundaristas é uma oportunidade dos partidos de esquerda repensarem suas próprias ações, seus discursos e suas bases. É necessário entender que a classe-que-vive-do-trabalho é heterogênea

O PT perde sua própria substancia quando o trabalho implode. A esquerda perde sua referência quando o PT implode. A crise do trabalho e suas implicações não resultam da luta política, a engendra.

Analisando o modo de produção capitalista na cena contemporânea e sua crise baseada na expulsão de trabalho vivo do processo produtivo, verificou-se que a cidadania arquitetada atualmente como reflexo do trabalho formal, também perde seu fundamento objetivo. A esquerda, cujo cerne é a luta pelo trabalho, como demonstrado na análise dos programas partidários, ainda o referencia como estratégia. Quais as possibilidades dessa estratégia na construção de uma nova sociabilidade?

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno.** Rio de Janeiro. Editora UFRN, 2008.

AGENCIA ESTADO. **Congresso do PT critica alianças com partidos do centro durante governo Lula.** 16 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/16/interna_politica,839756/congresso-do-pt-critica-em-documento-carta-ao-povo-brasileiro.shtml. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula.** Traduzido por Alexandre Barbosa e Bruno Costa. In *Novos Estudos*, 2011. p. 23-51.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

A NOVA DEMOCRACIA. **História da Democracia e luta de classe: democracia popular e nova democracia.** Ano I, n 5, 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-5/1303-parte-i-historia-da-democracia-e-luta-de-classe-democracia-popular-e-nova-democracia>. Acesso em 01 de Março de 2017.

BARROCAL, André. **Cunha também tenta jogar o nome de Temer “na lama”.** In *Carta Capital*, 18 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cunha-tambem-tenta-jogar-o-nome-de-temer-201cna-lama201d>. Acesso em 12 de março de 2017.

BBC BRASIL. **Domingo de protestos anti-governo é termômetro para impeachment.** 13 de dezembro de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151213_protestos_dezembro_tg. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

BELCHIOR, Douglas. **O “V” Oto de vingança: quem perde é o PT ou o Brasil?** In *Carta Capital*. Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/o-voto-de-vinganca-quem-perde-e-o-pt-ou-o-brasil/>. Acesso em 26 de Junho de 2016.

BOULOS, Guilherme. **O golpe e os dez passos para trás.** In *Carta Capital*, 11 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/933/o-golpe-e-os-dez-passos-para-tras>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Benefício de assistência ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC).** 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Social Democracia: o que é, o que propõe para o Brasil.** São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www2.psdb.org.br/wp-content/uploads/biblioteca/36575470.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

CARTA CAPITAL. **A chantagem de Cunha à Temer deu certo?** 09 de Março de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-chantagem-de-cunha-a-temer-deu-certo>. Acesso em 09 de março de 2017.

_____. **Atos pró e contra impeachment reúnem milhares.** 31 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/atos-pro-e-contra-impeachment-reunem-milhares-de-manifestantes>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

_____. **Reflexões a quente sobre o golpe.** 14 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/reflexoes-a-quente-sobre-o-golpe>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como valor universal.** São Paulo: Cortez, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Nayla Cristiana Beraldo. **A crise estrutural do sistema sociometabólico do capitalista e seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora.** 2015. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Traduzido por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola, São Paulo, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo.** In ABEPSS. *Temporalis.* Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II nº 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2011.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria.** Lisboa; Antígona, 2006. Tradução Jose Miranda Justo.

JUNIOR, Armando Boito. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** In Revista Crítica Marxista, n. 17. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2003.

KURZ, Robert. **O fim da política: teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria.** Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz105.htm>. Acesso em 25 de Janeiro de 2017.

KURZ, Robert. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política.** Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz66.htm>. Acesso em 25 de Janeiro de 2017.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, Atlas, 2003.

LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo Civil.** Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

LOWI, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** Editora Cortez, São Paulo, 2000.

MACHADO, João. **As eleições de 2002 e o significado do governo Lula: uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira.** In Revista Espaço Acadêmico, n 42, novembro de 2004. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Precisamos decifrar o caos político (ou seremos devorados).** In Carta Capital, 10 de março de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/precisamos-decifrar-o-caos-politico-ou-seremos-devorados>. Acesso em 12 de março de 2017.

MARTINS, Antônio. **Após o impeachment, o Brasil precisa de outra política.** In Carta Capital, 12 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/a-hora-de-outra-politica>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, e classes sociais.** Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

MARTINS, Rodrigo. **Governo ilegítimo e rejeitado.** In Carta Capital, 03 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/903/governo-ilegitimo-e-rejeitado>. Acesso em 28 de Janeiro de 2017.

MARX, Karl. **O capital.** V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital.** V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Editora Boitempo, 2011. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?cid=EC9A9DC6AC2101AE&id=EC9A9DC6AC2101AE!506&parId=EC9A9DC6AC2101AE!500&o=OneUp>. Acesso em 15 de março de 2017.

MELO, Débora. “**É uma reforma da Previdência muito perversa com as mulheres**”. In Carta Capital, 15 de março de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/e-uma-reforma-da-previdencia-muito-perversa-com-as-mulheres>. Acesso em 15 de março de 2017.

MENDES, Rafael Santiago. **Agricultura em tempos caducos: sobre a teimosia do colapso natural**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social; teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MIOLA, Jeferson. **A resistência democrática não dá trégua aos golpistas**. In Carta Maior. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-resistencia-democratica-nao-da-tregua-aos-golpistas%2F4%2F36416>. Acesso em 23 de Julho de 2016.

OTONI, Pedro. **Três aproximações a esquerda da ordem**. In Blog Marxismo 21. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Pedro-Otoni-dossie.pdf>. Acesso em 02 de Julho de 2016.

PAULANI, Leda Maria . **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. In Estudos Avançados. 2009. p. 25-39.

PCB. **A estratégia e a tática da revolução socialista no Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9OkSrCIvhFIWDVxUXM3dV9LdE0/edit>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

_____. **Um programa anticapitalista e antiimperialista para o Brasil**. 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/627>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

PCdoB. **Programa Socialista para o Brasil**. 2009. Disponível em: http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=1. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. CEBRAP, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100003. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PSDB. **Plano de Governo Aécio Neves – PSDB**. 2014. Disponível em: http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/10/Plano-de-governo_aecio1.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

PSTU. **Programa para as eleições**. 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/PA/04278/2/140000006431/proposta_governo_1471040043897.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

PSOL. **Candidatura de Luciana Genro divulga programa para trabalho, emprego e renda**. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/blog/2014/09/19/candidatura-de-luciana-genro-divulga-programa-para-trabalho-emprego-e-renda/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

PT. **Mais Mudanças, Mais Futuro. Programa de Governo de Dilma Rousseff**. 2014. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.

PUFF, Jeferson. **O que os juristas que redigiram o *impeachment* de Collor pensam sobre Dilma**. In BBC BRASIL. Outubro de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151019_juristas-impeachment_jp_tg

RUSSO, Rodrigo. **O direito de greve é burguês, defende o jurista francês Bernard Edelman**. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/07/1793984-o-direito-de-greve-e-burgues-defende-o-jurista-frances-bernard-edelman.shtml>. Acesso em 16 de Março de 2017.

SANTOS, Mario Vitor. **O jornalismo barnabé e a derrubada de Dilma**. In Carta Capital, 02 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-jornalismo-barnabe-e-a-derrubada-de-dilma>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

SERRANO, Pedro Estevam. **Eduardo Cunha e a banalização da prisão preventiva**. In Carta Capital, 19 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-cunha-e-a-banalizacao-da-prisao-preventiva.1>. Acesso em 20 de março de 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEC, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

SILVA, Josué Pereira. **Repensando a relação entre trabalho e cidadania social**. In São Paulo em perspectiva, n. 9. 1995. p 6-12.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo, Leya, 2015.

TRUFFI, Renan. **No Brasil de Temer, a ordem é punir o trabalho.** In Carta Capital, 07 de março de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/942/no-brasil-de-temer-a-ordem-e-punir-o-trabalho>. Acesso em 08 de março de 2017.

_____. **O PSDB vai se aproximar da extrema-direita.** In Carta Capital, 27 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-psdb-vai-se-aliar-com-a-extrema-direita-9523.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

_____, MARTINS, Rodrigo. **Deputados aprovam terceirização irrestrita da mão-de-obra.** In Carta Capital, 22 de março de 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-aprovam-terceirizacao-irrestrita-da-mao-de-obra?utm_source=social_monitor&utm_medium=widget_vertical. Acesso em 22 de março de 2017.

WELLE, Deutsche. **Como os brasileiros lidam com o desemprego** . Por Mariana Estarque. In Carta Capital, 22 de março de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/como-brasileiros-lidam-com-o-desemprego>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

ANEXOS

I. Programa do Partido Comunista Brasileiro – PCB

Um programa anticapitalista e antiimperialista para o Brasil

I – O contexto em que se dão as eleições de 2010

As eleições deste ano se dão em um momento em que o sistema capitalista mostra a sua real natureza. A atual crise econômica internacional é uma crise de superprodução e superacumulação, acelerada pela vigência, nas duas últimas décadas, de políticas neoliberais, em que o capitalismo, mundializado, seja nos mercados de matérias primas, nas cadeias produtivas de produtos e serviços, seja na presença dominante de grandes conglomerados internacionais – oligopolistas ou mesmo monopolistas – ou na financeirização da riqueza, revela, ao mesmo tempo, a sua fragilidade e os seus efeitos para a classe trabalhadora: o desemprego generalizado, a perda de direitos, a desesperança.

As respostas dadas à crise, pelo lado do mercado, são a maior concentração de capital, com a absorção das empresas

“quebradas” pelos grandes grupos mais “eficientes”; pelo lado do poder público, a íntima ligação entre os Estados capitalistas e os grandes grupos econômicos privados se traduz na enorme “ajuda” dada pelos governos aos bancos e empresas financeiras, industriais e comerciais em estado falimentar.

No plano político, as lideranças burguesas dividem-se entre as que, de um lado, defendem um Estado promotor de políticas compensatórias e incentivador de um “desenvolvimentismo” capaz de acelerar o crescimento capitalista e pretensamente resolver as desigualdades sociais através do ciclo virtuoso da produção, emprego, consumo. De outro, há os que defendem a ampliação das políticas neoliberais, com mais retirada de direitos dos trabalhadores, mais privatização, mais dependência do Estado ao capital financeiro internacional.

A classe trabalhadora, ainda desarticulada pela perda de garantias e não menos fragilizada em sua organização pela ameaça constante do desemprego e pelos processos articulados à chamada “reestruturação produtiva”, começa, no entanto, a mobilizar-se em amplas manifestações e greves, como vem ocorrendo na Grécia, na Espanha, na França, em Portugal. No plano político, os exemplos dos governos progressistas da América Latina, eleitos com o apoio de movimentos populares organizados e impulsionados por eles, têm demonstrado que há alternativas reais ao capitalismo e ao imperialismo capazes de elevar, de fato, o nível de qualidade de vida e de participação política da classe trabalhadora.

II – O contexto brasileiro

A estrutura de classes, no Brasil, se caracteriza pela formação de uma burguesia monopolista e suas diversas facções: a burguesia industrial, a burguesia bancária/financeira, a burguesia comercial, a burguesia agrária, a burguesia do setor de transportes e um setor que controla serviços diversos formados pela mercantilização crescente de setores como o da saúde, educação e outros. Generalizou-se o assalariamento, formou-se um numeroso proletariado, majoritariamente urbano, e um grande proletariado precarizado, além de camadas urbanas intermediárias que vão desde setores de profissionais assalariados, pequenos e médios comerciantes, técnicos especializados, professores, pesquisadores, médicos, advogados e outras categorias.

Aos efeitos da exploração capitalista, no Brasil, somam-se a vigência das políticas neoliberais dos governos Collor, Itamar Franco, FHC I e II e a aplicação do programa social liberal de Lula I e II, associadas a uma grande fragmentação da classe trabalhadora, com a terceirização e a precarização do trabalho. Além disso, os trabalhadores perderam, em parte, sua unidade e identidade política pela degeneração de grande parcela dos dirigentes sindicais e partidários burocratizados.

A construção do Estado burguês no Brasil se deu pela ação dos grupos dominantes que o controlaram, e marcou a formação de um tipo de sociedade civil burguesa e uma forma particular de constituição da hegemonia capitalista. As instituições do Estado sempre foram espaços de organização do poder da classe dominante, com predominância dos aspectos repressivos e coercitivos.

O período da ditadura empresarial-militar e a fase posterior de retomada da legalidade democrática marcaram a consolidação de um bloco dominante, formado pela aliança de classes entre a burguesia monopolista, o latifúndio tradicional e o imperialismo, que aprofundou o processo de construção do Estado burguês no Brasil, um Estado fundado em um ordenamento jurídico estabelecido, reconhecido e legitimado, com instituições igualmente consolidadas no Executivo, Legislativo e Judiciário. Formou-se, assim, uma sociedade civil-burguesa com um conjunto de instituições enraizadas e, em parte, legitimadas no corpo da sociedade, tendo se consolidado uma hegemonia liberal burguesa e um regime formalmente democrático. Este processo se completa com o estabelecimento de poderoso monopólio capitalista nas comunicações, na informação e na organização da cultura, responsável por aprimorar e fortalecer a dominação ideológica burguesa em nosso país.

A socialdemocracia brasileira formou-se tardiamente, em um período em que não mais havia a possibilidade de mitigar os efeitos da exploração do capital sobre o trabalho. Ao contrário de muitos países europeus no pós-guerra, tais como Suécia, Dinamarca, Inglaterra e outros, que adotaram programas sociais avançados em meio a condições específicas como a presença do Bloco Socialista, a mobilização de forças populares e comunistas gerada pela luta contra o nazifascismo e a necessidade de contar com o

Estado para enfrentar as condições de destruição geral causadas pela guerra, o capitalismo brasileiro, nos anos 1980, já apresentava um caráter monopolista e desenvolvido, e a burguesia brasileira já se encontrava em pleno processo de integração mundial. Naquele momento, não havia mais espaço, no Brasil, para uma mediação política entre os dois polos do capitalismo que pudesse resultar em ganhos materiais e direitos sociais significativos para a classe trabalhadora.

As principais representações políticas da socialdemocracia – o PT, a CUT, a UNE e a UBES (aos quais também podemos associar o PC do B e a recém -criada CTB) – mostram -se adaptadas à ordem dominante. Suas ações limitam-se a meras proclamações formais, sem capacidade ou intenção de reverter o quadro geral. Esta situação se explica pela cooptação das direções e pelo amoldamento de sua burocracia, que encontra um ponto de existência e privilégio na própria estrutura burocrática partidária, estudantil ou sindical e em espaços na institucionalidade do Estado Burguês. O mesmo ocorre com parte dos movimentos sociais e populares e a base do movimento sindical, que respondem com o

adiamento ou abandono das reais demandas da classe. Assim, a institucionalidade burguesa logrou deslocar o eixo da luta para a representação política e a jurisdicionalização das demandas políticas.

III – O governo Lula

O governo Lula usa com maestria a combinação eficiente de consenso e coerção, que garante a reprodução do domínio da ordem monopolista burguesa. Lula usa a cooptação dos trabalhadores pela ordem burguesa, que os mantém nos limites da ordem do capital, controlados pelas determinações do mercado e por um conjunto de mecanismos que envolve a manipulação dos corações e mentes pelos meios de comunicação, ações permanentes no interior das empresas para a colaboração de classe, promoção da cultura do individualismo, incentivos materiais como participação nos lucros e resultados das empresas e até a cooptação pura e simples das lideranças sindicais. Quando esses métodos não funcionam, as classes dominantes apelam para a repressão contra todos aqueles que se levantam contra essa ordem. Isso explica a criminalização dos movimentos sociais, da militância anticapitalista e da pobreza. Lula promove a integração da economia brasileira ao mercado internacional tendo como papel-chave a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, a importação de capitais e a conquista de “nichos” nestes mercados – e, em alguns outros, bem demarcados, de produtos industriais – com a criação de grandes empresas transnacionais lastreadas em capital brasileiro. No plano político, Lula vem ocupando um espaço de alguma independência em relação aos países capitalistas desenvolvidos, como no caso da América Latina, adotando posições que até podem, eventualmente, contrapor-se aos interesses dos EUA e seus aliados, mas que, na essência, significam a defesa dos interesses dos grupos econômicos brasileiros no exterior. A política econômica do governo Lula tem se baseado na oferta de apoio irrestrito aos interesses dos grandes bancos e empresas industriais, brasileiras ou estrangeiras, não faltando concessões a grupos madeireiros ou apoio financeiro a bancos e empresas industriais em dificuldade, em meio à crise econômica, como foi o caso do grupo Votorantim.

O crescimento, tímido, da economia brasileira, nos últimos anos, se deu basicamente às custas da expansão da fronteira agrícola, das divisas provenientes da exportação de minérios e produtos agrícolas, do impacto do crescimento da atividade de exploração e produção de petróleo no mar e do efeito de uma demanda interna de equipamentos e bens de consumo duráveis, fomentada com uma política de crédito ao consumidor – uma política praticamente ausente, até recentemente, no Brasil – que tem um perfil de autossustentação que, mesmo com uma escala limitada, gerou uma relativa expansão das camadas médias. Lula acena com algumas medidas de fortalecimento do Estado, como no projeto do regime de partilha para a exploração do petróleo da camada pré-sal e na retomada de algumas empresas estatais como a Brasil Telecom. Ao mesmo tempo, mantém o programa de bolsas-família (criado no governo FHC, a partir de sugestão do Banco Mundial) e adota outras medidas de caráter assistencialista.

No entanto, o quadro geral da distribuição de renda no país alterou-se muito pouco, sendo alarmante o número de residências precárias e sem saneamento básico (mais de 50%) e situadas em áreas desprovidas de infraestrutura urbana, o elevado patamar de desemprego, a alta incidência de verminoses e doenças decorrentes da subnutrição e outras que já haviam sido erradicadas, a total falta de proteção previdenciária aos trabalhadores, a insuficiência e fragilidade dos sistemas públicos de saúde de educação, de transportes e outras áreas de interesse social.

IV – O que está em disputa nas eleições de 2010

As eleições deste ano dividem, aparentemente, os dois blocos que representam os interesses da burguesia: de um lado, o PSDB e seus aliados, sustentados pelo grande capital financeiro, propondo mais neoliberalismo, menos direitos para os trabalhadores, mais liberdade para os capitais, mais dependência aos EUA e seus aliados; de outro, o PT e seus aliados, mantendo o domínio burguês e a política econômica neoliberal, com algumas concessões de caráter assistencialista e alguma dose de maior independência no campo internacional. Na essência, a disputa se dá em torno da gestão do aparelho de Estado, com poucas distinções quanto ao projeto político em si.

Para o PCB, a disputa eleitoral se insere estrategicamente na luta pela superação revolucionária do capitalismo e pela construção do Socialismo. A ação eleitoral se soma às manifestações de dissidência contra a ordem e na defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores.

A Campanha Movimento do PCB, estruturada na perspectiva de contribuir para a organização da Frente Anticapitalista e Antiimperialista e do seu programa de superação do capitalismo, aponta para a construção de um bloco político contra-hegemônico – de partidos, organizações políticas e movimentos populares – , cuja força estará ligada à capacidade de a classe trabalhadora entrar em cena novamente com independência e autonomia histórica, bem como à iniciativa das vanguardas que resistiram à acomodação e mantiveram-se em luta contra a ofensiva do capital monopolista.

V – Um programa anticapitalista e antiimperialista para o Brasil

O PCB participa das eleições de 2010 combatendo a institucionalidade política que, consolidada nos marcos da hegemonia liberal burguesa, se apresenta hoje como a rendição a formas viciadas e tradicionais de fazer política, de fisiologismo, corrupção, manipulação de massas para fins eleitorais, controle autoritário das máquinas políticas, personalismo e caciquismo, simbiose com o capital para financiar as campanhas, comprometimento dos candidatos com os esquemas que os financiaram e desvios burocráticos no controle dos mandatos e cargos governamentais. Esta institucionalidade consolidou uma cultura passiva da maioria dos brasileiros em relação às eleições, com uma divisão social e técnica do trabalho político-eleitoral na qual cabe a militantes profissionais a condução das campanhas, apenas para certas lideranças o papel de candidatos e, aos trabalhadores, o papel de meros eleitores. Descaracterizaram -se os programas como expressão de interesses reais das classes, transformando-os em peças de marketing político, quando não em puro oportunismo eleitoral.

Há um evidente desgaste no que se refere à capacidade de que o processo eleitoral conduza à real solução dos problemas vividos pela população, e a desigualdade das condições de disputa eleitoral é cada vez mais desfavorável para candidaturas contestadoras da ordem.

Mesmo sob condições adversas, o PCB entende que as eleições são um momento importante na vida política do país. Um momento em que os partidos e forças políticas podem apresentar-se diretamente, levando sua visão e sua avaliação quanto às condições de vida dos trabalhadores, seu entendimento quanto às causas profundas dos problemas que afligem a maioria da população e, principalmente, suas propostas para a construção de uma nova sociedade.

Para o PCB, as precárias condições de vida da maioria dos trabalhadores e a exclusão de grandes contingentes da população da possibilidade de ter um emprego formal, com os direitos trabalhistas garantidos, de ter direitos sociais – como uma aposentadoria digna, moradia, assistência à saúde e acesso à educação – são causadas pelo sistema capitalista e a dominação imposta sobre a classe trabalhadora pela burguesia, que se traduz na propriedade das fábricas, dos bancos, das fazendas, no controle do poder político sobre a difusão das informações pela grande mídia e outros meios.

Propomos, como alternativa, a construção revolucionária do Socialismo, formulado a partir do balanço crítico das experiências socialistas do século XX, do acúmulo gerado pelos governos progressistas da América Latina e de países de outras regiões, das lutas, dos experimentos e das proposições dos movimentos dos trabalhadores, dos partidos comunistas, socialistas e de outros grupamentos que lutam contra a exploração capitalista e contra o imperialismo. O PCB tem plena clareza de que, no Brasil, não será apenas pela via eleitoral que a justiça social será alcançada, e de que o capitalismo só poderá ser superado por meio de um grande movimento de massa, com a vitória dos ideais socialistas e comunistas na disputa de ideias, valores, visões de mundo e projetos de futuro que se trava no seio da sociedade, com a organização dos trabalhadores num patamar superior: a revolução socialista.

É com este espírito que apresentamos, nestas eleições, um programa político que aponta para o exercício do poder como um elemento de organização e de apoio à classe trabalhadora na luta contra a classe burguesa, um programa de execução possível e viável, mas que, pela sua natureza anticapitalista e antiimperialista, requererá, para a sua execução, grande apoio, mobilização e participação popular e a transformação profunda do próprio aparelho de Estado. O programa que apresentamos se pretende um eixo de lutas contra a ordem burguesa, na perspectiva da formação do Bloco Revolucionário do Proletariado e da construção de uma contra-hegemonia, numa aliança de segmentos da classe trabalhadora capaz de contrapor ativa e decididamente ao poder liberal burguês um poder proletário e popular, organizado e centralizado, para unificar as diversas demandas particulares em um programa geral de lutas e de ação do poder político.

O programa aponta para a construção de uma ordem institucional e política própria dos trabalhadores, capaz de impulsionar a criação de uma nova cultura proletária e popular e de contribuir para colocar o bloco proletário em movimento na luta contra a ordem conservadora.

A governabilidade, assim, será garantida pela mobilização, pela criação de referências claras, para os trabalhadores, desta nova ordem de cunho socialista, com mudanças estruturais no país, novas conquistas e formas ativas de participação e de exercício coletivo do poder político.

VI – Os grandes eixos do Programa

1 – Uma Democracia de Novo Tipo: o Poder Popular

O PCB luta pela inversão da base do poder político atual – lastreado no domínio econômico dos grandes grupos capitalistas –, pela construção da democracia direta dos trabalhadores, com o fortalecimento do poder popular e a reformulação do sistema partidário-eleitoral atual.

Propomos a instituição de novas formas de representação direta dos trabalhadores – o Poder Popular –, que viabilizarão a mais ampla liberdade de opinião, com a participação de movimentos organizados e partidos políticos. Entendemos ser necessárias: a reforma do sistema de representação político / institucional / partidário / eleitoral vigente, com a proposição de um Congresso Nacional unicameral, com o fim do Senado e a abertura das Tribunas parlamentares para organizações de trabalhadores e de lutas sociais; uma reforma eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanha, a mais ampla liberdade de organização partidária, acesso ampliado dos partidos à mídia, fortes restrições ao uso do poder econômico nas eleições, a adoção do sistema de listas partidárias; a ampliação da participação popular nas decisões através da convocação de plebiscitos e referendos para os temas de maior interesse dos trabalhadores; ampliação do direito de iniciativa legislativa popular; a mais ampla liberdade de opinião para todos, para as organizações sindicais e partidárias e para os movimentos sociais e populares em geral; abertura imediata de todos os arquivos da ditadura e criação de uma efetiva Comissão de Verdade; luta pela revogação da decisão do STF de anistia aos torturadores.

2 – Um Estado de Novo Tipo e uma Nova Sociabilidade

É necessário transformar o atual Estado – moldado segundo os interesses da classe dominante – com a criação de novas instituições, sob controle dos trabalhadores.

O Estado precisa desenvolver o papel planejador, produtor e provedor de serviços sociais e de bem-estar em geral para todos os brasileiros, em substituição à regulação feita pelo mercado, conforme o interesse dos grandes grupos capitalistas e monopolistas.

É preciso garantir e apoiar a maior organização dos trabalhadores em sindicatos, associações e partidos políticos. Será imprescindível promover permanente mobilização dos trabalhadores e dos setores populares visando à conquista e a efetiva implementação dos mais amplos direitos sociais e políticos, como o direito à vida, ao trabalho, à informação, à participação no processo político-decisório, à educação plena e a outros direitos sociais, assim como à propriedade coletiva dos principais meios de produção.

O Programa Anticapitalista e Antiimperialista do PCB prevê a superação de toda a exclusão social e cultural, como resultante do processo de lutas construído em conjunto com os movimentos organizados dos trabalhadores, para a retomada da prática do convívio entre todos, para a promoção dos valores do altruísmo e do coletivismo, para a superação dos conflitos e preconceitos raciais, de gênero, de etnias e comportamentais.

3 – Uma Nova Economia: controle dos meios de produção pelos trabalhadores e reordenação da produção

O PCB defende a estatização dos principais meios de produção em substituição à grande propriedade privada, industrial, comercial e agrária, assim como de todo o setor financeiro, com o controle progressivo de todas as grandes empresas pelo Estado e pelo Poder Popular.

São consideradas prioritárias as áreas de infraestrutura – portos, estradas, silos, geração e transmissão de energia, da indústria de base, de máquinas e equipamentos, e todas aquelas consideradas estratégicas e essenciais para a garantia de condições dignas de vida à classe trabalhadora.

Uma nova política econômica deve ser pensada visando à construção das bases para a superação do capitalismo, na direção da economia socialista. Isto implica na necessária substituição do desenvolvimento econômico determinado pelos imperativos do mercado pelo desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades sociais e da qualidade de vida dos trabalhadores e das camadas populares.

A nova política econômica também deve prever:

- a) A produção em larga escala de materiais de construção, medicamentos, roupas, livros e todos os produtos essenciais para a vida, garantida a sua distribuição a preço de custo ou subsidiados, ao passo que todos os produtos considerados supérfluos terão sua produção sobretaxada;
- b) A reordenação espacial do desenvolvimento econômico e social, com a criação de polos de desenvolvimento no interior e planos diretores para as grandes cidades visando à harmonização e equalização do processo;
- c) Ampla reforma urbana, visando à democratização do uso do solo e a redução das desigualdades sociais, bem como o macroplanejamento urbano, com a criação de entes administrativos para as regiões metropolitanas; garantia da mobilidade urbana, da universalização do provimento de infraestrutura, de serviços sociais e dos serviços urbanos;
- d) Reforma Agrária sob controle das organizações dos trabalhadores, de forma a democratizar a posse da terra, especialmente com a construção de grandes fazendas estatais e cooperativas agropecuárias, estas em regime de usufruto e propriedade estatal;
- e) Política agrícola voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, com garantia de financiamento e preços mínimos, oferta de infraestrutura de armazenagem e escoamento da produção, apoio técnico e incentivo à cooperativização;
- f) Política de incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, envolvendo universidades, institutos de pesquisas governamentais e empresas públicas, voltada para as necessidades da maioria da população e em consonância com as potencialidades do país;
- g) Produção de energia a partir de fontes renováveis; aceleração do programa de utilização do álcool combustível, do biodiesel e de pesquisa para o uso mais intensivo da biomassa, das energias eólica e solar; tratamento estratégico para as reservas de petróleo e de outros recursos minerais brasileiros, com seu ritmo de extração determinado para a garantia do suprimento de longo prazo das necessidades internas e com o reinvestimento de parte majoritária das receitas geradas na pesquisa de novas fontes de energia renováveis e no provimento de infraestrutura produtiva e social.

O Programa do PCB prevê ainda a implantação do sistema de planejamento centralizado, visando à introdução progressiva de mecanismos de regulação e controle de mercados e a implementação de instâncias decisórias nas grandes empresas, com a participação direta dos trabalhadores.

Por isso, como medidas imediatas, propomos:

- a) Criação de grandes empresas produtivas estatais, com a participação direta dos trabalhadores na sua gestão;
- b) Monopólio estatal do petróleo, com a reestatização plena da Petrobrás, a extinção da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a anulação de todos os contratos de risco e leilões realizados em território brasileiro;
- c) Gerência dos recursos do pré-sal pela Petrobrás, garantida sua distribuição aos Estados na proporção inversa do IDH;
- d) Reestatização da Vale do Rio Doce, da Embraer e de todas as empresas estatais estratégicas que foram privatizadas;
- e) Reestatização do sistema de geração e distribuição de energia elétrica;
- f) Fim das agências reguladoras, passando suas atribuições para os respectivos Ministérios;
- g) Controle sobre a entrada e saída de capitais, com a estatização do sistema bancário e do câmbio, o monopólio cambial e a adoção do regime de câmbio fixo;
- h) Reforma tributária e política fiscal orientada para a taxação dos lucros das grandes empresas privadas, dos ganhos do sistema financeiro e das grandes fortunas, voltada para o financiamento desenvolvimento social;
- i) Isenção de imposto de renda sobre salários;
- j) Redução das taxas de juros para geração dos investimentos necessários à retomada do desenvolvimento social voltado à garantia de qualidade de vida da população;
- l) Declaração da moratória da dívida interna, com a instituição de uma auditoria e a imediata suspensão dos pagamentos de todas as formas de juros dessa dívida;
- m) Fim da autonomia do Banco Central.

4 – Uma Nova Política Social: mais qualidade de vida, mais e melhores direitos

O desenvolvimento científico e tecnológico, a Educação, a Saúde, a Habitação, a Cultura, os transportes públicos e as demais áreas vitais para o desenvolvimento social devem ter caráter predominantemente estatal, de acesso universal e

alta qualidade, com o aumento radical de sua participação nos orçamentos e com a instauração de mecanismos de controle direto pelos trabalhadores.

O Programa do PCB prevê novas metas para o desenvolvimento econômico e social, com destaque para:

- a) Criação de um sistema previdenciário único e universal para todos os trabalhadores, com a garantia de pensões e aposentadorias plenas; fim do fator previdenciário; eliminação do desemprego e dos empregos informais; garantia de renda mínima, alimentação e abrigo em caráter emergencial para toda a população; imediata redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; fim do banco de horas e elevada taxação das horas extras; elevação imediata do salário mínimo, de acordo com o DIEESE, e dos salários médios, visando recompor o poder de compra dos trabalhadores, com o atendimento às necessidades fundamentais e a melhoria da qualidade de vida;
- b) Garantia da vida, com a caracterização do acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade como um direito; estatização do sistema privado de saúde e expansão da rede pública, com garantia de acesso a todos os níveis; instituição do programa de saúde da família em todo o país; elevação dos salários dos profissionais da área e implementação de uma política associada de produção e comercialização de medicamentos a baixo preço; universalização do acesso ao saneamento básico; legalização do aborto e fim da criminalização das mulheres que o praticam; políticas públicas universais que garantam assistência à gestação, ao parto e ao puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno da criança: creche, escola, lazer, saúde.
- c) Universalidade do acesso à educação, com apoio à expansão dos sistemas de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior; apoio à expansão e melhoria das redes de ensino tecnológico, com elevação dos salários dos profissionais e melhoria da qualificação do magistério; oferta de bolsas de estudo e apoio material para os estudantes; erradicação do analfabetismo em todo o país; ação cultural voltada para o resgate dos valores e referências nacionais e para a participação na construção de uma nova sociedade;
- d) Garantia do direito à moradia, com uma política habitacional voltada para o financiamento público de habitações de baixa renda integradas à infraestrutura urbana, apoiada em pesquisa e desenvolvimento tecnológico dirigido para este setor; realização de uma reforma urbana, com a desapropriação de espaços urbanos ociosos destinados à especulação, para a construção de praças, parques e habitações populares nas grandes metrópoles, de forma a zerar o déficit habitacional nessas regiões e expandir o programa para todas as cidades do país;
- e) Desenvolvimento de uma política de transportes públicos de qualidade nos grandes centros urbanos, com ênfase no metrô e veículos leves sobre trilhos; elaboração de um planejamento integrado dos transportes, com a estatização das ferrovias, a recuperação do sistema atual e a construção de uma rede ferroviária e aquaviária para o transporte de produtos industrializados e mercadorias em geral; reestatização dos portos;
- f) Ampla reforma do sistema judiciário, com a garantia do acesso à assistência jurídica para todos, acompanhamento dos trabalhos da Justiça pelos trabalhadores e cumprimento das leis; elevação do patamar dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores;
- g) Pleno direito dos trabalhadores organizados e da sociedade em geral à divulgação e ao acesso à informação, à livre circulação das ideias, à ampla divulgação dos debates políticos e à produção cultural; fortalecimento do Estado e organização de foruns participativos e decisórios no âmbito do Poder Popular para definição das políticas públicas de comunicação; criação de rede estatal de televisão e rádio, com programação voltada para a cultura e a livre circulação de informações; revisão das concessões atuais das emissoras de rádio e tv, para a garantia de mais densidade cultural na programação e de não interferência política dos interesses econômicos na geração e difusão de informações.

5 – Fim da destruição capitalista do meio-ambiente

O PCB defende tratamento prioritário para a questão ambiental, tendo como principal eixo a retirada dos recursos ambientais não renováveis e a preservação ambiental da influência e dos ditames dos interesses do mercado capitalista. É preciso garantir a sustentabilidade do meio-ambiente, com a recuperação de áreas degradadas, o reflorestamento e a reordenação da produção para a redução dos gastos com recursos naturais e de energia. Por isso propomos:

- a) A criação de áreas de desenvolvimento especiais, com destaque para a Amazônia, o Nordeste, visando a implantação de um modelo de desenvolvimento autossustentado, com a proibição da ocupação de áreas como a floresta amazônica para a pecuária e a formulação de um projeto para a sua exploração econômica racional;
- b) Programas especiais de proteção aos biomas, de controle e redução da poluição do ar, de uso racional dos recursos naturais, de reciclagem, remanufatura e tratamento de resíduos;
- c) Programas voltados para a melhoria do desempenho ambiental de todas as atividades da vida social, com destaque para a reordenação geral da produção, a desmaterialização de produtos e a introdução de sistemas produtivos de ciclo fechado;
- d) Uso racional e soberano das reservas de recursos naturais brasileiros, visando garantir a sustentabilidade intertemporal e a substituição progressiva do uso dos recursos não-renováveis pelos recursos renováveis, no que se refere ao consumo de matérias primas e à geração de energia;
- e) Prioridade para o desenvolvimento dos modos de transporte ferroviário e aquaviário.

6 – Uma nova inserção internacional: inserção comercial de novo tipo, soberania e solidariedade No que tange à inserção internacional do Brasil, propomos:

- a) No campo econômico, inversão da atual inserção brasileira no mercado mundial como exportador de matérias-primas e importador de capitais, voltando parte das áreas agrícolas para o consumo interno; equilíbrio na composição das trocas comerciais, diversificando a pauta de exportações – que não mais priorizará as commodities agrícolas; prioridade para as importações de máquinas e equipamentos e para políticas de proteção ao mercado interno; parcerias com os países latino-americanos e os países em desenvolvimento de outras regiões para o estabelecimento de trocas

comerciais mais justas; ruptura com as políticas do FMI, com a denúncia da dívida externa e a suspensão dos seus pagamentos, com auditoria; fim dos contratos de empréstimos com os grandes grupos financeiros internacionais;

b) No campo político, busca de alianças entre os países em desenvolvimento, assumindo uma posição soberana e independente com os países desenvolvidos; prioridade para as alianças na América Latina e para a construção das bases econômicas com vistas ao desenvolvimento econômico e social da região em bases igualitárias; política externa antiimperialista, trabalhando pela paz e pela solidariedade efetiva aos povos e países em luta pela autodeterminação e soberania; fortalecimento dos instrumentos atualmente existentes, como a ALBA, Banco do Sul e Unasul e criação de outros mecanismos que possibilitem uma integração mais rápida dos países latino-americanos;

c) No campo institucional, a reformulação do sistema das Nações Unidas, com vistas à construção de uma nova rede de instituições multilaterais igualitária e capaz de intervir para a superação das desigualdades econômicas e sociais entre os povos; a criação de uma União Latino-Americana voltada para a classe trabalhadora, para o desenvolvimento econômico e social equilibrado e harmonioso de toda a região, visando um novo patamar de integração internacional soberano e fundado nos princípios da paz e da justiça social, iniciativa que deve estender-se para além do comércio e da produção material, cobrindo as áreas da saúde, da educação, da cultura, do meio-ambiente e de todas as demais áreas afins; participação nos fóruns internacionais incentivando encontros de governos de países não desenvolvidos e em desenvolvimento para o enfrentamento comum das desigualdades; fortalecimento das alianças internacionais com os governos progressistas da América Latina; luta pelos acordos internacionais para o combate aos problemas ambientais.

d) No campo militar, fortalecimento da defesa do país, com todos os equipamentos necessários para que haja condições efetivas contra as ameaças do imperialismo, enquanto nação soberana, tanto no que se refere ao território, especialmente a Amazônia, bem como as águas territoriais brasileiras e as riquezas nelas encontradas; reestruturação das Forças Armadas, dentro de uma nova doutrina de segurança popular, cujos elementos centrais serão sua transformação em instrumento a serviço da população e do Poder Popular; busca de alianças nos marcos da América Latina para a defesa comum e o desenvolvimento integrado da região; fortalecimento do programa nuclear, em aliança com a Argentina e outros parceiros, para a geração de energia e demais fins pacíficos;

e) Respeito à autodeterminação dos povos e a seu direito de resistência frente à opressão e à dominação estrangeira; pelo reconhecimento das FARC como organização política insurgente, condição para negociações de paz com justiça social na Colômbia, país que vem se transformando numa base militar norte-americana e numa ameaça para toda a América Latina;

f) Retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti e sua substituição por médicos, engenheiros e professores; posicionamento pelo fim do bloqueio a Cuba e contra a base dos Estados Unidos em Guantánamo; pelo fim da ocupação militar imperialista no Iraque, no Afeganistão e na Palestina; apoio à criação do Estado Palestino democrático, popular e laico, sobre o solo pátrio palestino; devolução do Arquivo Nacional do Paraguai e renegociação do acordo de Itaipu; apoio aos processos de mudanças na Bolívia, na Venezuela e em outros países; pela retirada da Quarta Frota dos mares da América do Sul, das bases militares na Colômbia e outros países; pela revogação do acordo militar Brasil/Estados Unidos.

PCB – Partido Comunista Brasileiro
Comitê Central
julho de 2010

II. Programa do PSTU

PROGRAMA PARA AS ELEIÇÕES

FORA TEMER! FORA ZENALDO! FORA TODOS ELES!

Contra Burguês, lute e vote 16!

Queremos Belém nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a xenofobia.

Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e saúde públicas e gratuitas, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade é preciso botar pra Fora Temer e Todos eles que governam para os ricos e corruptos.

Precisamos unificar as lutas e construir uma Greve Geral.

Nós queremos apresentar propostas emergenciais e uma saída operária e socialista para a crise. Os ricos é que devem pagar pela crise.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos supermercados são os donos de Belém e do poder.

Nós queremos Belém nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. Por isso defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

Belém deve ser controlada por comitês ou conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação.

A Câmara municipal deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável e nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário (a) ou um(a) professor(a).

Sempre tivemos como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem financia as campanhas determina o plano de governo dos candidatos.

Por isso, o PSTU é o único partido que **não** está na lista das empreiteiras e da Lava Jato. Nós fazemos questão de ser financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

As eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Um partido como o PSTU tem pouco tempo na televisão e frequentemente é excluído de debates, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários e corruptos.

Não vamos mudar pra valer Belém ou o país com eleições e sim com a luta unificada dos trabalhadores. Mas eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores.

Vamos tomar Belém para os trabalhadores, como um quilombo socialista, uma trincheira de luta.

Vamos lutar para colocar Belém a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito.

Mas uma gestão socialista também fará de Belém um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista.

Uma trincheira na luta por uma sociedade socialista, onde a produção não esteja ao serviço do lucro de um punhado de bilionários e da exploração e da miséria de milhões, mas sim ao serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, da igualdade.

Cada voto em Cleber Rabelo do PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

#Fora Temer. Fora Zenaldo. Fora Todos eles! #contra burguês lute e vote 16!

16 PROPOSTAS PARA MUDAR TUDO QUE ESTÁ AÍ

1. FORA TEMER. FORA TODOS ELES!

A situação de calamidade pública em que se encontram nossa Belém, nosso estado e o nosso país é responsabilidade de anos dos governos do PMDB, PT e PSDB, que favorecem a especulação imobiliária, banqueiros, multinacionais, empreiteiras e políticos corruptos.

Temer segue aplicando as mesmas medidas iniciadas por Dilma. O impeachment apenas "trocou 6 por meia dúzia". Eles ficam brigando lá em Brasília para saber quem rouba mais, entretanto, esses senhores têm um grande acordo: atacar os trabalhadores para garantir os lucros dos banqueiros e grandes empresários perante a crise econômica que eles mesmos criaram.

Os trabalhadores e a juventude não devem aceitar pagar pela crise com desemprego, arrocho nos salários, carestia, retirada de direitos, corte de verbas na saúde, educação e gastos sociais. Chega de enriquecer banqueiros, multinacionais! Chega dos corruptos remeterem bilhões para os países ricos, seus bancos e suas empresas.

Temer, esse Congresso Nacional, governador do estado, prefeito, deputados e vereadores defendem os ricos. Fora todos eles! Fora Temer, Cunha, Renan Calheiros, Aécio, Bolsonaro e que Dilma não volte nunca mais...

Não é possível mudar pra valer Belém sem mudar o estado e o país. E não é possível mudar de vez o país, sem mudar o sistema.

Para mudar tudo o que está aí é preciso um governo socialista dos trabalhadores formado por Conselhos Populares, quer dizer: um governo realmente dos de baixo, que execute o que for decidido em comitês populares formado nos bairros, escolas e fábricas. Só conquistaremos isso com a nossa mobilização.

Enquanto lutamos e propomos os Conselhos Populares, exigimos Fora Temer e esse Congresso e Eleições Gerais, já (com novas regras). Não aceitamos um governo eleito por esse Congresso corrupto e não queremos Dilma de volta.

Toda mudança que conquistemos deve fortalecer a luta para mudar também o Brasil.

2. UNIFICAR AS LUTAS. CONSTRUIR A GREVE GERAL.

Precisamos unificar as lutas e parar o Brasil para barrar os planos de "ajustes" que os governos das três esferas estão aplicando.

Eles querem acabar com a aposentadoria, com os direitos trabalhistas, aumentar o desemprego e a exploração e rebaixar ainda mais os salários. Querem privatizar e destruir de vez a educação, a saúde e os serviços públicos para enriquecer os donos de Belém, dos bancos, das grandes empresas.

Uma Greve Geral pode botar pra fora Temer e todos eles!

UMA SAÍDA OPERÁRIA E SOCIALISTA PARA A CRISE

3. COMBATE AO DESEMPREGO

Em **Belém**

- **criação de empregos através** de um plano de obras públicas necessárias, como saneamento básico, postos de saúde, escolas a serem construídas por uma empresa municipal de obras 100% pública e estatal, controlada pelos trabalhadores;

-garantia emergencial de cesta básica pela prefeitura para todo (a) desempregado;

-isenção de pagamento de luz, água, IPTU e passe-livre em todo transporte público para os desempregados;

Lutar para aprovar no país

-redução da jornada para 36 horas sem redução dos salários;

-seguro desemprego de dois anos, pelo menos, enquanto perdurar a crise;

-proibição da demissão imotivada e expropriação sem indenização das fábricas e empresas que receberam isenções fiscais e demitirem;

-garantia por lei de estabilidade no emprego;

4. AUMENTO DOS SALÁRIOS E CONGELAMENTO DOS PREÇOS

-A carestia, a inflação e o arrocho salarial, além de causar fome em milhões de famílias trabalhadoras, significa um tremendo aumento da exploração e da transferência de dinheiro para a patronal, para os ricos. É preciso congelar o preço das tarifas públicas municipais e isentar das mesmas os desempregados.

III. Programa de Governo PSOL

Programa » Trabalho, Emprego e Renda

O papel de um governo efetivamente de esquerda é gerenciar a macroeconomia com o objetivo de assegurar a melhora da qualidade de vida do povo pobre, dos trabalhadores do campo e da cidade e das classes médias.

Os grandes partidos defendem a atual política, que limita o aumento do salário mínimo ao aumento do PIB, o que é extremamente prejudicial, principalmente em uma conjuntura de recessão. Desta forma, serão necessárias várias décadas para que o salário mínimo atual atinja o patamar exigido pela Constituição.

A eterna justificativa oficial para este aumento pífio é que a Previdência Social não teria recursos para aumentar as aposentadorias, porém, a Previdência está inserida na Seguridade Social (na qual estão também as áreas de saúde e assistência), que apresenta superávits gigantescos, de mais de R\$ 70 bilhões por ano. O problema é que o governo utiliza a maior parte do orçamento federal para pagar a questionável dívida pública.

É necessário alterar esta política, garantindo que o salário mínimo atinja em poucos anos o mínimo exigido pela Constituição, que os servidores públicos tenham suas perdas repostas e lhes seja assegurado plano de carreira, assim como que a jornada de trabalho seja reduzida para assegurar mais empregos e melhores condições de vida.

O PSOL e Luciana Genro têm propostas para melhoras a qualidade de vida e a capacidade de consumo das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Veja:

1. Salário Mínimo que garanta a sobrevivência dos trabalhadores

O atual salário mínimo (R\$ 724) é quatro vezes inferior ao que deveria ser, conforme a Constituição (R\$ 2.915,07, conforme o DIEESE), ou seja, o valor capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

2. Salário Máximo – Nenhuma empresa pública ou privada poderá ter salários maiores do que 30 vezes o menor salário por ela oferecido. A limitação de salários* serve para impedir, entre outras coisas, a degradação salarial das camadas mais pobres da população.

3. Concursos Públicos – Ampliação dos concursos públicos, com vistas a diminuir a dependência de diversos setores do serviço

público dos chamados “cargos de confiança” e garantir efetiva garantia de funcionamento dos serviços públicos a toda população,

com profissionais treinados e bem remunerados.

4. Precarização e Terceirizações – Combate à precarização do trabalho e desestímulo à terceirização no serviço público. Contra a aprovação do PL 4330 e garantia da promoção de políticas efetivas de formalização do trabalho e garantia da negociação coletiva para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

5. Plano de carreira para todas as atividades do serviço público – Dialogar com as diversas carreiras do serviço público federal que ainda não possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com vistas a estender esse direito a todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

6. Combate ao assédio moral – ampliar a legislação para coibir casos de assédio moral no ambiente de trabalho, garantindo ao trabalhador o direito de denúncia e de proteção.

7. Democratização do sindicalismo – defendemos a plena liberdade de organização sindical, com uma mudança da estrutura sindical. Fim da intervenção do Estado sobre a organização dos trabalhadores/as. Fim da unicidade, da investidura e do imposto sindical. Fim do poder normativo da justiça do trabalho.

8. Reposição das perdas dos servidores públicos – ao contrário do que é falado pela grande imprensa, os gastos com servidores públicos caíram drasticamente nas últimas décadas. Em 1995, primeiro ano do governo FHC, os gastos com servidores equivaliam a 54,5% da Receita Corrente Líquida do Governo Federal. Quase vinte anos depois, este percentual caiu para 31,1% (Fonte: Boletim

Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, junho de 2014, pág 38). Nas últimas décadas, os servidores públicos foram prejudicados por vários anos seguidos sem reajuste, e com a negativa do governo em realizar negociações respeitadas com as diversas categorias. Foram diversos os casos de corte de ponto e outras formas de ameaças feitas pelo governo, tendo sido necessário uma grande greve para que os servidores tivessem um reajuste de 5% por ano nestes 3 anos, o que não cobre sequer a inflação. Enquanto isso, os rentistas da dívida pública não precisam fazer nada para conseguir uma taxa de remuneração de 11% sobre seus títulos públicos, às custas do povo.

9. Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais – adoção da Convenção 158 da OIT e o fim da rotatividade no emprego. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário com vistas a ampliar o emprego, limitando ao mesmo tempo a realização de jornada de trabalho extraordinária.

10. Garantia do direito de Organização por Local de Trabalho – garantia da negociação coletiva e do respeito e extensão das conquistas para todos, inclusive terceirizados, prestadores de serviço e outras formas de contratação precárias da força de trabalho.

IV. Programa de Governo PSDB

DIRETRIZES GERAIS

PLANO DE GOVERNO

AÉCIO NEVES – PSDB

2014

ÍNDICE

I. APRESENTAÇÃO	4
I.I. DIRETRIZES GERAIS DO PLANO DE GOVERNO DE AÉCIO NEVES.....	4
II. CIDADANIA	7
II.I. ASSISTÊNCIA SOCIAL	7
II.II. COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL.....	9
II.III. CULTURA	10
II.IV. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR ALIMENTAR	13
II.V. DIREITOS DO CONSUMIDOR.....	15
II.VI. DIREITOS HUMANOS	15
II.VII. ESPORTE E LAZER.....	18
II.VIII. HABITAÇÃO.....	19
II.IX. JUVENTUDE.....	21
II.X. MULHER.....	23
II.XI. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	24
II.XII. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	25
II.XIII. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	27
II.XIV. TERCEIRO SETOR.....	28
III. ECONOMIA	30
III.I. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	30
III.II. COMÉRCIO EXTERIOR.....	32
III.III. DESBUROCRATIZAÇÃO – SIMPLIFICAÇÃO	34
III.IV. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	35
III.V. EMPREENDEDORISMO.....	36
III.VI. EMPREGO E RENDA	37
III.VII. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	39
III.VIII. POLÍTICA AGRÍCOLA.....	40
III.IX. POLÍTICA INDUSTRIAL.....	42
III.X. POLÍTICA MACROECONÔMICA.....	44

III.XI. PREVIDÊNCIA SOCIAL	45
III.XII. REFORMA TRIBUTÁRIA.....	45
III.XIII. TURISMO	46
IV. EDUCAÇÃO.....	48
V. ESTADO EFICIENTE.....	53
VI. RELAÇÕES EXTERIORES	55
VI.I. DEFESA NACIONAL	55
VI.II. POLÍTICA EXTERNA.....	56
VII. SAÚDE	58
VIII. SEGURANÇA PÚBLICA	63
VIII.I. COMBATE AO USO DE DROGAS	63
VIII.II. SEGURANÇA PÚBLICA	64
IX. SUSTENTABILIDADE	67
IX.I. CIDADES SUSTENTÁVEIS E MOBILIDADE URBANA	67
IX.II. ENERGIA.....	68
IX.III. SANEAMENTO	71
IX.IV. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	72

I. APRESENTAÇÃO

I.I. DIRETRIZES GERAIS DO PLANO DE GOVERNO DE AÉCIO NEVES

Nos termos da legislação eleitoral em vigor, são agora apresentadas as Diretrizes Gerais do Plano de Governo do candidato à Presidência da República Aécio Neves, tendo como candidato a Vice-Presidente Aloysio Nunes Ferreira.

A elaboração deste documento decorreu do trabalho e da interlocução de inúmeros especialistas nas mais diversas áreas das políticas públicas.

Conforme a metodologia adotada, este trabalho será o ponto de partida para um processo de amplos e democráticos debates com a sociedade brasileira, por meio de seus diversos segmentos, com o propósito de detalhar as presentes diretrizes, mediante a indicação das ações transversais, bem como das ações e programas específicos para cada setor de atividade governamental.

Propõe-se, especialmente, que haja ampla participação popular, através, inclusive, de mecanismos virtuais de participação, por meio de redes sociais, de modo a se obter, ao final, um programa de governo que espelhe, de forma bem fidedigna, os maiores anseios da sociedade brasileira, assim como os caminhos a serem trilhados para a superação dos grandes desafios que se apresentam hoje para o país.

Na elaboração das presentes diretrizes, definiu-se um rol de princípios fundamentais, que devem estar presentes em todas as diretrizes e nos futuros programas governamentais, que serão detalhados e apresentados ao longo da campanha presidencial, e que são os que se seguem.

1. Descentralização, levando a solução do problema para perto de onde ocorre, mediante forte ação federativa, com reconhecimento do papel fundamental de Estados e Municípios.
2. Simplicidade, reduzindo as complicações burocráticas para pessoas, empresas, organizações e governos.
3. Confiança, de forma a tornar menos oneroso e mais ágil o processo produtivo, de relacionamento com o terceiro setor e o processo decisório no país.
4. Eficiência, como meio do Poder Público cumprir o seu papel de atuar para resolver os problemas da população.
5. Transparência, com efetivo acompanhamento da sociedade na execução das políticas públicas.
6. Inovação, de modo a aumentar a produtividade e a qualidade de vida das pessoas.

7. Participação popular, como pilar do processo de avanços a serem conquistados.

Um dos objetivos fundamentais será a realização das reformas fundamentais, tão reclamadas por todo o Brasil, processo que terá início logo no começo do novo governo.

1. Reforma dos serviços públicos, com o propósito de implementar a radical melhoria da prestação de todos os serviços públicos oferecidos aos brasileiros, com especial destaque para as áreas de saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.
2. Reforma da segurança pública, inclusive da legislação penal, com o propósito de erradicar a impunidade e aumentar os níveis de segurança no país.
3. Reforma política, com o propósito de tornar mais confiável e transparente a atuação política.
4. Reforma tributária, com o propósito de fortalecer a Federação, simplificar o sistema tributário e reduzir o custo Brasil, aumentando a produtividade e gerando mais empregos.
5. Reforma e aprimoramento da infraestrutura nacional, por meio de um amplo programa de investimento em todas as dimensões da infraestrutura do país, a partir de regras claras e estáveis, incluindo mobilização de capital privado e a coordenação das várias instâncias de governo.

O objetivo central deste conjunto de reformas é o de criar condições para o crescimento do país e das condições para o desenvolvimento de políticas que estimulem, de forma concreta, a superação da pobreza, garantindo a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Para tanto, as Diretrizes do Plano de Governo organizam-se em oito áreas, relacionadas em ordem alfabética, e que, por sua vez, abrangem diversos temas:

1. Cidadania
2. Economia
3. Educação
4. Estado Eficiente
5. Relações Exteriores e Defesa Nacional
6. Saúde
7. Segurança Pública
8. Sustentabilidade

Estas áreas devem se integrar de forma holística, de maneira a se apresentar, ao final, um Plano de Governo que represente uma soma positiva de ações governamentais que se aliam na consecução do bem comum, e não um simples elenco de programas que não se conectam entre si.

Deste modo, muitos dos temas tratados são repetidos em várias áreas, o que revela a sua prioridade e relevância.

COMPROMISSO FUNDAMENTAL – Reafirma-se o compromisso básico e fundamental com a defesa das liberdades do povo brasileiro, por meio da defesa firme da liberdade de imprensa, da liberdade de opinião e de expressão, da independência dos Poderes da República, da Federação, fundamentos de nossa democracia, e que permeiam todas as políticas públicas.

Esse é um compromisso firmado com cada cidadão brasileiro.

II. CIDADANIA

A plena condição de país desenvolvido para o Brasil ainda depende de muitos fatores. Sem dúvida, o mais importante é a real qualidade de cidadão para cada brasileiro, no reconhecimento e exercício de seus direitos e deveres como pessoa e em sua total inserção na sociedade brasileira com dignidade, respeito e qualidade de vida.

Deste modo, neste tópico são aludidas as diretrizes relativas a diversas políticas públicas fundamentais para a nação. Trata-se de uma relação inicial, pois estamos tão-somente no começo da elaboração do Plano de Governo, cabendo salientar a relevância destes temas para a prosperidade do país como um todo.

II.I. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em um país ainda repleto de desigualdades, as políticas sociais são instrumentos de transformação da vida do povo brasileiro e a assistência social tem um papel relevante neste quadro.

DIRETRIZES:

- 1. O Brasil não pode mais conviver com a pobreza e com as suas desigualdades e este enfrentamento deve se dar em um pacto social coletivo entre governo e sociedade, garantindo a todos os brasileiros o direito à inclusão social sustentável, solidária e coletiva.**
- 2. Valorização do protagonismo das famílias, cabendo ao governo o papel de identificar as necessidades básicas da população e garantir que as famílias acessem serviços de boa qualidade.**
- 3. Garantia de atenção integral à primeira infância.**
- 4. Implantação de política pública de cuidadores de idosos e de pessoas com deficiências que dependam de cuidados de terceiros.**

5. Estabelecimento de parcerias com o setor privado, com o objetivo de apoiar iniciativas esportivas e culturais comunitárias.
6. Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social –SUAS, incluindo o atendimento de famílias residentes em locais vulneráveis e estender sua atuação para a zona rural.
7. Fortalecimento da articulação entre os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, escolas, unidades básicas de saúde, Programa de Saúde da Família - PSF e demais políticas sociais.
8. Instituição da agenda de reorganização dos serviços socioassistenciais, em parceria com os conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social, tendo em vista que a população mais vulnerável do país não tem acesso aos serviços de proteção social.
9. Garantia de informações acessíveis sobre os programas e benefícios sociais por meio de campanhas direcionadas aos seus beneficiários.
10. Articulação, com as entidades do Terceiro Setor, constituindo a rede socioassistencial.
11. Promoção e estímulo à cultura do empreendedorismo junto às comunidades.
12. Estímulo a inovações tecnológicas nas políticas de assistência social.
13. Garantia de acesso a todas as tecnologias assistivas que melhorem a vida das pessoas com deficiência e dos idosos.
14. Fortalecimento e reorganização do programa de erradicação do trabalho infantil.
15. Garantia do cumprimento do plano decenal de assistência social.
16. Reestruturação e ampliação do programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
17. Implantação de medidas de proteção para idoso e pessoas com deficiência que recebam o benefício de prestação continuada, inclusive com a reorganização do processo de monitoramento e avaliação das práticas protetivas, para garantia de qualidade no serviço e nos cuidados.
18. Garantia do direito à escolaridade de crianças e adolescentes que recebam o benefício de prestação continuada.
19. Consideração dos planos municipais de assistência social na alocação de verbas para os Municípios, conforme decisão do Conselho Nacional de Assistência Social.

II.II. COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL

Nosso governo, em parceria com a sociedade, irá trabalhar para o verdadeiro fim da pobreza. É preciso dar um passo fundamental na nova Agenda Social do Brasil, reconhecendo que a pobreza vai muito além da ausência de renda. Estamos falando e debatendo um problema que mata todos os dias os sonhos e as esperanças de uma imensa parcela da população no Brasil. Combater a pobreza e as desigualdades sociais deve ser uma urgência do Estado Brasileiro e uma mobilização de todos, que devem defender uma política social que articule proteção social, crescimento individual, desenvolvimento familiar e desenvolvimento comunitário.

DIRETRIZES:

1. Transformação do Bolsa Família em política de Estado, incorporando-o à Lei Orgânica da Assistência Social e ratificando-o, desta forma, como direito permanente das populações mais vulneráveis social e economicamente.
2. Implementação do que foi pactuado pelo Brasil nos Objetivos do Milênio, no ano 2000, e ainda não cumprido no país: nenhum brasileiro pode viver com menos de 1,25 dólar / dia.
3. Adoção do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM - do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - que mede a pobreza a partir das privações de saúde, educação, moradia e qualidade de vida.
4. Implantação de um movimento de busca ativa permanente, pois as pessoas extremamente pobres no Brasil seguem invisíveis aos programas e projetos sociais e devem ser encontradas através de projetos como o Porta a Porta Nacional.
5. Adoção de incentivos para as famílias pobres que tiverem filhos concluindo o ensino fundamental e médio, bem como a alfabetização, formação e qualificação de adultos.
6. Investimento massivo no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico, educação, e compromisso com a maior equidade da oferta dos mesmos.

7. Descentralização, com maior protagonismo das regiões e municípios nos programas de erradicação da pobreza.
8. Participação e voz dos coletivos (comunidades) locais, incentivando as organizações da sociedade civil para seu engajamento nos projetos de erradicação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.
9. Apresentação de proposta de lei de transparência cidadã, para que todos os usuários do bolsa família e do cadastro único sejam informados anualmente dos benefícios sociais a que têm direito e dos quais não estejam usufruindo.
10. Inclusão das famílias pobres no mundo de trabalho e renda.
11. Ênfase na relação Famílias e seus territórios de vida, apoiando a convivência e a coesão social das comunidades.
12. Diversidade nas estratégias programáticas de erradicação da pobreza.
13. Inovação nos processos de proteção social para que funcionem como motor estratégico no enfrentamento a pobreza.
14. Criação de novas combinações programáticas na atenção às famílias, assim como inovação em rotas de aprendizagem que permitam às famílias construir efetivas oportunidades de vida com maior autonomia.
15. Inovação nas articulações que assegurem enfrentar déficits de educação, saúde, informação, aportes culturais e tecnológicos.
16. Manutenção, expansão e constante aprimoramento do cadastro único federal, que deve se constituir em plataforma de dados indispensável aos propósitos de erradicação da pobreza.
17. Priorização do conjunto de privações sociais identificadas no Cadastro Único do Bolsa Família em uma Agenda Social da Família, que será criada com esta finalidade.
18. Adoção de metodologia que classifique o risco social de uma família, como instrumento para o desenvolvimento de ações que permitam a uma família vencer suas privações.

II.III. CULTURA

O Brasil tem um capital valioso que o destaca entre os países: sua enorme diversidade cultural. Se a língua comum nos une, as características locais, regionais e étnicas devem ser reconhecidas e

valorizadas. Um país saudável reconhece – e socializa - a contribuição de seus artistas.

DIRETRIZES:

1. Introdução de um novo conceito de cultura na política pública brasileira, com prioridade para uma visão integrada da ação cultural, abrangendo todas as instâncias governamentais e de estímulo a toda a produção cultural nacional, em todos os seus segmentos.
2. Estímulo a políticas públicas que se articulem em torno dos desafios da formação, manutenção e difusão das atividades culturais, com especial atenção aos conceitos de planejamento e continuidade.
3. Compreensão e valorização da cultura, em suas diversas manifestações, como valor simbólico e como responsável por parte expressiva da geração de nosso PIB.
4. Estabelecimento de políticas culturais que valorizem o patrimônio cultural material e imaterial, transformando os mesmos em elementos estratégicos para o desenvolvimento de uma Política de Economia Criativa.
5. Consolidação do conceito de parceria público-privada, com responsabilidades compartilhadas, no financiamento à produção artística, que hoje é praticamente centrado na Lei Rouanet - de renúncia fiscal.
6. Criação de fontes complementares de financiamento para atender ao amplo espectro das demandas culturais.
7. Adoção do conceito de policentrismo, por meio da valorização de manifestações culturais regionais, no plano interno e, no plano externo, com robustecimento do protagonismo do Brasil, divulgando nossa cultura em suas diversas formas, como produto simbólico caracterizador de nossa singularidade.
8. Fortalecimento da ação cultural internacional do Brasil, em especial frente aos países de língua portuguesa, mas também com programas especiais em relação à África e América Latina, reforçando o diálogo com nossas raízes.
9. Interação entre cultura e educação, que será decisiva no processo de emancipação do jovem brasileiro, que vive numa sociedade multicultural. Enquanto a cultura estimula a afirmação de identidades pessoais e sociais, a educação fornece o repertório comum da vida em sociedade.

10. Fortalecimento do ensino das Artes na escola fundamental, como fator catalisador, em que a aquisição do conhecimento caminha ao lado do exercício da criatividade e a apreensão das linguagens artísticas.
11. Ampliação do debate sobre o direito autoral, com reconhecimento dos direitos dos autores.
12. Proteção e defesa da memória nacional, inclusive com revitalização do Arquivo Nacional.
13. Estímulo a projetos culturais em comunidades vulneráveis, com especial atenção ao engajamento dos jovens.
14. Criação e fortalecimento de ações de defesa do patrimônio histórico e cultural, mediante, entre outras, a criação do Programa dos Museus Nacionais, voltado para as instituições cujos acervos têm relevância nacional ou reconhecimento internacional.
15. Robustecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas, com vistas a implantar novas unidades e socorrer bibliotecas regionais de referência, detentoras de acervo de valor nacional, que serão beneficiadas com apoio federal, mesmo sem ter vínculo formal com o governo central.
16. Estímulo a empresas estatais e privadas para a adoção de instituições culturais de âmbito nacional - museus ou bibliotecas, assegurando a sua sustentabilidade.
17. A sensibilidade artística, o respeito e o reconhecimento por toda forma de expressão artística e cultural e a formação cultural em si devem ser os principais objetivos dos centros culturais destinados prioritariamente aos jovens. O governo federal, em parceria com estados e municípios, irá estimular a implantação de centros culturais, em todo o país, sobretudo em cidades com população universitária e em regiões urbanas carentes. A formação cultural em regiões carentes irá englobar cursos de profissionalização em habilidades técnicas ou artísticas, oferecendo ao jovem uma alternativa de emancipação e fortalecendo a ligação entre educação e cultura.
18. Elaboração de uma política mais eficaz de apoio à difusão e publicação da literatura brasileira, inclusive mediante a adoção de forte estímulo à formação de público leitor.
19. Instituição, em parceria com o setor privado, estados e municípios, de amplos e abrangentes programas de circulação nacional que contemple, entre outras, todas as formas de manifestação da cultura popular, de exposições e de espetáculos de teatro, dança, ópera e circo, possibilitando
um intercâmbio artístico altamente estimulante, além de considerável economia operacional e financeira.
20. Criação de programas institucionais de exposições em grandes museus, de presença em festivais, entre outros, de cinema, literatura, música, teatro e dança e de estímulo ao intercâmbio universitário.

21. Apoio a programas de formação de público para eventos culturais.
22. Expansão da infraestrutura e do acesso à internet. O acesso à comunicação digital é altamente estimulante à participação e colaboração no âmbito das redes sociais. Estimularemos as iniciativas de produção do conhecimento em rede.
23. Estímulo a novas formas de diálogo entre a produção artística em suas diferentes linguagens e a população dos grandes centros urbanos.

II.IV. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR ALIMENTAR

As políticas públicas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, criadas a partir da década de 1990, marcaram o reconhecimento do Estado para um segmento social importante do meio rural brasileiro, caracterizado pela diversidade de sujeitos sociais e pelo seu significativo papel na produção alimentar dos brasileiros.

DIRETRIZES:

1. Apoio aos investimentos, por parte de estados e municípios, na formação e capacitação dos pequenos produtores rurais, de forma a promover a melhoria tecnológica e permitir sua emancipação sociopolítica, livrando-os da dependência histórica e inserindo-os de forma proativa na agenda do desenvolvimento.
2. Criação de incentivos à produção da agricultura orgânica como alternativa de renda na agricultura familiar.
3. Apoio às inovações tecnológicas e à democratização do acesso às tecnologias relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica.
4. Incentivo à implantação de sistemas de captação e manejo de água de chuva, visando a incorporação e ampliação da agricultura familiar nos territórios semiáridos.

5. Apoio à incorporação de medidas que visem aproximar a produção do consumo de alimentos, de modo a evitar o longo deslocamento dos mesmos, fator causador de emissões de gases de efeito estufa e de aumento dos preços dos produtos para o consumidor.
6. Elaboração do Mapa Brasileiro das Vulnerabilidades Sociais às Mudanças Climáticas, que subsidie a construção e a implementação de sistemas de alerta de riscos de desastres, a elaboração de políticas públicas de redução de riscos e a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
7. Estímulo a pesquisas de extensão voltadas para a agricultura familiar.
8. Apoio à criação dos núcleos de agroecologia, com a ampliação da formação de profissionais conhecedores da agroecologia.
9. Apoio ao esforço da Embrapa na pesquisa em agroecologia.
10. Implantação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, construindo parcerias com universidades para a execução de projetos e elaboração de materiais paradidáticos.
11. Reconhecimento do potencial econômico do extrativismo praticado pelas populações tradicionais, nos vários biomas.
12. Aceleração da regularização fundiária dos territórios, agilizando os processos de demarcação e garantindo sua proteção física, bem como de apoio aos assentamentos e garantia de oferta das ações das diversas políticas públicas aos seus integrantes, com qualidade e eficiência.
13. Reconhecimento do papel essencial do autoconsumo como prática da agricultura familiar e camponesa, e da contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar.
14. Incentivo às feiras agroecológicas, aos grupos e redes de consumidores, e à aliança com o pequeno varejo.
15. Abertura do mercado institucional para a agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE.
16. Implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - a partir do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, a fim de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuem fortemente para o desenvolvimento sustentável. Isso possibilitará à população a melhora da

qualidade de vida, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos bens naturais.

II.V. DIREITOS DO CONSUMIDOR

Dentre os direitos importantes de cidadania está a defesa do consumidor, direito especialmente relevante em uma economia de mercado e conquistado principalmente a partir da edição do Código de Defesa do Consumidor. É importante fortalecer, também, a defesa da concorrência para defender os interesses do cidadão e das famílias.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de modo que este último tenha mecanismos eficientes e desburocratizados para assegurar seus direitos.
2. Garantia de atenção especial a determinados segmentos da economia, com alto índice de reclamação por parte dos usuários.
3. Articulação das ações dos órgãos de defesa do consumidor com os de defesa da concorrência.

II.VI. DIREITOS HUMANOS

Nosso governo buscará a renovação do compromisso com os princípios de igualdade, segurança e paz - o trinômio dos direitos humanos modernos.

Será dada forte prioridade às políticas afirmativas em relação aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, em especial às mulheres, idosos, crianças, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, povos indígenas e pessoas com deficiência.

DIRETRIZES:

1. Difusão da mensagem e do ideário dos direitos humanos por meio de todas as políticas públicas de responsabilidade federal e constante

divulgação dos preceitos da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU.

2. Constituição de um polo de ativação contra a impunidade, que receberá notícias de assassinatos em qualquer ponto do território nacional, seguindo o andamento das respectivas providências, nos setores policiais e judiciais dos estados e o tempo da respectiva conclusão.
3. Desenvolvimento de práticas que, através das escolas ou do serviço civil, especialmente organizado, voluntário e gratuito, aumentem o nível de consciência e participação comunitária dos jovens, em uma corrente contra a indiferença e a falta de cidadania e a favor de uma cultura da paz e do respeito à diferença.
4. Utilização da tecnologia de informação e comunicação para inspirar a formação de agentes de transformação social.
5. Ajuda à melhoria prisional, com priorização da ocupação com o trabalho.
6. Rigorosa observância das normas internacionais, especialmente, no tocante à execução das penas nos estabelecimentos prisionais.
7. Elaboração do 4º Plano Nacional de Direitos Humanos que, no marco dos princípios constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito, complete e aperfeiçoe as políticas públicas relativas aos direitos humanos, em especial quanto aos setores mais vulneráveis como mulheres, crianças, idosos, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiências, vítimas da violência e indígenas.
8. Defesa e manutenção das ações afirmativas de inclusão social, inclusive cotas, em razão de raça.
9. Combate ao tráfico de mulheres e de crianças e fortalecimento de programa nacional de busca a crianças desaparecidas e de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.
10. Proteção especial ao idoso, mediante efetivo programa de combate aos maus tratos de idoso e criação de protocolo nacional de cuidados com idosos em instituição de abrigamento ou albergamento.
11. Instituição, em parceria com Estados e Municípios, de efetivo censo nacional de população de rua e apoio à reestruturação do sistema de abrigos e casas de acolhimento, bem como instituição de agenda de reconstrução social, em parceria com os movimentos de população de rua.
12. Fortalecimento das Defensorias Públicas, visando facilitar o acesso à Justiça por todos os cidadãos.
13. Apoio a estruturação de conselhos tutelares, em especial nas áreas de maior incidência de violência, para se alcançar a universalização de sua atuação, em todo o país, até 2018.

14. Estímulo a criação dos CIC – Centros Integrados de Cidadania - que visa promover a mediação popular com a participação de mediadores da comunidade.
15. Adoção de ações de repúdio ao terrorismo e ao racismo, em todas as suas manifestações.
16. Apoio às estruturas estaduais e municipais de direitos humanos e de combate à discriminação e ao racismo.
17. Implementação de políticas públicas contra a qualquer tipo de intolerância.
18. Apoio a linhas de pesquisa universitárias relativas a questão étnico-racial e de diversidade sexual.
19. Identificação das necessidades das diversas etnias ciganas no território nacional.
20. Estímulo aos movimentos afrodescendentes, LGBT, indígena e cigano para promoção de eventos contra o racismo e a homofobia.
21. Implementação de programas de apoio e auxílio a comunidades quilombolas.
22. Apoio a ações estaduais e municipais destinadas a promoção da igualdade racial.
23. Organização de Protocolos de Prevenção ao Racismo e Discriminação por Orientação Sexual com participação das Políticas de Justiça, Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde e Igualdade Racial em ampla parceria com a sociedade civil.
24. Fortalecimento e ampliação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
25. Ampliação da participação da Comunidade LGBT nos debates do Programa Brasil sem Homofobia, e articulação deste programa com as iniciativas estaduais e municipais.
26. Oitiva permanente, através do Fórum Nacional de Diálogo, das reivindicações dos movimentos sociais que lutam pela garantia de direitos de Negros, Indígenas, Ciganos, Quilombolas e LGBT.
27. Garantia de metas especiais para alfabetização e aumento da escolaridade da comunidade afrodescendente.
28. Articulação das Políticas de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Educação, Previdência, Direitos Humanos e Justiça para garantir que o Governo atue de forma permanente e integrada na defesa e no acesso a
todos os direitos sociais das comunidades afrodescendentes,
indígenas, quilombolas, ciganas e LGBT.

II.VII. ESPORTE E LAZER

O esporte deve ser tratado como objeto de políticas públicas e como instrumento da formação educacional e da integração social, disseminando as boas práticas de convivência em comunidade e aprimoramento pessoal.

DIRETRIZES:

1. Cumprimento, na execução dos programas e projetos esportivos, das diretrizes emanadas pelas Conferências Nacionais do Esporte.
2. Promoção do esporte como ferramenta para o desenvolvimento humano, econômico e social.
3. Fomento à integração do atual modelo de formação dos atletas brasileiros com as escolas e as universidades.
4. Aprimoramento e maior acesso aos mecanismos de incentivo a atletas, técnicos e projetos esportivos.
5. Estabelecimento de diálogo permanente e cooperação efetiva com as organizações esportivas para desenvolver ao máximo a indústria do esporte, de forma transparente e democrática, contribuindo para o crescimento do país e gerando emprego e renda.
6. Reconhecimento da importância dos clubes na matriz esportiva nacional.
7. Apoio a que os Jogos Olímpicos Rio 2016 sejam realizados em condições ideais de organização, mobilidade, sustentabilidade, hospitalidade e segurança e incentivo às equipes olímpicas e paraolímpicas.
8. Incentivo ao esporte escolar, valorizando as aulas de educação física, bem como o esporte e a atividade física no contra turno escolar.
9. Contribuição, junto a estados e municípios, para uma gestão eficiente dos equipamentos esportivos públicos, viabilizando sua plena utilização e manutenção.
10. Integração da política de esporte com as demais políticas públicas, especialmente de Educação e de Saúde.
11. Apoio aos municípios na criação de espaços para o esporte de participação, promovendo sua prática espontânea pela população.

12. Fomento à continuidade do estudo por parte do atleta de alto rendimento.
13. Apoio aos estados e municípios na implantação de infraestrutura esportiva nas escolas.
14. Apoio e incentivo, em parceria com estados e municípios, à prática do conjunto de esportes urbanos.
15. Garantia de espaços públicos para a prática de atividades culturais ambientais e dos esportes urbanos, nos parques, praças, escolas e centros esportivos.
16. Garantia de livre acesso aos espaços públicos, de lazer e recreação para os praticantes e adeptos dos esportes urbanos.
17. Criação de políticas de incentivo e apoio às associações que congregam os praticantes e adeptos dos esportes urbanos, bem como às ações sociais por eles patrocinadas, notadamente aquelas voltadas para o apoio aos jovens.
18. Introdução de espaços específicos para a prática de atividades culturais, ambientais e dos esportes urbanos nos projetos públicos - centros esportivos, praças de esportes e parques, entre outros.

II.VIII. HABITAÇÃO

A criação do Plano Nacional de Habitação, com uma proposta de integração federativa, para atender o déficit de milhões de domicílios, se faz premente e será considerada ação prioritária pelo governo federal.

DIRETRIZES:

1. Manutenção e ampliação de programa habitacional, nos moldes do Minha Casa Minha Vida, com atendimento prioritário às famílias de menor renda com subsídios e adotando, para a política de concessão de financiamentos, o critério diferencial da renda familiar e o conceito de capacidade de pagamento das famílias.
2. Perenidade na aplicação e operação dos recursos em volumes compatíveis com a erradicação do déficit habitacional em todo território nacional. Garantia de recursos, a título de subsídio, para a produção de moradias, provisão de infraestrutura, urbanização de favelas e apoio à aquisição de terras, além das ações de assistência técnica vinculadas à regularização fundiária e demais ações de desenvolvimento institucional e

urbano, incluindo mecanismos para gestão da valorização imobiliária e estímulo à viabilização de terrenos e imóveis em adequadas condições para provisão de moradia.

3. Agilidade na produção de moradias, com a participação responsável da iniciativa privada e apoio dos agentes promotores e financeiros, inclusive entidades sociais organizadas.
4. Prioridade de investimento nas áreas de risco, favelas e assentamentos precários das metrópoles brasileiras e cidades de médio porte.
5. Retomada dos investimentos associados a ações de gestão urbana e ambiental.
6. Articulação da política habitacional com a política de desenvolvimento urbano sustentável, por meio do estímulo à integração de investimentos em saneamento, mobilidade e gestão urbana e ambiental.
7. Resgate do passivo da urbanização irregular, com a promoção da regularização urbanística e fundiária, em apoio aos estados e municípios, por meio do estabelecimento de um Programa Nacional de Regularização Fundiária, com metas a serem definidas pelas unidades federativas, com base no diagnóstico dos Planos Estaduais de Habitação. O objetivo é regularizar as construções irregulares, gerando, ao mesmo tempo, ativos econômicos, segurança jurídica e dignidade.
8. Estabelecimento de programas e ações adaptados às diferentes zonas bioclimáticas do país, respeitadas as necessidades e os perfis socioeconômicos regionais.
9. Inclusão de critérios de sustentabilidade nos projetos habitacionais, com o objetivo de estimular habitações sustentáveis em termos de eficiência energética e conservação de água.
10. Desenvolvimento de programas específicos para a população de idosos, além de cotas das unidades, de forma integrada com a gestão das políticas sociais e de saúde e contando com a participação nos conselhos municipais dos idosos e, da mesma forma, para pessoas com deficiência, com integração com as ações das políticas sociais e de saúde.
11. Inclusão de todos os requisitos de infraestrutura indispensáveis à qualidade de vida dos moradores de conjuntos habitacionais - água, esgoto, drenagem, pavimentação e gestão de resíduos sólidos, bem como integração das ações de mobilidade urbana desde o início da concepção dos projetos de intervenção pública.

12. Incentivo ao planejamento da localização preferencial dos empreendimentos em áreas que sejam objeto de projetos de mobilidade - ou que disponham de condições de acessibilidade.
13. Implantação, em parceria com os municípios, nos conjuntos de maior porte, de serviços comunitários que concentrem o atendimento às necessidades dos moradores em termos de apoio à gestão do condomínio, serviços de assistência social, informação para o trabalho e serviços prestados pelo município ao cidadão.
14. Criação de novos marcos regulatórios voltados para a recuperação urbana associada à regularização de imóveis.
15. Priorização ao atendimento às famílias com mulheres chefe de famílias, bem como o registro do imóvel no nome da mulher.
16. Atendimento aos segmentos vulneráveis da população com soluções habitacionais adaptadas às diferentes situações socioeconômicas - indígenas, quilombolas e comunidades rurais.
17. Promoção, com a parceria dos municípios, de ações de estímulo a reuniões preparatórias para a adaptação das famílias à nova solução de atendimento habitacional, fomentando a integração com as redes de apoio social e promovendo a capacitação para deveres, direitos e possibilidades advindos da nova moradia e do bairro.
18. Fortalecimento, no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, do protagonismo da política nacional de moradia social e da política de desenvolvimento urbano, por meio de Câmara Técnica específica, com representantes das áreas técnicas designados pelo Governo Federal, Estados, Municípios, representantes de órgãos financeiros e promotores, Cohab estaduais e municipais, e principalmente com representantes da sociedade civil.

II.IX. JUVENTUDE

A população jovem brasileira gira em torno de 55 milhões de pessoas, na sua grande maioria expostas aos riscos da criminalidade, violência, drogas e desemprego. Nesse quadro é urgente a adoção de projetos e ações que estimulem a geração de oportunidades voltadas a essa parcela da população, assim como novas formas de educação e inserção cultural e social desses jovens.

DIRETRIZES:

1. Garantia de nova oportunidade para todos os jovens que não terminaram a escolaridade básica, através de programas complementares.
2. Garantia de que a Escola seja o principal centro de referência e de convivência da Juventude.
3. Prioridade na redução da vulnerabilidade juvenil, mediante critérios objetivos e políticas integradas.
4. Instituição de mecanismos e projetos de redução da violência em relação aos jovens, especialmente por meio de programas de prevenção em grandes centros urbanos.
5. Estabelecimento de canais de diálogo da Juventude com as estruturas de governo, devidamente articuladas, em todos os seus níveis.
6. Organização de um amplo portal na Internet, que estimule o diálogo e o debate e ofereça informações relevantes para este segmento da população.
7. Organização de núcleos de Ideias Criativas, em parceria com as prefeituras, para que o jovem tenha estímulo para seguir em frente com os seus sonhos.
8. Combate à evasão escolar de forma eficiente e inteligente.
9. Estímulo à conclusão da formação básica e de cursos de natureza técnica e profissional, nos moldes do PRONATEC, enfatizando também o desenvolvimento de capacidades para inserção no campo da economia criativa.
10. Estímulo à convivência e ao relacionamento dos diversos grupos e representações de jovens de todo o Brasil.
11. Adoção de políticas eficazes de estímulo ao primeiro emprego.
12. Estruturação de espaços de apoio e escuta para a Juventude.
13. Realização de programas especiais para a saúde de adolescentes e jovens.
14. Fomento, em parceria com estados e municípios, à construção de áreas de lazer, em especial nas periferias das grandes cidades, para práticas de esportes e de atividades culturais.
15. Estímulo à prática de esportes e de atividades culturais pelos jovens.
16. Estímulo a ações em que jovens ensinem e apoiem outros jovens.

17. Organização ampla de ações de prevenção, atenção, apoio e atendimento a jovens envolvidos com drogas.

II.X. MULHER

“A questão das mulheres não é das mulheres, é dos homens também, é da sociedade, é um problema de igualdade. Não podemos mais falar em justiça social sem pensar em uma participação efetiva e em uma condição de igualdade dentro da nossa sociedade. Pensar em desenvolvimento social implica, primeiro, fazer quase o milagre de diminuir nossa desigualdade”. (Ruth Cardoso)

O Brasil é o 81º colocado em desigualdade de gênero entre 134 nações.

DIRETRIZES:

1. Transformação em realidade do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em consonância como o novo plano de governo, garantindo assim a transversalidade de gênero entre ministérios, colocando, de forma permanente e sistemática a perspectiva de gênero sobre toda a atuação do governo federal.
2. Resgate das políticas públicas para as mulheres, com a promoção de toda a potencialidade da rede de Proteção Social.
3. Cumprimento dos Tratados, Acordos e Convenções dos organismos internacionais, assinados pelo Brasil, e demais mecanismos em casos de violação aos direitos humanos das mulheres;
4. Fomento aos direitos de cidadania das meninas, mulheres e idosas, incentivando a criação de comitês comunitários municipais de mulheres comprometidas com o aperfeiçoamento da democracia, com a promoção da ética, da cidadania, de ações sociais e de combate à corrupção e de abusos econômicos.
5. Estimulo à escola de tempo integral e à criação de creches para liberar a mulher para o trabalho e também para os estudos, otimizando os espaços físicos para alfabetização de mulheres adultas.

6. Fomento à capacitação de professores nas questões de gênero, raça-etnia e violência contra as mulheres, visando desconstruir preconceitos e estereótipos.
7. Ampliação da participação das mulheres em todos os escalões da administração pública, observando os princípios da igualdade de condições no preenchimento dos cargos,
8. Estímulo a programas e ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias educativas de sensibilização de adolescentes e apoio integral nos casos de gestação e acompanhamento da mãe e da criança até a idade de 05 anos, além de programas de atendimento à gravidez de risco, partos prematuros e prevenção da mortalidade materna.
9. Instituição de campanhas preventivas de atendimento ao câncer de colo de útero, de mama, de DST; atendimento especial às mulheres quando portadoras de doenças sexualmente transmissíveis; e combate à obesidade e desnutrição infantil.
10. Promoção do atendimento integral à mulher e à criança vítima de violência, tornando a violência contra a mulher uma questão de saúde pública.
11. Instituição, pelo SUS, do tratamento de correção estética, incluindo cirurgias plásticas para as mulheres vítimas de deformações oriundas de violência doméstica.
12. Institucionalização da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tornando-a um programa de Estado e não de Governo.
13. Aperfeiçoamento da aplicação da legislação de combate à violência doméstica, em especial para proteger mulheres e crianças.
14. Criação de Programa de Combate à Exploração Sexual, que atinja mulheres, meninas e jovens e que atue eficazmente no Brasil e no exterior, inclusive com dotação para fazer o resgate de mulheres escravas sexuais no exterior.

II.XI. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O Governo Federal deve estimular o debate e a busca de consensos por meio da participação social de grupos, coletivos, organizações não-governamentais, movimentos sociais e populares. Não se pode buscar as soluções para os graves problemas nacionais sem escutar

trabalha para resolvê-los. A participação do cidadão também se manifesta por meio dos Conselhos Nacionais de políticas públicas, que devem ser prestigiados e fortalecidos.

DIRETRIZES:

1. Realização de diálogos nacionais a partir de agenda de prioridades sociais, econômicas e comunitárias.
2. Reconhecimento de que a participação cidadã e a escuta social não devem se restringir a espaços formais e institucionalizados.
3. Abertura de canais para o diálogo com o cidadão que quer interagir com o Poder Público.
4. Formação de servidores públicos especialistas em diálogo com a sociedade.
5. Realização do Mapa Anual de Participação Social Brasileira.
6. Instituição do comitê de ideias criativas para receber sugestões da sociedade.
7. Garantia de agendas descentralizadas para as autoridades federais em todo o território nacional, reconhecendo o sentido de urgência da ação social.
8. Priorização do sentido de memória social e coletiva na discussão dos problemas nacionais.
9. Fortalecimento das conferências nacionais de políticas públicas.
10. Garantia de apoio técnico ao funcionamento dos Conselhos Nacionais, de modo a aprimorar a qualidade de sua atuação.
11. Respeito ao calendário das conferências nacionais.
12. Instituição do fórum de articulação dos Conselhos Nacionais de políticas públicas para facilitar e construir sinergias.

II.XII. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para os aproximadamente 30 milhões de brasileiros com alguma deficiência, efetivar os seus direitos como cidadãos vai além da superação das barreiras econômicas e sociais.

DIRETRIZES:

1. Apoio à criação de espaços apropriados para o debate sobre as necessidades e aspirações das pessoas com deficiência, fortalecendo a concepção de que a questão da deficiência não pode ser confundida com doença.
2. Fortalecimento à compreensão de cidadania pelas pessoas com deficiência intelectual e múltipla, dando-lhe voz e orientação adequada para que se tornem protagonistas de seus direitos e deveres.
3. Garantia de participação da família nas formulações de políticas e na definição de ações a serem direcionadas pelo poder público ao desenvolvimento da pessoa com deficiência.
4. Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas voltadas para as tecnologias assistivas e para as tecnologias sociais que aumentem a autonomia e a independência da pessoa com deficiência.
5. Integração de ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, emprego e renda e habitação, de acordo com a idade, sexo, renda e tipo de deficiência.
6. Apoio à implantação de uma Rede Nacional de Reabilitação e Readaptação, com centros e clínicas destinadas ao cuidado de portadores de deficiências físicas, garantindo o acesso gratuito aos profissionais e aos medicamentos e exames médicos necessários, assim como o fortalecimento dos serviços já existentes.
7. Apoio a educação inclusiva, que mantém as crianças na escola regular, intensificando a capacitação contínua de professores e de toda a equipe escolar, além do preparo da escola, sem prejuízo das escolas especiais, nos casos em que estas sejam necessárias.
8. Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que contemplem as características de cada deficiência, permitindo a evolução de escolaridade e gerando novas expectativas de vida às pessoas com deficiência.
9. Realização de parcerias entre instituições educacionais públicas e privadas, sem fins lucrativos, no sentido de avançar para a construção de um sistema educacional que contemple o fortalecimento das escolas comuns e a permanência das escolas especiais, nos casos em que estas sejam necessárias.
10. Estímulo a participação de pessoas com deficiência nos programas e cursos de formação profissional, por meio de oferta de condições de

acessibilidade, material adaptado e tecnologias que permitam o desenvolvimento de suas habilidades.

11. Incentivo aos programas municipais de acessibilidade.
12. Definição de regras claras que incentivem a contratação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla pela iniciativa privada, criando mecanismos para favorecer a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho.
13. Apoio à criação, pelos municípios, de programa de cuidadores domiciliares para pessoas com deficiência em situação de envelhecimento ou com dependência, bem como alternativas de acolhimento na ausência dos pais.

II.XIII. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável –SANS - é a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam socioeconômica e ambientalmente sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse conceito concretiza-se por meio de programas, ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável nos municípios - ponto de partida e de chegada para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, sustentável e solidária.

DIRETRIZES:

1. Planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de SANS, e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e nutricional - SISAN, com vistas a acompanhar o cumprimento das obrigações do poder público para a realização do DHAA e a consolidar a intersetorialidade, a participação social e a gestão governamental regionalizada, eficiente, eficaz e transparente.
2. Garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para grupos, famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar ou de vulnerabilidade.
3. Universalização do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo da população e para a produção de alimentos da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e da pesca e aquicultura, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica.
4. Combate à pobreza rural e de ampliação do abastecimento alimentar e o acesso a alimentos pelas famílias rurais e periurbanas.

5. Promoção e incorporação do direito à alimentação adequada nas políticas públicas, do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável, da educação alimentar e nutricional e da alimentação e da nutrição materno-infanto-juvenil.
6. Fortalecimento das ações de vigilância sanitária dos alimentos.
7. Respeito às comunidades tradicionais e aos hábitos alimentares locais.
8. Municipalização das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável.
9. Apoio à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, como base para emancipação familiar.

II.XIV. TERCEIRO SETOR

É inegável que entidades do Terceiro Setor tem demonstrado grande capacidade, com baixo custo e maior efetividade, no alcance de resultados positivos nas ações sociais que desenvolvem.

DIRETRIZES:

- 1 Definição, de forma clara, objetiva e democrática, de um marco regulatório que estabeleça a forma e os meios como se darão as relações intersetoriais, com a criação ou aprimoramento de órgão público ou privado que possa capacitar, qualificar, acompanhar e certificar as organizações do Terceiro Setor, como forma de apoiar o importante trabalho desenvolvido por essas organizações.
- 2 Garantia de que a contratação ou destinação de recursos ao Terceiro Setor irá requerer a sua gestão profissional, com transparência pública dos objetivos e resultados obtidos.
- 3 Realização do Censo Nacional do Terceiro Setor, que permitirá fazer um diagnóstico seguro, com informações úteis para direcionar a aplicação de recursos nas áreas sociais e ambientais em condições que atendam aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.
- 4 Debate com a sociedade organizada da proposta de implantação do sistema de PPPS – Parcerias Público-Privadas Sociais – criando meios para que o Estado e o setor privado possam financiar projetos e programas sociais e ambientais de interesse público.
- 5 Estabelecimento de meios de controle e fiscalização da aplicação de recursos públicos geridos pelas organizações sem fins lucrativos, com foco principal nos resultados sociais obtidos.

III. ECONOMIA

As questões econômicas têm um peso fundamental no desenvolvimento do país. Neste setor são considerados vários temas, todos a título de diretrizes, para serem detalhados e desenvolvidos no decorrer dos amplos debates que vão preceder a elaboração do Plano de Governo.

O desenvolvimento econômico terá, necessariamente, um corte regional, com propostas de desenvolvimento para as regiões mais fragilizadas economicamente do Brasil, que receberão tratamento especial, por meio de programas e projetos de fomento econômico.

Da mesma forma será dada forte prioridade ao apoio a micro e pequenas empresas, reconhecendo o seu papel gerador de riquezas e empregos no país.

III.I. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

As universidades públicas e as instituições de pesquisa, federais e estaduais, precisam de apoio para investir mais na sua infraestrutura de pesquisa e nos demais instrumentos geradores de conhecimento básico e aplicado, além de mecanismos que garantam a retenção de nossos talentos no Brasil.

Pouca pesquisa, porém, se faz direcionada para o desenvolvimento industrial, da agropecuária e do setor de serviços. Em patentes, a participação do Brasil continua muito reduzida, sem prioridades. Reforçar a mola do desenvolvimento significa elevar a capacidade de inovação tecnológica do país.

Ademais, o ensino da tecnologia deve estar associado à resolução de problemas sociais e a uma atitude empreendedora.

DIRETRIZES:

1. Estruturação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação. Para que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação – CT&I - no Brasil ganhe robustez e velocidade, é fundamental a estruturação de sistema nacional articulado, com governança clara e bem definida, e acompanhamento pelo Conselho de Ciência e Tecnologia - CCT.
2. Revitalização do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, como órgão colegiado, com representação nacional, que exercerá o papel de assessoria ao Presidente da República na definição de diretrizes de CT&I.
3. Articulação entre as políticas de educação e ciência, tecnologia e inovação.
4. Criação de programa nacional para formação de pesquisadores, considerando quantidade, qualidade e fixação descentralizada no país.
5. Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. A nossa pesquisa científica e tecnológica precisa alcançar padrões internacionais para impulsionar a economia, diversificando as atividades e agregando valor. Isso requer infraestruturas de porte e de maior complexidade. A nossa pesquisa, embora tenha avançado, ainda é fragmentada, pulverizada e sem foco e prioridades estabelecidas a nível nacional.
6. Elaboração de um plano de elevação gradual dos investimentos - públicos e privados - em CT&I, buscando atingir, até 2020, um patamar de 2,0% do PIB - hoje investimos apenas 1,2%. Estabeleceremos metas para serem cumpridas nos quatro anos de mandato, com a diversificação das fontes públicas de custeio e incentivos para investimentos privados.
7. A inovação é o grande agente que transforma conhecimento em riqueza. Estabeleceremos programas que incentivem a pesquisa e a inovação nas empresas públicas e privadas, e promoveremos a modernização e a celeridade no sistema de registro de patentes do País, via revitalização do INPI. Apresentaremos proposta articulada no que virá a ser o Sistema Brasileiro de Inovação.
8. Elaboração de um programa robusto e consistente para internacionalização da ciência brasileira, envolvendo intercâmbio de pesquisadores, atração de talentos e criação de infraestrutura adequada para receber e atrair cientistas internacionais.
9. Promoção e manutenção de políticas públicas que incentivem a inovação em cadeias produtivas, integrando grandes, médias e pequenas empresas,

assim como centros de pesquisa acadêmicos e tecnológicos nacionais e internacionais.

10. Ampliação do programa Ciências sem Fronteira, para incluir professores e pesquisadores, promovendo a integração de centros de pesquisas brasileiros com centros de pesquisa que sejam referências internacionais.
11. Criação de um programa brasileiro de formação tecnológica, incentivando a formação de técnicos, engenheiros e pesquisadores em áreas aplicadas, voltados para a qualificação profissional técnica e desenvolvimento da capacidade tecnológica do país.
12. Manutenção e ampliação dos movimentos de cooperação e diálogo entre os setores público e privado – como o MEI – Movimento Empresarial para Inovação – incluindo representantes acadêmicos e de centros tecnológicos, empreendedores e lideranças empresariais de pequenas e médias empresas.
13. Elaboração de programa nacional de difusão e disseminação de pesquisas e conhecimentos em CT&I, incluindo e fortalecendo a ciência na educação básica, com projetos de feiras de ciências, museus e centros de ciências.
14. Reforma do arcabouço legal para CT&I. O Brasil não tem um arcabouço legal para CT&I e usa legislações inadequadas para regular essas atividades. Com isso, o País perde competitividade no cenário internacional.
15. Implantação do Programa Nacional de Parques Tecnológicos de âmbito nacional e regional, criando parques tecnológicos em temas prioritários, como bioenergia, química verde, TIC e fármacos, com foco em ambientes de cooperação universidade-empresa e com infraestrutura de apoio à P&D empresarial.
16. Apoio a incubadoras de empresas, com caráter de inovação, em articulação com as universidades.

III.II. COMÉRCIO EXTERIOR

O grande desafio que a nova política de comércio exterior enfrentará será o de promover uma crescente integração do Brasil no comércio internacional. É imperativo que nosso país deixe de ser um dos mais fechados do mundo e que seja definida uma estratégia de integração competitiva das empresas brasileiras às cadeias mundiais de valor.

Somente assim desenvolveremos uma indústria e um setor de serviços competitivos.

DIRETRIZES:

1. Integração competitiva da economia brasileira ao mundo para reduzir o hiato tecnológico da nossa indústria e abrir caminho para uma estratégia de modernização, compatível com a dinâmica do sistema econômico internacional.
2. A nova política de comércio exterior deverá estar articulada com a política macroeconômica e com a política industrial, voltada para a recuperação da produtividade, da competitividade e da inovação.
3. Recuperação da competitividade e estímulo à maior e melhor inserção do país no comércio internacional, por meio de medidas voltadas à redução do “custo Brasil”, ampliação do comércio exterior, retomada das negociações de acordos comerciais e ao apoio ao investimento externo de empresas brasileiras.
4. Redução da carga tributária sobre as exportações, simplificando os regimes tributários nacionais e redução dos custos acessórios no cumprimento das exigências tributárias.
5. Simplificação da legislação de comércio exterior e a desburocratização das aduanas e dos portos, através da elaboração de uma abrangente agenda de facilitação de comércio com o exterior, com o engajamento dos diferentes órgãos governamentais relacionados à área.
6. Desenho de uma reforma tarifária que confira maior racionalidade à estrutura de proteção. A nova estrutura de proteção será projetada de forma a dar previsibilidade de longo prazo. O cronograma de racionalização tarifária será anunciado com antecedência e implantado de forma gradual.
7. Reforço de instituições de regulação técnica e certificação de produtos, como INPI e INMETRO, para a redução dos prazos para a obtenção de patentes e a isonomia entre produtos importados e os produzidos localmente. A defesa comercial e a promoção comercial deverão ser aperfeiçoadas e integradas de forma coordenada na nova política comercial.
8. Exame da compatibilização com a legislação nacional das regras, normas e regulamentos técnicos que passaram a fazer parte dos novos acordos de

preferências comerciais, afim de permitir a participação dos produtos nacionais em cadeias globais de valor.

9. Redução dos custos dos serviços, com vistas a melhorar a competitividade das exportações brasileiras.
10. Conclusão das negociações comerciais, em curso, com a União Européia, sendo o bloco o principal mercado para as exportações brasileiras. Além disso, lançaremos as bases para um acordo preferencial com os Estados Unidos, mercado tradicionalmente relevante para as exportações de manufaturados brasileiros.
11. Reavaliação das prioridades estratégicas e atenção ampliada no que tange à China. A emergência desse país trouxe profundas transformações para a economia global e tem impactado, através do comércio e do investimento, a economia brasileira, suas exportações e sua competitividade.

III.III. DESBUROCRATIZAÇÃO – SIMPLIFICAÇÃO

Nosso objetivo é simplificar a vida das pessoas – trabalhadores, empresários, donas de casa, organizações, etc. A vida mais simples significa gastar menos tempo para atender às necessidades de cada um. Não devemos esquecer que o desperdício de tempo é um custo, para as empresas, para as pessoas e para o Brasil.

DIRETRIZES:

1. Redução das exigências legais e dos prazos para obtenção de licenças, autorizações e provimento de informações.
2. Transformação do conceito de simplificação num valor permanente, observando sempre a possibilidade de melhorias contínuas. Trata-se de um processo de mudança contínua e, como tal, terá princípio e não terá fim. Descomplicar o dia a dia das pessoas e das organizações reduz o desperdício de tempo e, conseqüentemente, os custos. Contribui também para o aumento dos investimentos ao melhorar o índice de competitividade do Brasil.
3. A simplificação deve ser compartilhada por todos, nos seus direitos e nos seus deveres. Mobilizaremos tanto os setores público e privado que, assim como as pessoas, terão responsabilidades neste processo.
4. Redução das regulamentações, regras e exigências. Aumentaremos a confiança nas pessoas e nas instituições, valorizando e reconhecendo que a maioria das pessoas age corretamente, e responsabilizando claramente a minoria que age fora da lei.

5. A cultura brasileira de desconfiar e controlar precisa ser transformada em uma cultura que privilegie a confiança e o respeito ao direito do outro. Cabe a cada pessoa - física, jurídica, setor público e organizações - uma parcela dessa responsabilidade. O processo de mudança envolverá a mobilização e o convencimento através de um diálogo permanente, lembrando sempre o foco nas pessoas.
6. O setor público deverá focar no cidadão. Reduziremos e simplificaremos as normas legais, e a responsabilidade de cada um será valorizada - reforçando as penalidades para os casos de falsidade. Importante será o envolvimento dos servidores públicos – cabe a eles a identificação de oportunidades de melhoria, assim como a implantação das simplificações.
7. Realização de diálogo com o setor privado a fim de detalhar a agenda das empresas e do governo, com o objetivo de buscar maior simplificação de processos.

III.IV. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As imensas distorções ainda existentes na realidade regional brasileira levam a indicadores sócio-econômicos muito díspares no âmbito do território nacional.

A instituição de uma verdadeira política de desenvolvimento regional, com atenção às peculiaridades regionais e respeito à autonomia dos entes federados, deve ser uma prioridade governamental.

DIRETRIZES:

1. Implantação de planos de desenvolvimento regionais, com foco no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com o objetivo de aprimorar a infraestrutura destas regiões, com atenção às circunstâncias regionais.
2. Priorização na alocação de recursos do Tesouro Nacional para investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com objetivo de diminuir, de forma mais rápida, as discrepâncias regionais do país.

3. Adoção de modelos diversos de financiamento, inclusive por PPP, para a melhoria da infraestrutura regional, com criação de empregos formais para a mão de obra local.
4. Articulação com os governos estaduais de programas de geração de empregos, renda e oportunidades.
5. Garantia de conclusão das obras já em andamento, com eficiência e celeridade.
6. Reconhecimento da necessidade de estímulos especiais para a economia regional, como forma de redução das desigualdades interregionais do Brasil.
7. Adoção de políticas especiais para o semiárido nacional, com foco na convivência com a seca.
8. Fortalecimento das agências governamentais com atuação regional.
9. Esforço governamental concentrado, abrangendo todas as políticas públicas, para a melhoria substancial dos indicadores sócio-econômicos das regiões menos desenvolvidas do país.
10. Parceria permanente com Estados e Municípios, como agentes regionais e locais de desenvolvimento.
11. Mapeamento de regiões com menor índice de desenvolvimento no território de cada Estado, para identificar formas de geração de empregos e oportunidades.
12. Estimulo à implantação de ações comunitárias nas regiões de menores índices de desenvolvimento humano e social.

III.V. EMPREENDEDORISMO

É função de governo, em todas as sociedades modernas, promover o estímulo ao empreendedorismo, incentivando a cultura empreendedora e reduzindo barreiras burocráticas, regulatórias e tributárias.

DIRETRIZES:

1. Simplificação dos marcos regulatórios que impactam as atividades acadêmicas e empresariais de inovar e empreender.
2. Integração das diferentes agências de apoio à inovação e ao empreendedorismo criando “janelas únicas” de acesso, evitando-se com isso as soluções isoladas e muitas vezes conflitantes.

3. Uso adequado dos recursos públicos destinados à inovação e ao empreendedorismo, reconhecendo o papel do estado como agente incentivador ao empreendedorismo e à inovação – não apenas à pesquisa científica - correndo riscos inerentes a estes processos.
4. Adoção de programas de apoio às “startups” no Brasil.
5. Estímulo ao acesso a capitais empreendedores, com medidas de facilitação de crédito e financiamento para este setor.
6. Incentivo ao empreendedorismo em universidades públicas e privadas, facilitando a cooperação das empresas nacionais e internacionais com os grupos de pesquisa científicos e tecnológicos.
7. Atração e retenção de empreendedores estrangeiros que desejem constituir negócios no país.
8. Introdução de componentes curriculares de empreendedorismo nas diretrizes nacionais de educação básica, profissional e superior.
9. Simplificação do processo e da legislação de propriedade intelectual para facilitar e reduzir o prazo médio para registro e obtenção de patentes no país.

III.VI. EMPREGO E RENDA

A redução da rotatividade da mão de obra no Brasil e o aumento da sua produtividade são elementos fundamentais para uma nova política de emprego e renda. Trabalho mais qualificado é significado de maiores salários e garantia de empregabilidade do trabalhador.

DIRETRIZES:

1. Fomento à criação de empregos formais de qualidade, com a garantia de todos os direitos trabalhistas.
2. Continuidade dos ganhos reais do salário mínimo.
3. Implementação de políticas visando à diminuição da rotatividade no emprego. Uma das características que destaca o mercado de trabalho brasileiro do que ocorre nos países mais desenvolvidos é a elevada taxa de *turn over*. Atualmente, quase 44% da mão de obra formal ficam menos de um ano em um mesmo emprego, apenas 30% permanecem por dois anos ou mais, e modestos 23% ficam em uma mesma empresa por mais de quatro anos.

4. Incentivo às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor.
5. Incentivo ao aumento da produtividade, mediante a incorporação, pelas empresas, de tecnologias modernas em seus processos produtivos e de ações de treinamento e capacitação de mão de obra.
6. Reversão da tendência de diminuição dos recursos do FAT destinados para a capacitação de trabalhadores, mediante recuperação e reorganização deste Fundo.
7. Criação de programas específicos de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando incorporá-los ao mercado formal de trabalho, com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego.
8. Apoio aos micro-empresendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade, e instituição de espaços plurais para a sua formação.
9. Apoio ao associativismo e ao cooperativismo, como instrumentos de geração de renda e oportunidades.
10. Estímulo aos arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade.
11. Criação de ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal.
12. Apoio nacional a projetos locais de geração de renda, em articulação com Estados e Municípios.
13. Adoção de ações, em conjunto com o Poder Judiciário, para a diminuição do contencioso judicial na esfera do trabalho. Convocaremos uma grande discussão nacional que vise a busca de um caminho menos conflituoso, com incentivo a estudos voltados a tornar mais robustas e simples a conciliação e a arbitragem dos conflitos.
14. Estruturação de programas de estímulo ao aumento da escolaridade do trabalhador.
15. Estímulo à criação de novas formas de trabalho e renda para os trabalhadores aposentados que queriam continuar em atividade.
16. Combate permanente ao trabalho escravo e degradante, bem como ao trabalho infantil.
17. Combate e repressão aos exploradores de trabalhadores imigrantes.
18. Garantia de regularização dos trabalhadores rurais.

19. Estruturação de programa, articulado com as políticas de assistência social e educação, de busca ativa da população adulta em situação de desocupação.
20. Criação de linhas estratégicas de fomento à economia solidária.
21. Estímulo ao trabalho artesanal, em articulação com as políticas de cultura e turismo.
22. Estímulo a que as empresas promovam, junto aos seus empregados, programas de qualidade total e de inovações voltados à solução de problemas, melhoria de processos, segurança no trabalho e aumento da produtividade.
23. Criação de prêmio, por setor, e com visibilidade nacional, para empresas que reduzirem os acidentes de trabalho.

III.VII. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A modernização, maior eficiência e capilaridade da infraestrutura no Brasil se faz premente para promover o crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida da população. O objetivo é investir mais e melhor.

DIRETRIZES:

1. As reformas que serão promovidas pelo nosso governo irão abarcar cinco pontos essenciais, que serão atacados em simultâneo: **Planejamento**, de forma racional, avaliando custos e benefícios, ouvindo a sociedade, investidores e usuários; **execução das obras de forma competente**, com base em projetos bem elaborados e consistentes com as melhores práticas; **regulação, com independência e transparência**, equilibrando o interesse de concessionários e usuários, tendo em vista permanentemente o interesse público e a redução dos riscos de frequentes mudanças de regras; **financiamento com recursos públicos e/ou privados**, conforme exigir cada projeto, para alavancar o setor de infraestrutura e logística; e **modelagem cuidadosa dos setores**, evitando introduzir mudanças radicais e extemporâneas com consequências incertas.
2. O investimento em infraestrutura será uma política de Estado, que reconhecerá as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e da

regulação. Caberá ao Estado assegurar que os projetos obedeçam a uma lógica de planejamento, e que sejam regulados e fiscalizados por agências de fato independentes.

3. Melhora significativa no planejamento e nas decisões dos investimentos, para definir corretamente as prioridades, eliminar os desperdícios, as sobreposições, e a falta de articulação entre os modais, no caso de transportes. Iremos planejar atendendo ao interesse público do conjunto da população – o que é o primeiro grande passo para a mudança da infraestrutura do país.
4. Não serão iniciadas obras sem o respectivo projeto básico e executivo confiáveis, nem tampouco sem os respectivos orçamento e projeções plurianuais.
5. Inclusão da variável ambiental e dos custos ambientais de mitigação e compensação já nas primeiras fases de análise da viabilidade dos empreendimentos (projetos e obras) de infraestrutura.
6. Reconhecimento dos recursos privados como parte importante do financiamento à infraestrutura no país, inclusive por meio de PPP.
7. Criação de novo modelo para o investimento em infraestrutura, reduzindo a incerteza regulatória e promovendo a estabilidade nos modelos de operação, visto que os investidores no setor trabalham com um horizonte de planejamento de médio e longo prazo.
8. Estímulo à infraestrutura de comunicações, com garantia de acesso dos brasileiros a internet de qualidade e com custo compatível, garantindo o acesso gratuito quando necessário, em especial para atividades de cunho social e inclusivo.
9. Melhoria constante da infraestrutura para a melhor prestação de serviços públicos, especialmente de transporte (em todos seus segmentos), energia, saneamento e telefonia (em suas modalidades), com garantia da qualidade do serviço.
10. Implantação de amplo programa de hidrovias em todo o país, com pleno uso do potencial das bacias hidrográficas brasileiras.

III.VIII. POLÍTICA AGRÍCOLA

O Brasil se tornou uma potência agrícola internacional, com uma crescente importância na geopolítica do abastecimento global de

alimentos. Essa posição tenderá a se consolidar e crescer nas próximas décadas, dado que a demanda mundial seguirá crescendo e poucos países poderão atendê-la. Iremos promover uma política agrícola voltada para o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo aumento do consumo interno que será induzido pelo crescimento do emprego de qualidade e da renda, bem como pelo mercado internacional. O apoio ao agronegócio é fundamental para a economia brasileira.

DIRETRIZES:

1. Resgate da qualidade e dos recursos alocados aos investimentos em infraestrutura no país, inclusive por meio de PPP, para que eles efetivamente saiam do papel, e promovam melhorias relevantes na infraestrutura, que hoje é um dos maiores gargalos para o crescimento da produção e para o fortalecimento da agropecuária.
2. Criação de regras claras para o desenvolvimento, o uso e a multiplicação dos diferentes produtos e processos da biotecnologia. A falta de clareza das regras vem desestimulando o investimento privado e comprometendo seriamente o surgimento de novas tecnologias. É preciso repensar o papel central da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, visto que as decisões acerca de biotecnologia devem ser tomadas por especialistas. Seriedade, transparência e agilidade são os elementos-chaves para que novas tecnologias permitam o desenvolvimento da agricultura brasileira, tendo por primado a proteção da saúde humana e do meio ambiente.
3. Estímulo à implantação da Agricultura de Baixo Carbono.
4. Resgate dos investimentos em pesquisa pública no país, integrando na forma de redes de trabalho os sistemas federais, estaduais e privados de pesquisa. A rede de desenvolvimento tecnológico irá envolver as universidades de ciências agrárias e biológicas.
5. Promoção da melhoria do sistema brasileiro de patentes, não apenas para o caso da pesquisa na área de biotecnologia, conferindo-lhe mais agilidade. É fundamental garantir o respeito ao direito de propriedade sobre a patente, reprimindo o uso indevido dos diferentes produtos e processos (pirataria).
6. Melhoria da alocação de recursos orçamentários para a defesa sanitária, com a consequente cobrança de aumento da qualidade dos serviços.

7. Ampliação do quadro de técnicos da vigilância sanitária e desenvolvimento de trabalho conjunto com as vigilâncias sanitárias estaduais, a fim de otimizar os resultados das estruturas existentes.
8. Desenvolvimento de ações de controle e combate a doenças e pragas, em parcerias com o setor privado, comunidade científica e sociedade civil.
9. Harmonização dos sistemas de vigilância do Brasil com os demais países da região.
10. Erradicação da febre aftosa em todo o país, sem distinção de região. Priorização do controle e erradicação de zoonoses, tais como tuberculose, raiva, brucelose e clostridiose.
11. Implantação de ações de educação sanitária dos produtores.
12. Priorização do Programa Nacional de Controle de Resíduos.
13. Estimulo à adoção voluntária de certificação e de organização, divulgando aos produtores os diferentes sistemas de certificação, e exigência de rastreabilidade em produtos de maior risco sanitário.
14. Proteção ao risco de catástrofe.
15. Proteção ao risco de preço. O elemento de defesa de risco mais adequado ao uso pelos agricultores é o mercado de opções, que deverá ser desenvolvido e estimulado no Brasil.
16. Estimulo e divulgação dos mecanismos de financiamento da agricultura, especialmente no que diz respeito ao Banco do Brasil.
17. Regularização da titulação de todas as propriedades brasileiras, com o reforço da unificação dos cadastros estaduais e federais no que diz respeito à titulação das propriedades, estabelecendo um cadastro único de terras.
18. Estimulo à adesão dos produtores ao regime de pessoa jurídica, o que será alavancado pelo desenvolvimento de um modelo tributário tipo "Simples Agrícola".

III.IX. POLÍTICA INDUSTRIAL

Desenvolveremos uma visão organizada de futuro para a política industrial brasileira, visando fomentar o seu crescimento com maior produtividade, agregação de valor e inovação.

DIRETRIZES:

1. Redefinição do relacionamento da indústria brasileira com o resto do mundo, por meio da integração do nosso parque industrial com a indústria global e com as cadeias globais de produção.
2. Incentivo à maior integração entre indústria, agricultura e serviços.
3. Apoio à conexão da indústria com o agronegócio, como na produção de energia álcoolquímica, no desenvolvimento de novos produtos e serviços industriais.
4. Contribuição à maior integração da indústria com o setor de serviços, tanto no que concerne aos produtos de consumo como no que concerne à venda de equipamentos - venda de soluções e não apenas de máquinas, como projetos de melhorias em gestão de energia, segurança, gestão e automação de industrial.
5. Promoção de planos, junto ao setor industrial, de forma a decidir não apenas quais produtos manufaturados o país deve exportar mas, principalmente, de que forma esses produtos agregam valor por incorporar na sua produção inovação em produto ou processo, em *design*, em materiais especiais ou numa estratégia ligada ao desenvolvimento de marcas.
6. Definição das ações microeconômicas voltadas para redução de preço dos insumos básicos da indústria, maiores incentivos à inovação, maior treinamento da mão de obra e mecanização dos processos de produção.
7. Fomento à inovação e à constante avaliação dos casos de sucesso e fracasso. Assim como ocorre na cadeia do agronegócio, é indispensável que as inovações estejam mais presentes na indústria local.
8. Estímulo na direção de maior produtividade industrial, com empregos de melhor qualidade alavancados também pelo apoio à maior qualificação do trabalhador.
9. Melhoria da qualidade da infraestrutura e diminuição da burocracia.
10. Estímulos para produção de bens sustentáveis e adoção de inovações em sintonia com as diretrizes de uma Economia de Baixo Carbono e Economia Circular, como o uso de instrumentos econômicos e foco do poder de compra governamental.
11. Utilização de incentivos para indústria, de maneira transparente, sendo constantemente avaliados, e utilizados como instrumentos temporários de fomento ao crescimento da produtividade.

12. Aprovação imediata do marco regulatório da mineração, que irá conferir maior estabilidade ao setor, permitindo a expansão da indústria da mineração, importante item de nossa balança comercial.

III.X. POLÍTICA MACROECONÔMICA

No campo da macroeconomia, iremos adotar o cumprimento inequívoco dos compromissos do tripé macro: inflação na meta, ou seja, no centro da meta, superávit primário obtido sem artifícios contábeis e câmbio flutuante. O objetivo maior é criar no Brasil um ambiente de menos incerteza e maior segurança, compatível com taxas de juros real e nominal significativamente mais baixas que as atuais e compatíveis com a média histórica dos países mais avançados. Esta é uma condição necessária para quer embarquemos em uma trajetória acelerada de convergência aos melhores padrões de vida do planeta.

DIRETRIZES:

1. Autonomia operacional ao Banco Central, que irá levar a taxa de inflação à meta de 4,5% ao ano. Uma vez atingida, a meta será reduzida gradualmente, assim como a banda de flutuação, atualmente em mais ou menos 2%. O Banco Central deverá também suavizar as flutuações do ciclo econômico e zelar pela estabilidade financeira.
2. Geração de um superávit primário suficiente para, gradualmente, reduzir as dívidas líquida e bruta em comparação ao PIB. Este superávit poderá ser ajustado para refletir o movimento cíclico da economia.
3. Inclusão, no cálculo dos gastos públicos do governo, de todas as despesas, subsídios e desonerações, sem uso de quaisquer artifícios. Esta é uma necessidade absoluta para a construção de um regime macroeconômico robusto. Mais do que isso, é também uma condição básica para o funcionamento de uma democracia, que não admite espaços para gastos públicos extra orçamentários.
4. Criação de ambiente de segurança jurídica, com respeito aos contratos, e de atração de investimentos para o país.
5. Minucioso esforço de acompanhamento e avaliação do gasto público, que dê transparência ao processo e permita o contraditório.

III.XI. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Mudanças demográficas estão na raiz dos desequilíbrios do nosso sistema previdenciário, que está estruturado sob o princípio de repartição. Neste sistema, a geração economicamente ativa financia os benefícios da geração que já se retirou do mercado. O foco é a melhoria do equilíbrio atuarial das contas do regime geral de previdência social.

DIRETRIZES:

1. O primeiro enfrentamento do déficit da previdência se dará pelo incremento sustentado da atividade econômica. A volta do crescimento com base na atividade do setor privado será importante fator para minorar o avanço do déficit da previdência social, pois provocará o crescimento da receita mais que proporcional ao da despesa.
2. Introdução de ações que visem a diminuição da informalidade da economia. Desta forma, novos contribuintes entrarão no sistema e aumentarão a receita de contribuições previdenciárias, permitindo uma significativa melhora no financiamento das despesas.
3. Adoção do cadastro único, que ajudará enormemente no combate às fraudes na concessão de benefícios, que tanto drenam as receitas do sistema geral de previdência social.
4. Adoção de medidas para apoiar a redução da rotatividade e o aumento da especialização da mão-de-obra. O decorrente crescimento da massa salarial também contribuirá para o aumento das receitas e redução do déficit da previdência social.
5. Melhoria permanente dos serviços prestados aos beneficiários da previdência.

III.XII. REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil é um país de elevada carga tributária para seu nível atual de desenvolvimento. Temos uma carga tributária de 36% do PIB num país com PIB per capita de R\$ 24 mil. Em geral, países com carga tributária semelhante à nossa têm um PIB per capita quase três vezes superior.

Assim, aumentar a carga tributária deixou de ser uma opção viável para o financiamento das políticas públicas, mas há espaço para uma melhoria substancial no nosso sistema tributário, que é extremamente complexo e distorcido. Um exemplo é o número elevado de impostos e contribuições, que aumentam muito a burocracia e o custo das empresas. De acordo com dados do Banco Mundial, as empresas no Brasil levam, em média, cerca de 2.600 horas para cumprirem com suas obrigações fiscais, ante uma média de apenas 366 horas para todos os países da América Latina e Caribe. Assim, é possível avançar de forma rápida na forte redução do número de impostos e contribuições.

DIRETRIZES:

1. Simplificação do sistema tributário nacional, objetivando revisar as competências tributárias, unificando impostos e contribuições que incidam sobre a mesma base, com respeito aos princípios federativos.
2. Agilização no aproveitamento dos saldos credores acumulados junto ao fisco.
3. Instituição do cadastro único para pessoas físicas e jurídicas. Para minimizar grande parte da complexidade do sistema tributário nacional, iremos instituir, por meio de Projeto de Lei Complementar, o cadastro único. Isto irá conferir simplificação e racionalidade ao sistema tributário brasileiro.

III.XIII. TURISMO

Nosso objetivo é inserir o Brasil no segmento do mercado global de turismo, de modo a ocupar uma posição condizente com a sua economia e com as belezas de nosso país e nossa cultura.

DIRETRIZES:

1. Incentivo ao crescimento dos investimentos em infraestrutura turística, para permitir a expansão da atividade e a melhoria da qualidade do produto para o turista nas diversas regiões do país.
2. Fomento à realização de pesquisas estatísticas, que produzam

informações consistentes, para embasar as políticas públicas e os investimentos privados com foco na nossa diversidade cultural e no fomento do turismo sustentável.

3. Promoção da percepção, nas populações anfitriãs, sobre os benefícios diretos causados pelo fluxo turístico. Conscientização da população dos impactos econômicos positivos do Turismo na localidade onde moram, seja na geração de emprego e renda, na melhoria dos equipamentos urbanos e na qualidade dos serviços prestados.
4. Elaboração, consolidação e divulgação dos calendários de eventos nas cidades, com o governo atuando como agente incentivador da promoção institucional desses eventos junto a Estados e Municípios.
5. Criação de metodologia de avaliação do estágio de desenvolvimento e competitividade dos destinos turísticos brasileiros, para auxiliar o planejamento dos municípios alvo, desenvolvendo sua capacidade competitiva e incentivando a qualificação dos profissionais e gestores turísticos.
6. Promoção dos valores culturais, ecológicos, gastronômicos dentre outros que possam gerar fluxo internacional de turismo para o Brasil.
7. Ampliação do turismo associado às Unidades de Conservação, mediante implantação de infraestrutura de visitação e atividades no entorno das mesmas, tais como gastronomia e artesanato.

IV. EDUCAÇÃO

Todos os brasileiros têm direito a uma educação de qualidade, e o grande desafio do país nos próximos anos será garantir a qualidade da educação, sustentada em uma concepção de direitos. Este desafio inclui a universalização da Educação Básica dos 4 aos 17 anos e grande esforço em direção à ampliação do aprendizado. A sociedade quer mudança. Quer escolas organizadas que funcionem bem, com mais tempo para as crianças aprenderem, mais transparência na gestão de recursos públicos, mais eficiência na execução de políticas educacionais e mais professores bem preparados e remunerados adequadamente. Enfim, mais educação fazendo diferença efetiva na vida de nossos filhos, com forte melhoria da qualidade do ensino público.

DIRETRIZES:

1. Criação de incentivos para melhorar a formação, a carreira e a remuneração dos professores, bem como valorização e reconhecimento daqueles profissionais que mais contribuem para o desenvolvimento de seus alunos, vinculando a remuneração dos professores à melhoria da aprendizagem dos alunos.
2. Remuneração inicial atrativa e adequada ao equilíbrio entre remuneração inicial e final, e garantia de autonomia dos estados e municípios na definição de carreiras dos profissionais de educação, respeitadas as diretrizes nacionais.
3. Coordenação da política nacional de formação de professores, tanto junto às instituições formadoras públicas e privadas, como junto às secretarias municipais e estaduais de educação, responsáveis pela contratação de mais de 85% dos professores do país.
4. Reconhecimento da Escola como o principal local de desenvolvimento e organização do território onde estiver instalada, com mecanismos de interação e diálogo com as famílias e com a comunidade, com atenção aos desafios locais. Uma escola que não tenha muros que a separe da realidade social dos estudantes e de suas famílias.
5. Estímulo para uso pedagógico de tecnologias da informação e comunicação nos cursos de formação de professores.

6. Criação de incentivos do governo federal para a implantação de acordos de resultados entre governos locais e cada escola, bem como ampliação do engajamento da sociedade e da formação de parcerias na melhoria da gestão escolar.
7. Participação da União no financiamento da remuneração de professores ativos de Educação Básica dos estados e municípios, o que irá requerer a modificação das regras de complementação do FUNDEB, atualmente limitadas a apenas alguns estados e municípios.
8. Apoio à modernização dos equipamentos escolares, incluindo a instalação de bibliotecas e laboratórios, computadores e acesso à Internet, e adequação térmica dos ambientes para o tempo de verão, garantindo a todas as escolas brasileiras condições adequadas de infraestrutura, incluindo conexão WIFI acessível a todo estudante.
9. Implantação da escola de tempo integral e progressiva eliminação do ensino noturno para jovens que não trabalham.
10. Estabelecimento de um planejamento integrado entre governo federal, estados e municípios para a definição das estratégias de execução das metas do PNE.
11. Especificação mais clara do regime de colaboração para a educação infantil e a educação profissional, reduzindo as desigualdades regionais, estimulando o planejamento conjunto da oferta das redes estaduais e municipais de ensino e a racionalização da aplicação de recursos públicos.
12. Definição de uma Base Nacional Comum para os currículos da educação básica dos sistemas de ensino estaduais e municipais, estabelecendo com clareza e objetividade o que é básico e indispensável que todos os alunos brasileiros aprendam em cada ano e etapa de escolaridade obrigatória. A ser definida com a participação de estados, municípios, entidades representativas da educação pública e privada e da sociedade civil em geral, a Base Nacional Comum, tal como apresentada no Artigo 26 da LDB, preservará a autonomia pedagógica e metodológica dos sistemas de ensino público e das escolas particulares e será referência para: a formação de professores; a produção de recursos didáticos e tecnológicos que venha a ser apoiada pelo poder público; a revisão e modernização das matrizes de referência da avaliação da educação básica- SAEB/Prova Brasil, de modo a estabelecer uma relação clara entre o que está sendo avaliado e o currículo ensinado nas escolas.
13. Compromisso com a completa erradicação do analfabetismo.
14. idade adequada, desenvolvidos por estados e municípios.
15. Apoio aos municípios para garantir a universalização da pré-escola até 2016, bem como recursos didáticos e tecnológicos para assegurar a qualidade do

aprendizado e o desenvolvimento social, emocional e comunicativo da criança.

16. Implantação de políticas de atenção à Primeira Infância que fortaleçam as famílias e o desenvolvimento da criança de zero a 3 anos incentivando os municípios a implantar creches e programas integrados de educação, saúde e assistência social e modelos de atendimento diversificados de acordo com a necessidade das famílias.
17. Desenvolvimento de programas de capacitação e certificação de educadores de primeira infância, em parceria com estados e municípios.
18. Construção de novas diretrizes para o ensino médio, de modo coordenado com os estados, bem como esforço continuado para a expansão de vagas.
19. Transformação da escola em espaço que incentive a participação efetiva dos jovens tornando-os protagonistas e sujeitos de suas trajetórias.
20. Implantação da Escola Jovem, com modelos mais leves, flexíveis e diversificados de percursos escolares no ensino médio, permitindo aos estudantes, preservada a necessidade de continuar avançando em linguagem e raciocínio matemático, escolher as áreas em que vão se aprofundar - áreas mais técnicas e científicas ou ciências sociais e humanidades, ou ainda o aprendizado prático para as profissões em parceria com o setor produtivo. Inovação curricular com acesso à rede WIFI e banda larga em todas as escolas; plataformas digitais com conteúdo disponíveis; monitoria e tutoria para ajudar os jovens a se orientarem e escolherem caminhos educacionais e/ou profissionais a seguir.
21. Articulação dos projetos pedagógicos das escolas com a tecnologia de informação e comunicação, utilizando-a como instrumento de ensino e aprendizagem, inclusive mediante estímulo a formação de comunidade de professores qualificados e engajados nestas novas ferramentas.
22. Eliminação progressiva do ensino noturno para menores de 16 anos, uma vez que se trata de um grupo etário que não pode trabalhar segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.
23. Aprimoramento do modelo do PRONATEC, promovendo melhor articulação com as vocações econômicas e as demandas locais e sub-

regionais. Aproveitamento das condições de oferta das redes estaduais, com apoio à infraestrutura laboratorial e tecnológica, para que a ampliação do PRONATEC permita a articulação da oferta de vagas com as propostas curriculares do Ensino Médio.

24. Alinhamento da oferta de cursos às características da economia de cada local e aos novos investimentos programados por empresas e governos, identificando as demandas com maior taxa de empregabilidade e que estimulem o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.
25. Atribuição de transparência e objetividade aos critérios de repasse de recursos aos estados, com base no cumprimento de metas previamente acordadas.
26. Articulação, de modo mais eficiente, da iniciativa privada ao esforço de ampliação das vagas e da qualificação do ensino superior.
27. Manutenção e aprimoramento do PROUNI e do FIES, de modo a operarem como mecanismos de estímulo à qualificação, e melhoria da avaliação das condições de funcionamento das universidades e instituições de ensino superior, para superar precariedades de expansões feitas e para garantir a sustentabilidade com qualidade.
28. Diversificação do ensino superior e definição de padrões de qualidade para instituições dedicadas à educação geral e preparação profissional, inclusive com o estímulo à ampliação da oferta de cursos tecnológicos nas áreas e regiões onde o efeito para a empregabilidade dos jovens for sensível.
29. Garantia da autonomia plena das universidades.
30. Consolidação e ampliação da cooperação internacional entre universidades do país e do exterior, viabilização do aumento de intercâmbios de professores e alunos e integração das IES brasileiras em redes de inovação.
31. Fortalecimento da CAPES e de seu importante papel no apoio à pós-graduação e à qualificação de nosso sistema de ensino como um todo.
32. Fomento ao desenvolvimento de pesquisas nas instituições universitárias públicas e privadas de excelência, de modo a garantir a competitividade do país em ciência, tecnologia e inovação.
33. Garantia de coordenação entre as políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação com as políticas para o ensino superior.
34. Criação de um programa nacional de assistência técnica aos estados e municípios, de forma a incentivar o uso dos resultados das avaliações

externas na melhoria da sala de aula e no avanço do desempenho dos alunos, a partir de estratégias que articulem metas por escola, ações de natureza pedagógica e prêmio de produtividade pelas metas alcançadas.

35. Aprimoramento do ENEM para atender à necessidade de diversificar a formação no ensino médio. O ENEM precisa se transformar em um conjunto diferenciado de avaliações de competências no uso da linguagem, do raciocínio matemático e do manejo dos conceitos centrais de uma das diversas áreas das ciências naturais, sociais e de humanidades, conforme as escolhas dos candidatos.
 36. Revisão das referências dos ENADES no ensino superior. Modernização das estruturas do exame para construir comparabilidades entre anos de aprendizagem e escalas de proficiência para cada curso. Aprimoramento do sistema de avaliação de ensino superior.
 37. Compromisso com a meta de 10% do PIB em educação, sendo 7% até 2019, como prevê o Plano Nacional de Educação.
-
24. Apoio e oferta de assistência técnica a programas de alfabetização na

O Estado plenamente democrático e eficiente deve respeitar o equilíbrio da Federação e os direitos dos cidadãos.

Para se alcançar uma verdadeira reforma dos serviços públicos e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, torna-se imprescindível uma nova abordagem da gestão pública no país.

Um novo patamar de governança no Brasil terá fator decisivo na retomada do desenvolvimento e na prosperidade dos brasileiros.

Gastar mais com o cidadão e menos com a máquina governamental é um primado fundamental, que ampara a qualidade do gasto, tão importante para a situação de carência de recursos que hoje atravessa o Brasil.

Do mesmo modo, deve-se introduzir o critério da imaginação como fonte criativa de um novo modelo governamental, mais adequado às novas exigências da sociedade e utilizando, em grande escala, as novas tecnologias, levando a um governo cada vez mais transparente e a uma democracia mais interativa.

O relacionamento com as administrações estaduais e municipais deve se dar em ambiente de profundo respeito à autonomia de cada entidade e de observância dos princípios da Federação e da República.

DIRETRIZES:

1. Incentivo ao aumento do grau de profissionalização da administração pública, prestigiando o mérito no acesso aos cargos públicos de direção e assessoramento, por meio de processos seletivos transparentes, impessoais e adequados aos respectivos perfis e atribuições.
2. Implantação de política de recursos humanos no âmbito do serviço público federal, com valorização dos servidores públicos, mediante remuneração justa e compatível com as funções exercidas, qualificação permanente e sistema de carreiras.
3. Fortalecimento da cultura de planejamento de curto e longo prazo e de avaliação das políticas públicas.
4. Introdução do orçamento para resultados e conferir maior transparência às finanças públicas.

5. Alinhamento da gestão dos servidores públicos aos resultados esperados das organizações públicas.
6. Transformação das administrações governamentais, tornando-as mais leves, simples, transparentes e operantes, com foco e prioridade nas ações finalísticas e com eficiente coordenação intergovernamental.
7. Ampliação das parcerias com o terceiro setor e o setor privado, de forma transparente e impessoal, com foco em resultados e na prestação de contas à sociedade.
8. Adoção de mais ênfase aos resultados do que aos aspectos procedimentais, inclusive no âmbito dos controles interno e externo.
9. Implantação de programas de desburocratização e simplificação administrativa.
10. Modernização da legislação e do sistema de compras governamentais.
11. Ampliação da participação da sociedade civil na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas.
12. Aumento da transparência do processo decisório e da execução das políticas públicas.
13. Apoio à formação de consórcios intermunicipais para a prestação de serviços públicos.
14. Intensificação do uso de tecnologia da informação para permitir maior transparência, eficiência e comodidade dos cidadãos.
15. Fortalecimento do controle social.
16. Aumento da eficiência das políticas federativas que resultem na prestação de serviços públicos, introduzindo a contratualização.
17. Adoção dos critérios de transferência voluntária de fundo a fundo, como forma de fortalecer o regime federativo.
18. Revisão do marco regulatório administrativo, que engloba o conjunto de regras de compras, controle, orçamento, finanças, recursos humanos e outras, referentes aos diversos modelos de organização, as quais impedem uma maior eficiência na prestação de serviços públicos.
19. Implementação de instrumentos de regulação baseados em evidências, análise de impacto regulatório e planejamento voltados à gestão de qualidade.

VI. RELAÇÕES EXTERIORES

VI.I. DEFESA NACIONAL

Nenhum país que pretende ocupar hoje um espaço importante no concerto das nações pode ignorar as preocupações com sua segurança e com formas de ampliar seus mecanismos de defesa.

DIRETRIZES:

1. A Defesa Nacional será reiterada como uma política de Estado.
2. Tratamento de Segurança Nacional à defesa das fronteiras, em especial na região amazônica, e das plataformas de produção e de perfuração em nosso mar territorial.
3. Modernização da Defesa Nacional, estabelecendo prioridades políticas claras para a gestão superior e a adequação dos programas estratégicos de aquisições militares, a fim de assegurar a eficácia operacional integrada com eficiência na aplicação de recursos públicos.
4. Atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa de forma a refletir as diretrizes políticas de governo orientadoras de transformações, tanto em termos estratégicos, como em termos de avanços tecnológicos.
5. Apoio à modernização da gestão administrativa das Forças Armadas, com a incorporação de novas competências e perfis de desempenho, a partir da readequação dos currículos do sistema de educação profissional.
6. Apoio à modernização da base industrial de defesa, para permitir que as empresas estratégicas de defesa possam ampliar seus gastos em pesquisa e desenvolvimento, atualização tecnológica de instalações industriais, capacitação tecnológica e formação de mão-de-obra.
7. Ampliação da coordenação entre o Ministério da Defesa, o Itamaraty e os órgãos de planejamento e gestão do governo federal em todas as dimensões de segurança, na construção de mecanismos de alerta e prevenção de conflitos, construção de medidas de confiança mútua, de cooperação com as nações amigas, de atualização tecnológica, de participação em organizações internacionais e de apoio a missões de paz em cumprimento a resoluções e iniciativas da ONU.

VI.II. POLÍTICA EXTERNA

A nova política externa que queremos implantar no Brasil, levando em conta as transformações mundiais e regionais do século XXI, terá por objetivo restabelecer o seu tradicional caráter de política de Estado, visando o interesse nacional, de forma coerente com os valores fundamentais da democracia e dos direitos humanos.

DIRETRIZES:

1. A política externa será conduzida com base nos princípios da moderação e da independência, que sempre nos serviram bem, com vistas à prevalência dos interesses brasileiros e dos objetivos de longo prazo de desenvolvimento nacional.
2. Reavaliação das prioridades estratégicas à luz das transformações do cenário internacional no século XXI. Devem merecer atenção especial a Ásia, em função de seu peso crescente, os EUA e outros países desenvolvidos, pelo acesso à inovação e tecnologia, ao mesmo tempo em que deverá ser ampliada e diversificada a relação com os países em desenvolvimento.
3. Reexame das políticas seguidas no tocante à integração regional para, com a liderança do Brasil, restabelecer a primazia da liberalização comercial e o aprofundamento dos acordos vigentes e para, em relação ao Mercosul, paralisado e sem estratégia, recuperar seus objetivos iniciais e flexibilizar suas regras a fim de poder avançar nas negociações com terceiros países.
4. Definição de nova estratégia de negociações comerciais bilaterais, regionais e globais, para por fim ao isolamento do Brasil, priorizando a abertura de novos mercados e a integração do Brasil às cadeias produtivas globais.
5. Nas organizações internacionais, o Brasil deverá ampliar e dinamizar sua ação diplomática nos temas globais, como mudança de clima, sustentabilidade, energia, democracia, direitos humanos, comércio exterior, assim como novos temas, como terrorismo, guerra cibernética, controle da internet, e nas questões de paz e segurança, inclusive nas discussões sobre a ampliação do Conselho de Segurança.

6. Revalorização do Itamaraty na formulação de nossa política externa, subsidiando as decisões presidenciais. Ao mesmo tempo, serão garantidos o contínuo aprimoramento de seus quadros e a modernização da sua gestão.

V. ESTADO EFICIENTE

O Sistema Único de Saúde-SUS, criado pela Constituição Federal de 1988, completou 25 anos e continua sendo uma das grandes políticas de inclusão social da história do Brasil.

Quando Gestor Federal, o PSDB viabilizou o SUS através de várias ações importantes, como a descentralização da gestão e financiamento dos recursos federais para os estados e municípios, iniciando as transferências financeiras "fundo a fundo", o Programa Saúde da Família, os medicamentos genéricos, a estruturação do controle social, mecanismos de controle e avaliação, entre outras.

A baixa remuneração pela prestação dos serviços, seja das redes pública, filantrópica ou privada complementar, precisa ser rediscutida com urgência, porque causa ineficiências e compromete a qualidade assistencial.

A área da saúde, nos últimos 12 anos, foi a que recebeu menor atenção no orçamento da seguridade social, passando de R\$20,3 bilhões no ano 2000 para R\$78,6 bilhões em 2012 (variação de 209%). Para cumprir os preceitos da Constituição de 1988 relacionados à saúde, seria necessário muito mais do que o Governo Federal vem dedicando ao setor.

Se o financiamento do SUS pelo Governo Federal não aumentou significativamente, é crescente a participação dos estados e municípios, que hoje financiam mais de 50% dos gastos com saúde pública. Mas mesmo com essa participação, os recursos públicos não são suficientes para honrar todos estes desafios. Segundo a Organização Mundial da Saúde -OMS, os países, em 2010, destinaram em média 5,4% do PIB com gasto público em saúde, e os países da OCDE, 7,6%. O Brasil destinou apenas 4,1%. Se fosse gastar o mesmo percentual do PIB que a média mundial, o gasto público per-capita anual com saúde dos brasileiros passaria de US\$ 466 para US\$ 621 em 2010.

O fortalecimento do SUS será a permanente prioridade do governo na área da saúde.

DIRETRIZES:

1. A instituição do Cartão-Cidadão da Saúde, em articulação com o cadastro nacional único, já aqui previsto, dará a garantia de acesso a qualquer brasileiro à uma rede de saúde pública ou privada.
2. Forte investimento público em Tecnologias da Informação - TI, para viabilizar o Cartão-Cidadão Saúde, permitindo a gestão dos serviços de saúde, desenvolvendo e implantando centrais de agendamentos dos atendimentos vinculadas à atenção primária, incluindo as internações hospitalares, e a telemedicina, como porta de acesso dos profissionais de saúde nas regiões mais distantes a uma contínua assistência técnica, tele consultas, tele monitoramentos, avaliação e solução para problemas de diagnóstico e tratamento à distância.
3. O novo modelo de gestão da saúde se baseará na criação de redes assistenciais integradas de saúde, que permitirão o melhor uso possível dos recursos de saúde – públicos, privados e filantrópicos – ao nível de cada região.
4. Promoção de um novo modelo assistencial com foco no paciente e na continuidade dos cuidados, garantindo a sequência do acesso entre todos os níveis da rede de serviços - do médico de família ao hospital e garantindo a oferta de serviços de qualidade em todo o percurso, com disponibilidade de médicos, demais profissionais de saúde, instalações, equipamentos e medicamentos.
5. Instituição da carreira nacional de médicos.
6. Oferta de cursos preparatórios a médicos estrangeiros para permitir a realização do exame Revalida e aprimorar o programa Mais Médicos, com padronização de remuneração.
7. Implantação de programas de valorização, apoio, qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde.
8. Promoção da saúde e da prevenção ao alcance de todos, por meio do estabelecimento de uma política efetiva de educação e comunicação pública em saúde.
9. Fortalecimento e ampliação do Programa Saúde da Família – PSF - para todo o território nacional, qualificando e ampliando a sua cobertura, incorporando mais profissionais e profissões, estruturando-o como "porta de entrada" do SUS e garantindo que este atenda a todas as necessidades de promoção, prevenção e atenção básica da população brasileira.

10. Continuidade do cuidado para exames, ambulatórios e hospitais, garantindo o acesso da população aos atendimentos de maior complexidade com especialistas e aos exames e assistência hospitalar de forma mais simplificada e ágil.
11. Implantação de redes de atendimentos para as urgências e emergências médicas.
12. Redução das grandes reclamações da população usuária dos planos de saúde, que representa 25% da população brasileira, com elevado número de insatisfações e com uma grande desigualdade no acesso e qualidade dos planos.
13. Fortalecimento, modernização e profissionalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para dar maior garantia e homogeneidade aos direitos dos usuários dos planos de saúde.
14. Integração do sistema de saúde suplementar com o SUS, para identificar oportunidades de colaboração e investimento e desenvolvimento de parcerias público-privadas.
15. Aumento da equidade na saúde, reduzindo, através das redes assistenciais integradas, a disparidade nos níveis de atenção entre os que detêm planos de saúde e os usuários do SUS.
16. Fortalecimento do controle social do setor saúde, por meio de distintas instâncias de participação, de mecanismos de controle e de avaliação da satisfação dos usuários.
17. O aumento dos recursos para a saúde se dará através de duas fontes principais –quantitativa e qualitativa: o crescimento do financiamento público e o aumento da eficiência na gestão das políticas do setor.
18. Apoio e implementação dos preceitos da Emenda Constitucional 29, nos percentuais dos pisos mínimos estabelecidos por lei para estados e municípios, e a proposta popular dos 10% da Receita Corrente Bruta da União para o setor saúde, ou política similar que garanta um crescimento progressivo de financiamento para o setor.
19. Implantação de iniciativas que melhorem continuamente a gestão do setor, como a autonomia de gestão em todos os níveis das redes de saúde, definição e uso de protocolos, padrões de qualidade e processos otimizados para os controles internos, e otimização do modelo assistencial, com iniciativas que incentivem a desospitalização e a profissionalização do cuidado.

20. Melhora dos avanços sanitários alcançados, reduzindo as taxas de mortalidade infantil e materna.
21. Retomada da prioridade necessária para a manutenção do Programa HIV/AIDS, com a qualidade que o tornou mundialmente reconhecido.
22. Promoção da retomada já no primeiro ano de governo, em caráter emergencial, em parceria com os estados, municípios, entidades médicas e com a sociedade, dos mutirões para reduzir as filas de espera de cirurgias eletivas.
23. Enfrentamento dos desafios decorrentes do envelhecimento da população e das mudanças da sociedade, controlando os fatores determinantes das enfermidades mais relevantes, do ponto de vista de quantidade e qualidade de vida.
24. Aperfeiçoamento e fortalecimento da participação setorial da Saúde na implementação das políticas de saneamento básico.
25. Fomento e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e apoio à adoção de tecnologias sustentáveis, mais limpas e saudáveis, visando à melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores e consumidores.
26. Adoção de vários meios para apoiar os municípios na realização de ações de promoção da saúde e de hábitos saudáveis de vida.
27. Implantação de política de prevenção ao consumo de drogas, inclusive álcool, em articulação, quanto a drogas ilícitas, com a segurança pública e de instituição de rede de atendimento aos dependentes, em parceria com Estados, Municípios e terceiro setor.
28. Combate ao aumento da obesidade.
29. Adoção de políticas efetivas de combate ao tabagismo.
30. Contribuição para melhorar as condições de trabalho.
31. Enfrentamento adequado das enfermidades que geram a maior carga de mortalidade e para as quais contamos com medidas de intervenção de efetividade comprovada, como cardiovasculares; diversos tipos de câncer; traumatismos; envenenamentos, respiratórias; diabetes e hipertensão.
32. Atenção adequada aos problemas decorrentes do envelhecimento e das mudanças da sociedade, geradores de problemas de saúde que diminuem a qualidade de vida das pessoas, produzindo incapacidade, dor e angústia, como a perda de capacidade funcional do idoso; a violência doméstica contra mulheres e crianças; os problemas de saúde mental; o uso de drogas; as enfermidades osteoarticulares e a obesidade infantil.

33. promoção da alimentação saudável no meio escolar.

34. Retomada da política de produção de medicamentos genéricos e apoio aos laboratórios oficiais na produção desses medicamentos, como forma de reduzir o custo e aumentar o acesso da população a medicamentos.
35. Fortalecimento e ampliação do complexo produtivo da saúde no Brasil, investindo no desenvolvimento de uma política de ciência, tecnologia e inovação e no fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e dos laboratórios farmacêuticos oficiais.
36. Adoção das medidas necessárias para uma política proativa no setor de hemoderivados.

VIII. SEGURANÇA PÚBLICA

VIII.I. COMBATE AO USO DE DROGAS

A droga se transformou num dos mais graves problemas no Brasil. O crack, a droga mais perigosa da atualidade, rompeu os limites geográficos e sociais, invadiu o interior do país. Deste modo, este tema deve ter uma abordagem mais abrangente, integrando políticas públicas de saúde, segurança pública e assistência social, dentre várias outras.

DIRETRIZES:

1. Criação de rede nacional para os dependentes químicos, em parceria com estados, municípios, empresas privadas e entidades do Terceiro Setor, como instrumento de auxílio para as famílias que hoje não têm informações sobre onde nem como obter ajuda. Essa rede viabilizará a execução de um programa de oferta de clínicas, inclusive e especialmente as comunidades terapêuticas, para tratamento de dependentes de drogas, com serviços médicos de referência aos usuários.
2. Instituição de política de incentivo e apoio para ampliar a oferta de centros de atenção psicossocial aos usuários de álcool e drogas - CAPS/AD, permitindo ações de promoção e prevenção, de assistência, e de inserção social para dependentes químicos e seus familiares.
3. Desenvolvimento de um programa nacional de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, em parceria com estados, municípios, empresas privadas e entidades do Terceiro Setor, priorizando os jovens, com ações nas áreas de cultura, lazer e esportes.
4. Realização, com estados e municípios, do censo da rede de tratamento de dependência química.
5. Estruturação de Protocolo Nacional de Tratamento e Prevenção para dependentes de drogas com participação das políticas de saúde, assistência social, defesa e justiça.
6. Criação de leitos no Sistema Único de Saúde para tratamento de dependentes químicos.

7. Identificação dos pontos mais vulneráveis de uso de drogas no Brasil, garantindo apoio aos estados e municípios para transformar esses pontos em áreas livres de drogas.
8. Criação da Ouvidoria Nacional para garantir voz permanente para usuários de drogas.

9. Combate e repressão a entradas de drogas no Brasil com fortalecimento da vigilância de fronteiras, aeroportos e portos.

VIII.II. SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos maiores temores da população brasileira - a violência e a criminalidade - têm assolado nossas cidades, alcançando estatísticas recordes, levando a que o medo e a desconfiança em relação às nossas instituições de justiça atinjam níveis alarmantes. A Segurança Pública será uma das maiores prioridades do nosso Programa de Governo. Assumimos, de forma inequívoca, a responsabilidade federal na condução de soluções e enfrentamento dos temas mais centrais. Em parceria com estados e municípios, iremos conduzir uma ampla e sistêmica agenda de reformas.

Nossa proposta tem enfoque abrangente, tendo em vista todo o ciclo de gestão da violência, evitando que jovens se envolvam com o crime, até uma atuação mais efetiva da justiça criminal. Trataremos da Prevenção e das maneiras de evitar a ocorrência de delitos criminais; da Impunidade, através da proposição de uma série de reformas legislativas; de Inovações nas Polícias, de forma a torná-las mais modernas, eficientes e profissionais e; do Problema Prisional, que se tornou, hoje, um dos mais graves problemas de segurança pública.

Para que tudo isto seja possível, iremos assegurar um fluxo contínuo e estável de financiamentos para estados e municípios através de diferentes fundos, sem contingenciamento e buscaremos proporcionar apoio técnico e administrativo. A liderança do poder público federal, sempre que necessária, será firme e vigorosa e para tanto será dado ao tema Segurança Pública nível ministerial, com responsabilidade pela articulação e coordenação de ações nacionais nesta área.

DIRETRIZES:

1. Criação de projetos integrados nas áreas mais críticas dos centros urbanos, nos quais o foco seja a prevenção da violência, especialmente entre jovens.
2. Estabelecimento de políticas eficazes de combate à violência e à impunidade, com especial ênfase aos crimes violentos.
3. Prevenção e repressão ao contrabando, ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro, além de capacitação dos agentes públicos para prevenir e reprimir esses tipos de delitos.
4. Apoio a projetos de educação e formação profissional em tempo integral nas áreas de maior vulnerabilidade em relação à segurança.
5. Articulação e integração das políticas de segurança pública com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para atendimento de famílias residentes nas áreas vulneráveis.
6. Fortalecimento e ampliação da Defensoria Pública, de modo a aumentar sua capilaridade, para tornar efetivo o direito fundamental do acesso à justiça.
7. Prevenção situacional da violência, através de programas de infraestrutura urbana nas zonas centrais e comerciais.
10. Estímulo ao policiamento em áreas de intensa criminalidade, por meio do fornecimento de metodologia e treinamento adequados.
11. Proposição de um conjunto de medidas legislativas, sugeridas por grupos de juristas de excelência, visando a qualificação dos diversos projetos relativos à Lei Processual Penal e à Lei de Execução Penal, em tramitação no Congresso Nacional, para combater a impunidade.
12. Apoio à criação e ampliação dos processos eletrônicos nos tribunais para tornar os processos penais mais céleres.
13. Apoio a inovações gerenciais que visem integrar e otimizar as ações das polícias brasileiras, bem como introduzir mecanismos de incentivos com base em resultados.
14. Criação de políticas de valorização, apoio, aperfeiçoamento e qualificação de policiais federais e estaduais e dos demais integrantes dos sistemas de segurança pública.
15. Criação do Fundo de Valorização da Polícia, para apoio aos policiais civis e militares dos Estados, com o estabelecimento de metas para a

transferência de recursos e a publicidade das metas e dos resultados obtidos.

16. Inovações organizacionais para atuação dos serviços de segurança pública nas áreas metropolitanas.
17. Apoio à implementação de sistemas unificados de informação, que incluam métodos de coleta, registro, processamento e compartilhamento de informações. As informações serão utilizadas como instrumentos de planejamento operacional das polícias, bem como de transparência de suas atividades.
18. Apoio às investigações com base científica, utilizando modernas ferramentas de gestão e experiências de excelência das delegacias brasileiras e novas tecnologias existentes a nível nacional e internacional.
19. Proposição de aumento da pena para os crimes de violência ou ameaça praticados contra agentes públicos que tenham função de repressão penal - policiais, juízes, promotores e agentes prisionais.
20. Apoio e ampliação das Polícias Federais.
21. Ampliação e desenvolvimento de sistemas de informações gerenciais adequados para a população prisional, permitindo separar presos de menor periculosidade, que podem cumprir penas alternativas ou utilizar tornozeleiras ou pulseiras eletrônicas, bem como identificar aqueles que efetivamente já cumpriram suas penas.
22. Ampliação das prisões federais, de forma a abrigar especialmente as lideranças do crime organizado.
23. Apoio aos programas de cumprimento de penas alternativas, bem como o apoio à adoção de instrumentos de vigilância eletrônica de apenados.
24. Apoio às PPP no setor prisional e às Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, para colaborar no fim do ciclo da reincidência criminal.
25. Implantação, em parceria com Estados e Municípios, de programas de prevenção a acidentes de trânsito.

IX. SUSTENTABILIDADE

A política de sustentabilidade tem valor fundamental para o futuro do Brasil. Abrangendo todas as áreas de atuação governamental, torna-se a cada dia a demanda maior da sociedade e a necessidade de todas as pessoas, em seu compromisso com o futuro.

IX.I. CIDADES SUSTENTÁVEIS E MOBILIDADE URBANA

A redução da mobilidade urbana nos nossos grandes centros tem trazido imensos prejuízos à qualidade de vida, degradando os espaços públicos, com sérios danos ambientais e, em consequência, à saúde pública.

DIRETRIZES:

1. Implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, priorizando o transporte público nas cidades brasileiras, tornando-o uma alternativa viável e concreta em relação ao transporte individual.
2. Busca da mobilidade sustentável para as cidades brasileiras, por meio da integração dos diversos modais de transporte público em operação, pela continuidade e aceleração das obras em curso, pela expansão dos atendimentos às regiões metropolitanas e pelo incentivo à incorporação de inovações nas soluções já existentes e a serem implementadas.
3. Articulação dos diversos agentes envolvidos, no âmbito estadual e municipal, para aumentar a integração do transporte urbano com outras políticas públicas, como o uso do solo, habitação e meio ambiente, buscando atender, inclusive, aos novos conglomerados urbanos.
4. Apoio à inovação e criação de novas soluções tecnológicas e à busca de recursos para investimentos como PPP e concessões de operações urbanas.
5. Apoio aos estados e municípios na implantação de centros integrados de logística, na busca de soluções para a redução de trânsito de veículos

pesados nos grandes centros, e na implantação de sistemas ciclo viários nas cidades.

6. Estímulo à adoção de políticas estaduais, metropolitanas e municipais relativas à mudança do clima, com ênfase em medidas de mitigação e adaptação.
7. Desenvolvimento de novos indicadores de qualidade de vida, com o objetivo de orientar ações do poder público e apoiar os cidadãos na formulação de suas demandas.
8. Incentivo aos transportes públicos, principalmente os sobre trilhos, destinando recursos – inclusive subsidiados – do OGU para obras estruturantes nos principais centros urbanos do país.
9. Incentivo à renovação e a modernização da frota de trens, metrô e ônibus, impondo novos parâmetros de qualidade de acordo com o tamanho das cidades.
10. Incentivo à adoção de horários variados para jornadas de trabalho, evitando-se os períodos de *rush*, tendo o poder público como importante indutor da mudança.
11. Apoio a novos modais alternativos de transporte, como as ciclovias.
12. Transferência da malha ferroviária metropolitana de cargas para os Estados - quando as linhas não estiverem sendo usadas - para a implantação de projetos de trens metropolitanos.
13. Criação de marcos regulatórios para o trânsito em pequenas cidades, pois elas já são vítimas dos congestionamentos.

IX.II. ENERGIA

Nosso governo irá estimular uma Economia de Baixo Carbono e reorientar a matriz energética para moldes mais modernos, fortalecendo o tripé Planejamento, Gestão e Regulação.

DIRETRIZES:

1. Definição de uma matriz energética que contemple as várias fontes de energia, assegurando com isso segurança no fornecimento de energia, com baixo impacto ambiental.
2. Ampliação da participação da energia solar e da energia eólica na matriz energética brasileira.

3. Implementação de programas de eficiência energética e conservação de energia em todos os setores.
4. Melhoraria da governança das empresas estatais e instituições setoriais responsáveis pelo tripé acima mencionado.
5. Estímulo à implantação de mecanismos de maior profissionalização nas empresas estatais, mediante contratos de gestão atrelados a metas operacionais e financeiras e estabelecendo níveis de excelência em matéria de Governança.
6. Valorização da diversidade de fontes e das características regionais na redefinição da matriz energética brasileira, procurando equilibrar a busca de autossuficiência com sustentabilidade.
7. Implantação de processo que promova e assegure mais transparência e previsibilidade na formação de preços e tarifas no setor de energia.
8. Garantia de segurança energética com modicidade tarifária.
9. Execução de planejamento energético co-participativo com os Estados da Federação.
10. Exigência, por meio das instituições responsáveis, de garantia de qualidade e pontualidade nos investimentos e, em contrapartida, garantia da sua segurança jurídico-regulatória durante a execução.
11. Recuperação da importância e do pioneirismo do Brasil na produção de energia limpa e renovável, com crescimento da produção e da produtividade.
12. Definição clara do papel do etanol anidro e hidratado na matriz de combustíveis brasileira e estabelecimento de metas.
13. Adoção de política tributária que considere as vantagens ambientais dos biocombustíveis.
14. Estabelecimento de um marco regulatório estável, com regras de longo prazo para desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.
15. Realização de políticas públicas capazes de garantir a previsibilidade do setor de etanol e biodiesel, de forma a estimular os investimentos e o crescimento da produtividade agrícola e industrial.
16. Reconquista da autossuficiência do Brasil em petróleo.
17. Resgate do papel da Petrobrás e sua valorização como instrumento vital da política energética brasileira.
18. Estabelecimento de um calendário para leilões de petróleo e gás natural, tanto para áreas *offshore* como *onshore*. O calendário de leilões dará

- previsibilidade para que as empresas se preparem adequadamente e incluam o Brasil em seus planos de investimentos.
- 19 Realização do planejamento e da regulação do setor de gás natural, de forma a resgatar a sua importância como insumo industrial, com vistas a aumentar a oferta do produto.
 - 20 Estimulo à formação de parcerias da Petrobrás com empresas privadas do setor de gás natural, o que permitirá o mútuo acesso aos dutos de escoamento e de transporte, plantas de regaseificação e unidades de tratamento de gás.
 - 21 Definição de plano para aumentar a malha de gasodutos para o transporte, baseado em regras claras e de mercado.
 - 22 Criação de condições de competitividade para que o gás natural venha a se configurar como combustível de transição para um consumo energético mais limpo, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países do mundo.
 - 23 Elaboração de políticas para o aumento da cogeração e do uso do GNV, que trará como vantagem a diminuição das importações de gasolina.
 - 24 Incentivo às distribuidoras e geradoras elétricas para instalação de unidades de geração de energia distribuída a gás natural e cogeração.
 - 25 Realização de investimentos em tecnologias de baixo carbono.
 - 26 Incentivo à microgeração distribuída, de forma a permitir que o cidadão possa gerar parte de seu consumo próprio através do uso da energia solar e eólica.
 28. Elaboração e cumprimento de um cronograma factível para a realização dos leilões de energia, contemplando as diversas fontes, de forma a diversificar a matriz energética e garantir maior confiabilidade ao sistema.
 29. Equalização das regras de incentivos, subsídios e financiamentos públicos para as diversas fontes de energia.
 30. Fortalecimento da governança das instituições encarregadas da formulação de políticas, gestão e regulação do setor.
 31. Redução do risco regulatório no setor de energia. Regras claras e duradouras garantem a entrada de novas empresas, gerando incentivos para novos investimentos.
 32. Viabilização de novas fontes de financiamento para o investimento e expansão do sistema elétrico brasileiro.

IX.III. SANEAMENTO

O saneamento é o setor mais carente da infraestrutura social brasileira. Dados oficiais mostram um contingente expressivo de brasileiros sem acesso à rede de água e, de forma mais grave, à rede de esgoto. Essas carências representam um sério problema de saúde pública, agridem o meio ambiente e

inibem a indústria de turismo e a geração de empregos. O Brasil utiliza tecnologias ultrapassadas e operacionalmente pouco eficientes em saneamento, visto que investimos muito pouco em pesquisa e desenvolvimento nessa área.

DIRETRIZES:

1. Desburocratização da aplicação anual de recursos, garantindo agilidade tanto das fontes tradicionais de crédito – FGTS/CEF e FAT/BNDES, quanto nas aplicações diretas do governo federal. Essas aplicações deverão ocorrer em volume equivalente à capacidade presente de endividamento do setor, com o objetivo de subsidiar as populações mais carentes.
2. Incentivo ao financiamento de operações de reestruturação empresarial voltadas a melhorar a gestão das empresas de saneamento.
3. Incentivo para que bancos oficiais, assim como instituições multilaterais, forneçam garantias em operações de mercado, reduzindo riscos e custos de captação das empresas de saneamento.
4. Estímulo ao investimento em saneamento básico por parte dos fundos de pensão e de investimentos.
5. Desoneração de PIS e COFINS em relação a empresas prestadoras de serviço público de saneamento para investimentos no setor.
6. Introdução, no portfólio dos Bancos e das Agências Regionais, do setor de saneamento, com prioridade, ampliando as fontes de investimento.
7. Estímulo à modernização da gestão dos prestadores dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.
6. Criação de condições para que os prestadores dos serviços utilizem novas formas de contratação, como as Parcerias Público-Privadas - PPP, a adoção de modelos que contratem o produto final como os *turnkeys*, as locações de ativos, entre outros.

7. Implantação de programas voltados para promover a redução da geração e o gerenciamento de resíduos sólidos, com a extinção dos “lixões”, promovendo o reaproveitamento e a reciclagem, em parceria com estados e municípios. Além das vantagens econômicas, a reciclagem economiza recursos naturais, como água e energia.
8. Estímulo e criação de mecanismos para a reutilização do gás metano dos aterros sanitários, proporcionando eficiente fonte energética.
9. Incentivo à criação de consórcios de municípios, visando ganhos de escala na gestão dos resíduos.
10. Incentivo e financiamento a pesquisas na área de saneamento e reaproveitamento de resíduos sólidos, garantindo a difusão das novas tecnologias.
11. Estímulo a estados, municípios, empresas e outras entidades da sociedade civil na produção de água de reuso para irrigação e fins industriais, e no aproveitamento dos resíduos gerados na cadeia do saneamento, como o biogás e o lodo.
12. Promoção e apoio a campanhas de conscientização do combate ao desperdício de água, e estímulo ao uso racional de água na irrigação agrícola.

IX.IV. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

No final do século XX, emergiu no mundo o conceito de Cidadania Planetária. Hoje o cidadão de qualquer parte do planeta está investido de um conjunto de novos direitos e deveres, em função das ameaças às condições de vida no planeta: aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, perda da biodiversidade, menor disponibilidade de água doce, poluição química e aumento do fluxo de nitrogênio e fósforo nos ecossistemas. Esses direitos e deveres devem fazer parte da agenda dos governos e da comunidade.

Essa Cidadania Planetária significa que o cidadão deve ter condições de bem estar em termos muito concretos, especialmente nas cidades: respirar ar puro, ter água de qualidade, saneamento e alimentos saudáveis, ter boas condições de mobilidade urbana, ter acesso à educação, lazer e cultura. Significa mais solidariedade e mais justiça.

Para tanto, novas estratégias devem ser pactuadas a nível local, nacional e supranacional.

Novos instrumentos e métricas devem ser estabelecidos em complementaridade ao PIB – Produto Interno Bruto, contemplando outras dimensões da vida contemporânea dos cidadãos.

DIRETRIZES:

1. Posição de liderança da Presidência da República nas questões de sustentabilidade, visando garantir um efetivo diálogo horizontal na esfera federal, com o engajamento dos estados, municípios, setor empresarial e a sociedade civil.
2. Protagonismo na coordenação e articulação dos atores sociais e agentes econômicos envolvidos no desenvolvimento sustentável, em articulação com estados e municípios, e papel de vanguarda nos encaminhamentos dessas questões na agenda internacional. Especial atenção à Conferência das Partes 21 da Convenção de Mudança do Clima, a ser realizada em 2015. Bem como ao estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em substituição aos Objetivos do Milênio. Nesta agenda internacional, o Brasil deve liderar iniciativas que protejam os oceanos.
3. Adoção de um modelo de governança matricial, atribuindo responsabilidades ambientais às instâncias governamentais encarregadas das políticas setoriais, com metas de qualidade ambiental a serem cumpridas.
4. Transição para uma Economia de Baixo Carbono para o enfrentamento do aquecimento global. Com a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas e emprego de instrumentos econômicos que estimulem, efetivamente, uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água.
5. Adoção de ferramentas macroeconômicas - em coordenação com estados e municípios - que viabilizem claramente as políticas urbanas sustentáveis, como o transporte público sustentável; a construção de edifícios sustentáveis; a implantação de áreas verdes para evitar as ilhas de calor; e o uso de energia solar nas cidades, possibilitando a venda de excedentes.
6. Conservação e Economia da Biodiversidade mediante efetiva implantação das Unidades de Conservação e ampliação das mesmas em biomas sem

proteção adequada, com atenção especial ao ambiente marinho, dando cumprimento ao Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, traçado no ano de 2010, em Nagoya, no Japão.

7. Reconhecimento do papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Valorização do conhecimento dessas populações mediante política e legislação específicas.
8. Implantação e gestão das Unidades de Conservação como instrumento de desenvolvimento regional, com ênfase na ideia que as mesmas são ativos estratégicos com potencial de geração de renda, mediante políticas adequadas de turismo sustentável. Utilização de parcerias público-privadas como instrumento eficaz de financiamento para as Unidades de Conservação e estímulo a atividades econômicas no seu entorno.
9. Promoção de processos de restauração de alguns biomas, com o objetivo de assegurar a capacidade de provimento de serviços ecossistêmicos, a exemplo do “Pacto pela Restauração da Mata Atlântica” firmado entre vários entes públicos, sociedade civil, comunidade científica e proprietários rurais.
10. Estabelecimento de uma política robusta de pagamento por serviços ambientais, inclusive com a ampliação de políticas de inclusão produtiva, como a figura da “bolsa-reciclagem”.
11. Edição de legislação específica sobre a introdução de espécies invasoras, bem como fortalecimento das atividades de fiscalização fitossanitária.
12. Estabelecimento de políticas específicas para os vários biomas brasileiros – Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampas e Zona Costeira. No caso da Amazônia, fortalecer a articulação de ações com os países vizinhos, através do TCA – Tratado de Cooperação Amazônica, com o objetivo de se elaborar um grande estudo sobre os impactos do aquecimento global sobre a Bacia Amazônica, a exemplo do que foi feito no Ártico. Este bioma requer atenção especial pela importância que o mesmo possui no contexto internacional.
13. Implantação de uma Política Nacional de Florestas, com ênfase no estímulo à recuperação das áreas previstas no Código Florestal, inscritas no CAR - Cadastro Ambiental Rural - e constantes do PRA - Programa de Regularização Ambiental. Promoção do manejo florestal sustentável das florestas tropicais e implantação de um ambicioso Programa de Florestas Plantadas, visando a expansão da indústria de base florestal.
14. Utilização do poder de compras governamentais mediante um programa robusto de licitação sustentável no país.
15. Garantia de que critérios de sustentabilidade estejam presentes nas suas três dimensões - social, ambiental e econômica – nos processos de tomada de decisão das políticas públicas, tendo as gerações futuras como perspectiva de longo prazo.

16. Estímulo à produção de bens e produtos com menor impacto socioambiental, de forma a torná-los acessíveis a todas as pessoas, independentemente do seu poder aquisitivo.
17. Estabelecimento de políticas tributárias e de crédito com base na análise do ciclo de vida dos produtos e da fixação de padrões rigorosos de eficiência energética, e desempenho ambiental.
18. Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos na perspectiva de estimular a Economia Circular no Brasil. Reconhecimento especial pelos serviços ambientais realizados pelos catadores de lixo.
19. Estímulo a que os bens e serviços brasileiros estejam aptos a atender às certificações mais rigorosas existentes nos países desenvolvidos, de modo a se garantir a competitividade e o acesso a mercados internacionais.
20. Licenciamento ambiental integrado aos demais instrumentos da política ambiental, como o Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE, a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, o monitoramento da qualidade ambiental do país, entre outros. Adoção da AAE e utilização do ZEE, em escala adequada, na concepção dos grandes programas e projetos governamentais e daqueles financiados pelo governo, visando a inclusão da dimensão ambiental no momento em que é tomada a decisão do investimento, e já nesse momento aferir os impactos socioambientais para conhecimento da sociedade.
21. Implantação da Política Nacional de Educação Ambiental em conjunto com o Ministério da Educação.
22. Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Atenção especial deve ser dada ao impacto do aquecimento global no ciclo hidrológico, com o objetivo de estabelecimento de políticas de adaptação em relação ao risco de desastres naturais, tais como enchentes, inundações e grandes deslizamentos; comprometimento do abastecimento urbano de água e secas prolongadas.
23. Fortalecimento do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, com atenção especial às deficiências dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente.
24. Fortalecimento da sociedade civil voltada para iniciativas ambientais, de mudança do clima, conservação da biodiversidade, do bem estar animal e de desenvolvimento sustentável.
25. Combate ao comércio ilegal de animais silvestres e produtos madeireiros.
26. Adoção de política de proteção aos direitos dos animais, em sintonia com iniciativas em curso em vários países.

V. Programa do PCdoB

O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!

1) O PCdoB está convicto de que, no transcorrer das primeiras décadas do século XXI, o Brasil tem condições para se tornar uma das nações mais fortes e influentes do mundo. Um país soberano, democrático, socialmente avançado e integrado com seus vizinhos sul e latino-americanos. Ao longo de mais de cinco séculos, apesar das adversidades, o povo brasileiro construiu uma grande Nação. Todavia, o processo conflituoso de sua construção trouxe para sua realidade presente um conjunto de problemas ao qual a atual geração de brasileiros está chamada a solucionar. As deformações e dilemas acumulados ao longo da história, se não forem superados com rapidez, poderão conduzir o país a retrocessos.

2) A grande crise do capitalismo da época atual – a par dos riscos e danos – descortina um período histórico oportuno para o Brasil atingir um novo patamar civilizacional que solucione estruturalmente as suas contradições. Este novo passo é o socialismo renovado, com feição brasileira. O socialismo é o sistema que pode realizar as potencialidades da Nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira, e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz. Por isto, o socialismo é o rumo. O fortalecimento da Nação é o caminho. É imperativo, portanto, agora e já, a luta pela realização de um novo projeto nacional de desenvolvimento como meio para fazer o país progredir e avançar.

I- Desafios históricos da construção da Nação

3) Nação nova, o Brasil forjou uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas persistentes. Embora jovem, o povo brasileiro foi temperado por conflitos e lutas – muitas vezes de armas nas mãos – pela liberdade e pelos direitos sociais, pela independência e a soberania do país. Tal processo marcou sua história com o fio vermelho do sangue derramado desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, passando pelo enfrentamento heroico às ditaduras, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo. O povo é o herói e o autor da nacionalidade, o empreendedor dos avanços ocorridos no país. Ele resulta do amálgama, através da miscigenação e da mestiçagem, de três grandes vertentes civilizatórias: os ameríndios, os negros africanos e os portugueses. O processo histórico dessa formação foi doloroso, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas a síntese é grandiosa: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade. São características que se enriqueceram com aportes de contingentes de outras nacionalidades europeias, asiáticas e árabes que emigraram para o país desde o final do século XIX. A mescla da base de cultura popular, de origem índia e africana fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira – um dos elementos marcantes da identidade nacional. A condição de povo uno, no presente, é um trunfo do Brasil que, ao contrário de outras nações, não enfrenta grupos étnico-nacionais que reivindiquem autonomia ou independência frente à Nação e ao Estado.

O primeiro ciclo civilizacional brasileiro: Formação do povo, da Nação e do Estado

4) A ideia, vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre, germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um desses marcos criativos de afirmação da nacionalidade ocorreu no século XVII, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste. Todas as forças da Colônia – clero,

camadas pobres, escravos e negros livres e índios, estes últimos, liderados por Felipe Camarão – uniram-se na campanha que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência de então, Holanda. Fato decisivo na consolidação e unidade do território que veio a formar o Brasil.

5) A Independência foi fruto de um processo cumulativo resultante de lutas, que possibilitou a ruptura em 1822. Ao contrário do que proclama a historiografia oficial, não foi uma doação da Metrópole portuguesa, e sim das jornadas populares de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, e nos campos de batalha em Bahia, Maranhão e Piauí. O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século XVII contra os holandeses; na Conjuração Mineira de 1789, que projeta o perfil heroico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798. O processo da Independência do Brasil passa pelo episódio do 7 de Setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois, com destaque para o 2 de Julho de 1823 da Bahia. A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos setores agromercantis – aliados internos da exploração estrangeira, principalmente a inglesa – que permaneceram à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e democrático de José Bonifácio foi deixado de lado e substituído pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e da Casa de Bragança. Isso estimulou heroicas rebeliões de natureza republicana e democrática: a Confederação do Equador no Nordeste; a Cabanagem no Pará; a Balaiada no Maranhão; a Farroupilha no Rio Grande do Sul; a Sabinada na Bahia; a Praieira em Pernambuco, massacradas pelo regime monárquico escravista. Ao final do Império, objetivamente, a unidade nacional estava consolidada e o Brasil detentor de um território continental.

6) O predomínio conservador não eliminou o anseio por liberdade e democracia, que logo assumiu a luta pela divisão das terras, autonomia do país, pela Abolição e pela República. A Abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebeldes – cujo símbolo histórico é Zumbi dos Palmares –, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária. O ato emancipatório se materializou sem a distribuição de terras aos libertados e sem garantir-lhes condições de sobrevivência. Estes limites não retiraram a grandeza da Abolição. Foi uma conquista que eliminou o escravismo. Todavia, a sua longa duração deixou marcas, que permanecem no racismo e na condição de vida dos negros.

7) A obra renovadora da Abolição foi completada em 1889 pela República, um antigo anseio da construção democrática do Brasil. A República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras, frustrando o programa republicano mais avançado, que concebia o Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da soberania nacional.

O segundo ciclo civilizacional: Estado “nacional-desenvolvimentista”, direitos trabalhistas, progresso educacional e cultural

8) O movimento de 1930, liderado por Getúlio Vargas, derrubou a República Velha – das oligarquias – e abriu uma nova etapa da vida do país. Os prenúncios de 1930 vêm dos férteis anos da década de 1920, com o movimento tenentista, os levantes de 1922, 1924 e a heroica Coluna Prestes; a fecunda Semana de Arte Moderna; as grandes lutas operárias do início do século XX e as greves gerais (1917 e 1919); e a fundação do Partido Comunista do Brasil, que marca a entrada consciente do proletariado na luta política. O movimento de 1930 introduziu o Brasil no século XX. Instituiu o voto feminino. Criou o salário-mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e começou a implantar a seguridade social. A fase mais expansiva do desenvolvimento nacional foi o período de 1930 a 1980. Entre os países capitalistas o Brasil foi o que mais cresceu.

9) O desenvolvimento capitalista brasileiro foi marcado por ter sido tardio, deformado, desigual e sob dominação imperialista. Duas classes ganham relevância: o proletariado, principalmente urbano, e a burguesia industrial, que viria a ser a classe hegemônica, substituindo a oligarquia agrário-exportadora. O Estado foi o principal instrumento da promoção do desenvolvimento. O elemento fundamental do financiamento da economia foi o capital estatal, com participação do capital privado nacional e estrangeiro. Houve a transição da economia agrário-exportadora para a industrial urbana. Formou-se um espaço econômico integrado e um mercado interno. Nos anos 1940, há a criação da siderurgia nacional. No segundo governo de Getúlio Vargas foram criados grandes empreendimentos estatais, entre eles a Petrobras, surgida no curso da campanha cívica “O Petróleo é Nosso”, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). E foi estabelecido o monopólio estatal do petróleo. A partir da segunda metade dos anos 1950, intensificou-se a abertura para o capital estrangeiro, com facilidades à implantação das transnacionais. O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek contribuiu para alargar o processo de industrialização.

10) O sistema de propriedade predominantemente latifundiário foi mantido. O capitalismo apoiado pelo Estado avançou no campo, e a produção agropecuária aumentou muito. Ela se desenvolveu tecnologicamente e se interiorizou rumo ao Centro-Oeste e ao Norte.

11) Esse processo político se deu através de uma série de rupturas parciais, seguidas de recomposições, entre forças sociais distintas e heterogêneas. As Forças Armadas da década de 1940 até os anos 1980 atuaram intensamente na esfera política, promovendo golpes antidemocráticos. O imperialismo estadunidense interveio na vida política do país. Em geral, esse percurso de 50 anos está marcado por períodos ditatoriais e de democracia restrita, com severas limitações às liberdades políticas, à participação democrática do povo, e de dura perseguição ao Partido Comunista do Brasil e demais forças revolucionárias. Mesmo assim os trabalhadores e as massas populares realizaram mobilizações decisivas às conquistas alcançadas. A luta dos comunistas, embora atuando sob duras condições, foi permanente para a construção do Brasil.

12) Entre 1930 e 1980, a população mais que triplicou e urbanizou-se. As camadas médias expandiram-se. A concentração de renda e riqueza se deu com índices entre os mais altos do mundo. O Brasil reforçou a sua identidade nacional. Foram constituídos aparelhos públicos de educação, produção científica e políticas para a cultura que ajudaram a elevar a nível superior a formação de uma cultura e de uma identidade brasileiras.

Esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo”

13) O golpe militar de 1964 ceifa o governo democrático de João Goulart e susta a realização das reformas que dinamizariam o desenvolvimento. O próprio golpe simboliza as adversidades internas e as imposições do imperialismo contra o projeto nacional. O esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo” já começa a se manifestar no curso da crise capitalista mundial de meados dos anos 1970. Os governos militares, após o período do “milagre econômico”, a enfrentam lançando o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que dá fôlego para a continuidade da fase desenvolvimentista até 1981. O esgotamento desse ciclo de 50 anos deveu-se à fadiga do sistema de financiamento do modelo, seja pela via inflacionária, seja pela via do pesado endividamento externo – principalmente nos anos 1970 – que deu origem à crise da dívida pública na década de 1980. O país foi submetido ao controle e à receita de recessão, desemprego e arrocho salarial do Fundo Monetário Internacional (FMI).

14) O período econômico de 1981 a 2002 é negativo: duas “décadas perdidas”. O legado positivo é a redemocratização conquistada em 1985, após grandes mobilizações populares pelas liberdades democráticas, Anistia, Constituinte e

Diretas-já. A Constituição de 1988, mesmo com suas limitações, deu ao país um arcabouço jurídico e político democrático, além de incorporar importantes conquistas sociais. Ao final da década de 1980, os setores burgueses, em especial a burguesia industrial, tinham perdido força e já não eram mais capazes de liderar um projeto nacional de desenvolvimento.

Domínio do neoliberalismo e decadência nacional

15) Nos anos 1990, a partir do governo Collor – mas sobretudo nos de Fernando Henrique Cardoso –, o ideário neoliberal é aplicado com radicalidade, mesmo tendo havido luta popular. Sua “herança maldita” inclui desmonte do Estado nacional, privatização criminosa e corrupta do patrimônio público, desnacionalização da economia, livre curso à financeirização, maior dependência, semiestagnação. No plano político, a democracia foi maculada pelo autoritarismo e pela mutilação da Constituição. No plano social, cortou direitos trabalhistas e agravou a degradação social. A Nação, aviltada, retroage.

A vitória de Lula: uma mudança significativa

16) A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, em 2002, é um marco na história recente. Abriu novo ciclo político no país, com o ascenso ao centro do poder de forças democráticas e progressistas. A decadência nacional começou a ser revertida e a resistência ao neoliberalismo passou a se realizar em melhores condições. Numa dinâmica de acirrada batalha política a democracia floresceu, a soberania foi fortalecida e o povo obteve conquistas. Esta viragem sinalizou uma nova via de desenvolvimento e o começo real de sua retomada a partir de 2005. Pelas circunstâncias históricas o governo Lula, desde seu início, expressou uma dualidade de interesses em função do acordo político que foi levado a selar. Dualidade que implicou compromissos e limites na definição e consecução da transição para um projeto de desenvolvimento nacional, que pudesse responder às contradições fundamentais da realidade brasileira. O governo teve de superar a grave crise que herdou. Ele livrou o país do projeto neocolonizador da Alca e pôs fim à tutela do FMI sobre o país. Essa tomada de posição permitiu-lhe retomar o desenvolvimento, ainda com limitações, voltado para soberania, ampliação da democracia, distribuição de renda e integração da América do Sul.

O desafio da contemporaneidade

17) O desafio, na atualidade, é conduzir o processo político a um patamar mais promissor. O Brasil precisa e tem condições de efetivar um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND) com realizações arrojadas. Este projeto é chamado a suplantar os impasses e deformações resultantes das vicissitudes da sua história política e socioeconômica. A remoção dos obstáculos acumulados exige soluções relacionadas à elaboração do NPND.

18) As contradições estruturais e fundamentais da realidade brasileira exigem como resposta consequente superar:

a. A condição de nação subjugada, “periférica”. Afirmar e defender a nação contra as investidas e imposições imperialistas e hegemônicas. Conformar a união da luta patriótica com as demandas democráticas e sociais no seio do povo. O verdadeiro fortalecimento da Nação exige sustentação popular baseada no avanço democrático;

b. a condição de Estado conservador, sob controle dos círculos financeiros. Em defesa do Estado democrático, laico, inovador, que garanta ampla liberdade para o povo e sua participação política na gestão do Estado;

c. a condição de economia dependente e de desenvolvimento médio, na divisão

internacional do trabalho imposta pelas grandes potências. Liberar-se da dependência econômica, científica e tecnológica; suplantando a estrutura de produção centrada em produtos primários; e a elevada concentração da renda e do patrimônio;

d. a propriedade latifundiária improdutiva ou de baixa produtividade, obstáculo ao aumento da produção e da democratização da terra;

e. a defasagem da renda do trabalho em relação à renda do capital, que ocorre em proporção elevada. Não se constrói uma economia moderna e avançada, com um regime de trabalho desvalorizado e a redução de direitos trabalhistas;

f. as desigualdades sociais e as tensões no seio do povo. Ter o desenvolvimento como fator de distribuição de renda e progresso social. Estabelecer reformas que universalizem os direitos sociais; combater o racismo, a homofobia; combater a intolerância religiosa;

g. as desigualdades regionais que concentraram o progresso e a riqueza nas regiões Sudeste e Sul, impondo um pesado ônus às demais regiões;

h. as barreiras e os limites à emancipação das mulheres, alimentados pela lógica do capital e pelos preconceitos de gênero. Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres continuam discriminadas no trabalho e na vida, vítimas de violência, cerceadas ao exercício de postos nas instâncias de decisão e poder. A Nação perde força e deixa de contar com todo o potencial de mais da metade de sua população;

i. a degradação ambiental, resultante de concepções e práticas predatórias, responsável pela poluição ambiental e destruição de parte das florestas, dos recursos hídricos, da fauna.

j. as vulnerabilidades da cultura e da consciência nacional, decorrentes da pressão ideológica de valores nocivos à afirmação da soberania do país, provenientes do monopólio midiático e da indústria cultural, estrangeiros e locais; e

l. a condição de país voltado primordialmente para os EUA e a Europa. Sustentar e aprofundar a linha de integração sul-americana, latino-americana, de parcerias estratégicas com países e com regiões da “periferia” e de diversificação comercial externa, iniciada no período do governo Lula.

19) Em nossa época, a superação dessas contradições ganha a dimensão de conquista estratégica. É condição para um desenvolvimento avançado e um futuro de bem-estar social. O Brasil vive uma encruzilhada histórica: ou toma o caminho do avanço civilizacional, ou se submete ao jugo das grandes potências e à decadência socioeconômica. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável hoje é o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, caminho brasileiro para o socialismo. Convicto quanto à viabilidade desta alternativa derivada da dinâmica histórica da construção do país, o Partido Comunista do Brasil apresenta aos brasileiros o seu Programa.

II- Programa Socialista para o Brasil

20) O objetivo essencial deste Programa é a transição do capitalismo ao socialismo nas condições do Brasil e do mundo contemporâneo. O socialismo tem como propósito primordial resolver a contradição essencial do capitalismo: produção cada vez mais social em conflito crescente com a forma de apropriação privada da renda e da riqueza. Como sociedade superior, deve distribuir os bens e a riqueza conforme o resultado da quantidade e qualidade do trabalho realizado. É uma sociedade de alta produtividade social do trabalho, superior à do capitalismo. Não é uma exigência voluntarista, decorre do avanço da consciência social. É resultado

objetivo do desenvolvimento científico e tecnológico, do salto das forças produtivas que o capitalismo é incapaz de colocar a serviço da humanidade. Consiste na edificação de um poder de Estado dos trabalhadores, e da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção. É um sistema comprometido com a solidariedade entre as nações, com a política de paz e de cooperação entre os Estados, opositor resolutivo da agressão imperialista e defensor da amizade entre os trabalhadores e povos do mundo.

O socialismo inicia seus passos na história

21) Historicamente, o socialismo vive ainda sua infância. Deu seus primeiros passos, no século passado, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Mesmo sob circunstâncias adversas, conheceu um ciclo de edificação. Seu legado é precioso. Influenciou em várias dimensões a marcha da humanidade por conquistas civilizatórias. Aquela experiência, embora frondosa, foi derrotada. Mas, o socialismo prossegue no cenário mundial renovado e rejuvenescido pelas lições da história. Entre elas, destaca-se o aprendizado de que não há modelo único nem de socialismo e nem de revolução. Também não há passagem direta do capitalismo para o socialismo. Sua edificação passa por um período de transição, com etapas e fases. Sua conquista e construção adotam caminho peculiar, sujeito, em cada realidade, às particularidades históricas, econômicas, sociais, culturais, étnicas de cada nação, e à correlação de forças no âmbito do sistema de poder mundial. Com pertinácia, reformas e renovações, ao modo de cada um, China, Vietnã, Cuba, República Popular Democrática da Coreia e Laos tiveram capacidade para resistir e manter hasteada a bandeira do socialismo. Agregam-se a essa renovação, em um estágio inicial, as jovens experiências da América Latina. Os governos de três países proclamaram a determinação de realizar a transição do capitalismo ao socialismo: Venezuela, Equador e Bolívia. Destaca-se ainda o fértil regime democrático da África do Sul. No alvorecer do século XXI emerge uma nova luta pelo socialismo.

Capitalismo, um sistema esgotado historicamente

22) A nova jornada libertária brota da resistência do movimento revolucionário, do avanço da consciência e luta dos trabalhadores, do enriquecimento da teoria transformadora e, objetivamente, da senilidade do capitalismo. Depois de 300 anos de existência, é um sistema esgotado historicamente, embora ainda dominante política e ideologicamente. Já na passagem do século XIX para o XX, atingiu sua etapa imperialista. Desde então perdeu o papel progressista e civilizatório que havia tido na superação da milenar sociedade feudal. A humanidade sob seu domínio tem padecido enormemente. Em vez da paz, a guerra; em vez da liberdade, as ameaças constantes à democracia. Condena milhões à fome e ao desemprego. Aumenta a exploração sobre os trabalhadores. Em busca do lucro máximo, destrói a natureza. Na contemporaneidade, ele exacerbou tais conteúdos e características. O capital financeiro agigantou-se. O rentismo desenfreado se sobrepôs à produção. A soberania dos países e a autodeterminação dos povos são desrespeitadas e nega-se à maioria das nações o direito ao desenvolvimento. Agravaram-se, também, os conflitos entre as potências imperialistas. Capitalismo se torna cada vez mais sinônimo de crise, superexploração, violência. Esta realidade realça os seus limites históricos e impõe a construção de alternativas.

Mudanças na realidade mundial

23) A nova luta pelo socialismo se dá num mundo em mudanças nas suas relações de poder no século XXI. Está em curso uma transição do quadro de dominação unipolar que marcou o imediato pós-Guerra Fria, com a intensificação de tendências à multipolarização e à instabilidade no sistema internacional. Transição cuja essência é marcada pelo declínio relativo e progressivo dos EUA e pela rápida ascensão da China socialista. Essas tendências são fomentadas e alimentadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo que tende a se

intensificar com a crise internacional desse sistema. Tem sido fator importante, também, a crescente luta dos trabalhadores e dos povos. Assim, por um lado, a crise econômica atual tende a agravar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, embora estes ainda preservem ampla supremacia de poderio militar. Por outro, as tendências em curso não delineiam ainda uma nova correlação de forças entre as forças revolucionárias e contrarrevolucionárias em escala mundial, que continuam a prevalecer apesar da acumulação dos fatores de mudanças progressistas e revolucionárias.

A transição do capitalismo ao socialismo no Brasil

24) O presente Programa do PCdoB não trata da construção geral do socialismo, mas da transição preliminar do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho, segundo a realidade atual, para reunir as condições políticas e orgânicas da transição. A questão essencial, e o ponto de partida para a transição, é a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo. Este triunfo exige o protagonismo da classe trabalhadora. Papel que requer elevação de sua unidade e de sua consciência no plano político e social e apoio de seus aliados. O leque de alianças abarca os demais setores das massas populares urbanas e rurais, as camadas médias, a intelectualidade progressista, os empresários pequenos e médios, e aqueles que se dedicam à produção e defendem a soberania da Nação. A participação da juventude e das mulheres é fator destacado para a vitória deste objetivo.

25) O Partido Comunista do Brasil – organização política de vanguarda da classe operária e do povo trabalhador, apoiado na teoria revolucionária marxista-leninista – empenha-se em conjunto com outras organizações e lideranças políticas avançadas, pela vitória do empreendimento revolucionário. Luta pela construção de uma nova formação política, econômica e social. Somente o socialismo é capaz de sustentar a soberania da Nação e a valorização do trabalho, no esforço comum da edificação de um país soberano, democrático, solidário. Por sua vez, o socialismo não triunfa sem absorver a causa da soberania e da afirmação nacional.

Poder, construção econômica, luta de ideias

26) O poder político conquistado por essas forças, expresso na nova República de democracia popular, tem potencial para iniciar a edificação do novo Estado democrático. Estado de base popular, com legalidade democrática, não-liberal, de ampla liberdade política para o povo, que conduzirá a transição para o socialismo, na sua etapa preliminar de construção.

27) Por surgir das entranhas do modo de produção capitalista e das suas instituições, a transição para a nova sociedade ainda terá uma economia mista, heterogênea, com múltiplas formas de propriedade estatal, pública, privada, mista, incluindo vários tipos de empreendimentos, como as cooperativas. Poderá contar com a existência de formas de capitalismo de Estado, e com o mercado, regulados pelo novo Poder. Todavia, progressivamente devem prevalecer as formas de propriedade social sobre os principais meios de produção.

28) A transição estará sujeita à reação dos valores e das formas da velha sociedade. Em síntese ela transcorre sob a disputa inexorável entre dois caminhos, e condicionada pelo contexto da correlação de forças em plano mundial. Desta circunstância resulta uma situação que definirá o processo, as formas de luta, o ritmo e o êxito das novas formações político-institucionais, econômicas e sociais.

O desafio do terceiro ciclo civilizacional

29) O Programa atual de transição para o socialismo está situado historicamente. Procura responder, na dinâmica da evolução política brasileira, à exigência histórica contemporânea de um novo avanço civilizacional. Este consiste na

afirmação e no fortalecimento da Nação, na plena democratização da sociedade e no progresso social que a época demanda. Esta exigência decorre da existência já de uma base técnico-científica que permite grandes passos para a conquista de uma sociedade avançada. O sistema capitalista, gerador dessa base moderna de forças produtivas, tornou-se incapaz de utilizá-la como impulsionadora de nova fase do progresso social. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável é o socialismo. Contudo, na atualidade, o alcance do socialismo não é imediato. É preciso reunir condições e meios políticos e orgânicos para se conseguir a transição para esse novo sistema. O Programa atual está situado nessa perspectiva, voltado para responder a esse grande desafio perante a encruzilhada histórica.

30) A transição para o socialismo, na dinâmica concreta da revolução brasileira, está destinada a ser o terceiro grande salto civilizacional afirmativo da nação brasileira. Tem um conteúdo nacional, democrático e popular. Buscará completar e consolidar essas tarefas, indo além das reformas não concluídas pelo processo político atual. É, portanto, uma transição revolucionária, de rupturas profundas, imprescindíveis ao progresso civilizacional. A combinação e o avanço da luta nacional, democrática e popular, que se complementam, são a condição principal para a transição preliminar ao socialismo. É verdadeiramente nacional o que é popular, e uma profunda democracia incorpora o povo e lhe dá poder real. A verdadeira independência e afirmação do país, e o pleno avanço democrático e social só serão possíveis com a abertura da via para o socialismo.

Hegemonia e acumulação de forças

31) A conquista da hegemonia pelas forças interessadas na transição ao socialismo exige acumulação de forças de caráter revolucionário via reformas estruturais e rupturas. Tal processo tem dois eixos básicos: o político e o prático. O primeiro é o movimento pela aplicação deste Programa, pelo crescimento e fortalecimento partidário e de demais forças progressistas. O segundo, a interrelação de três tarefas fundamentais imprescindíveis que, conjugadas na evolução do pensamento do PCdoB, adquiriram um fundamento que orienta sua ação prática. Tais tarefas são: relacionar a atuação na esfera institucional, governos democráticos e parlamentos e a construção de frentes amplas, com a intervenção política que tem por fim a mobilização e a organização das massas trabalhadoras e do povo, fonte principal de crescimento do Partido e força-motriz fundamental das mudanças; e a participação criadora e permanente na luta de ideias, com a finalidade de responder aos desafios da luta presente e futura.

32) Antes de alcançar o objetivo estratégico, há a possibilidade de ocorrer em países da “periferia” do sistema mundial e de democracias recentes como o Brasil formas de poder transitório, que durem mais, ou menos, tempo de equilíbrio contestado e instável. Tal poder pode até mesmo não apresentar uma preponderância nítida de uma classe dominante, situação favorável para se atingir relativo progresso. Esta possível circunstância pode resultar em conquistas. Entretanto, a permanência dessa situação não garantiria o êxito pleno das tarefas necessárias, podendo também se desencaminhar de rumo.

Novo projeto Nacional, caminho brasileiro para o socialismo

33) O presente Programa traça o caminho, isto é, faz indicações sobre meios políticos e organizativos que possam levar à vitória da conquista da República de democracia popular, condutora da transição para o socialismo. O caminho para se alcançar esse objetivo maior consiste no delineamento e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Seu conteúdo deve partir das condições políticas e econômicas do Brasil e do mundo, do nível de organização e mobilização das massas populares e do âmbito eleitoral que, na atualidade, é o cenário das batalhas políticas principais na luta pelo poder.

34) A vitória das forças democráticas, progressistas e populares em eleições presidenciais impulsionará a luta pela aplicação do NPND. A derrota, ou o êxito, eleitoral da tendência política avançada, ou circunstâncias políticas imprevisíveis, pode influir na trajetória e no nível das batalhas, na correlação de forças e nas condições de luta. Todavia, em qualquer situação, a transição ao socialismo deve ser o norte constante do PCdoB.

35) A grande crise global do capitalismo da época atual – cuja fase aguda começou em setembro de 2008 – atingiu o Brasil em pleno crescimento, impondo medidas emergenciais e estruturais. Ela criou uma situação mundial e nacional nova para a contínua exigência de novo Projeto Nacional, e o nível das lutas para tanto. A formulação de tal projeto adquire uma dimensão inédita, requer respostas políticas e econômicas que não se limitem a remediar o impasse gerado pela grande crise do capitalismo. Impõe-se distinguir novas oportunidades e caminhos.

36) A elaboração de um NPND deve considerar o impacto dessa grande crise, tal como em 1929-33, quando o Brasil soube aproveitar as contradições das grandes potências capitalistas para se industrializar. Na atualidade, porém, o PCdoB defende um projeto nacional vinculado à perspectiva da transição ao socialismo. Este nítido norte aprofunda e dá um rumo conseqüente à sua execução. A luta em todos os terrenos pela sua concretização eleva a consciência política e social, obtém vitórias e acumula forças. Esta conduta visa ao alcance da hegemonia dos interesses dos trabalhadores e da maioria da Nação. É um meio de aproximação da conquista do poder que instaure o novo Estado de democracia popular.

Essência, alvos e alianças

37) O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, nas condições atuais, deve atingir patamar superior em relação ao aplicado no período político aberto pelo governo Lula. Ele tem essência anti-imperialista, antilatifundiária e antioligarquia financeira e visa a suplantare a fase neoliberal, de culminância do capital rentista e parasitário. Seu fundamento programático compreende a luta pela soberania e defesa da Nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina.

38) A aliança política para sua concretização tem como alvo atingir e derrotar os setores políticos e sociais pró-imperialistas e os grandes beneficiários de sua rede rentista-especulativa. Ou seja, visa a derrotar os setores que se separaram da Nação e se uniram aos espoliadores estrangeiros. Noutro plano, se buscará neutralizar outros setores capitalistas. Esta nitidez quanto aos alvos permite configurar uma larga frente política e social que tem como centro os trabalhadores e engloba amplos segmentos da Nação.

Tarefas, conteúdo, principais bandeiras

39) O NPND deve responder a um conjunto de tarefas fundamentais: construção de uma nação democrática, próspera e solidária, de um Estado democrático e inovador de suas instituições; um país de alta tecnologia, avançado na indústria do conhecimento e grande produtor de alimentos e energia; vida digna para o povo. Iguais oportunidades e universalização dos direitos básicos; desenvolvimento contínuo e ambientalmente sustentável; afirmação e florescimento da cultura brasileira e da consciência nacional; aprofundamento e consolidação da integração da América do Sul e das parcerias estratégicas em âmbito mundial.

40) O fortalecimento e a defesa da Nação. União de interesses nacionais em conjugação com as reivindicações sociais e a ampla participação democrática do povo. Isto se manifesta numa ação comum nacional contra os intentos de dominação imperialista na região, na luta para vencer a dependência econômico-financeira, científica e tecnológica e cultural. Na definição e execução de uma estratégia de defesa nacional que assegure ao país a soberania sobre seu extenso

território. De desenvolvimento nacional associado aos seus vizinhos sul e latino-americanos que abra perspectiva para uma nova formação política, econômica e social avançada em todo o continente.

41) Edificação de um Estado democrático, inovador. Imprimir uma marcha contínua do desenvolvimento, de ampla liberdade política para o povo. Combinação entre democracia representativa e democracia direta, ampla participação e consulta popular na decisão dos temas de grande interesse nacional. Inovação institucional com o financiamento público de campanhas eleitorais e voto no partido. Rígido zelo com o patrimônio e os recursos públicos. Garantir os serviços públicos de qualidade. Democratização do Poder Judiciário, assegurando acessibilidade de uma justiça ágil ao povo e controle externo para garantir gestão eficaz. Implantação das ouvidorias para criar canais de participação popular. Fixar mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal, acabando com a vitaliciedade e possibilitando alternância. Fortalecer as Forças Armadas enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional. Garantia do direito à comunicação, com a abertura de acesso gratuito aos meios de comunicação de massa, em prol dos partidos e dos movimentos sociais. Regime federativo que permita associar os três níveis da Federação em iniciativas e planos conjuntos.

42) Nação desenvolvida, potência energética, com progresso da ciência, da tecnologia e da inovação. Definir um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento. Seu conteúdo indica robusto investimento público e forte papel regulador do Estado. Buscar a condição de potência energética explorando, soberanamente, as reservas de petróleo, em especial da área do pré-sal e com a diversificação da matriz, biocombustíveis, energias renováveis e domínio do ciclo completo do átomo para fins pacíficos. Construção permanente de ampla infraestrutura, sobretudo de malha ferroviária que cubra o território nacional, montagem dos meios para estender a navegação fluvial e de cabotagem e edificação de portos. O planejamento deve englobar decisões de uma política econômica expansiva, de ampliação e fortalecimento do mercado interno e das empresas nacionais. Construção de uma base industrial voltada para a produção de maior valor agregado e de instituições e regras que criem um sistema avançado de inovação tecnológica permanente. Definição de marcos regulatórios conforme as regiões de exploração agrícola. Destinar terras para a exclusiva produção de alimentos; o plantio dos elementos agrícolas para produção de energia; e a conservação e utilização científica da biodiversidade, especialmente, na indústria farmacêutica.

43) Valorização do trabalho. Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Luta por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho.

44) Vida social harmônica. Resolver as contradições e tensões existentes no âmbito do povo; promoção da igualdade social para que avance a construção de uma sociedade solidária e humanista. Luta prioritária contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, harmonização, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas. O Estado combaterá as opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual. Garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos, e políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência. Tratamento das tensões e diferenças no âmbito do povo sempre em prol do fortalecimento da unidade da Nação.

45) Superar desigualdades regionais. Desenvolvimento harmônico e integrado. Medidas de redução progressiva das desigualdades regionais, garantindo o progresso de todas as regiões. Política de desenvolvimento especial para Nordeste, Norte e Centro-Oeste, baseada em fortes investimentos públicos e incentivos fiscais. Revitalização, fortalecimento e criação de entes estatais, como: Sudene e Banco do Nordeste; Sudam e Banco da Amazônia; Sudeco e a criação de um Banco de fomento para a região Centro-Oeste.

46) Emancipação das mulheres. É uma condição para o progresso social. Aproveitar o imenso potencial das mulheres, hoje relativamente adormecido, mas que sustenta a acumulação capitalista, libertando suas energias. A emancipação das mulheres é obra da luta em primeiro lugar delas próprias. Entretanto, a transformação nas relações entre gêneros e a igualdade integral de direitos, na lei e na vida, necessitam do empenho da sociedade. Assegurar tais direitos na esfera do trabalho, da educação e saúde, e adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres.

47) Proteção do meio ambiente. Soberania nacional, desenvolvimento e proteção do meio ambiente, compatíveis com as atuais exigências de um desenvolvimento sustentável. Luta que promove o avanço civilizacional e é indispensável para garantir a qualidade de vida no planeta. Superar a concepção dos defensores tanto da exploração predatória (segundo a qual o crescimento econômico é tudo e a proteção ambiental, nada) quanto do “santuarismo”, ou seja, o preservacionismo estático da natureza, que paralisa o desenvolvimento. Combate ao desmatamento, defesa da fauna, dos recursos hídricos. Planejamento do uso e ocupação do solo, zoneamento econômico-ecológico e estímulo ao uso de energias renováveis. Proteção de todos os biomas do país, com destaque para a Amazônia. É necessário assegurar o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento socioeconômico que garanta ao povo trabalho e vida digna.

48) Defesa da cultura brasileira. Luta permanente por sua afirmação e florescimento. Enfrentamento da pressão ideológica que atua para impor uma hegemonia cultural e ideológica estrangeira, em tudo distinta do salutar intercâmbio entre os povos. Garantir o fomento às linguagens artísticas e expressões culturais. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial de todas as regiões e manifestações culturais do país. Fortalecer a identidade e a diversidade cultural do povo brasileiro, com políticas que gerem autonomia, protagonismo e liberem sua capacidade criativa. Reforço das instituições públicas que defendam, fomentem e difundam a produção cultural e artística brasileira, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura, garantindo orçamento vinculado em todos os níveis de governo e promovendo o planejamento estratégico para o setor. Assegurar o acesso a bens e serviços culturais como questão central da cidadania. Incorporar o saber, a criatividade, a inovação e o conhecimento como base da economia brasileira do século XXI e dos séculos vindouros, mantendo uma política de Estado para robustecer a indústria cultural brasileira e assegurar o crescimento do mercado interno.

49) Soberania nacional e integração solidária. Política externa independente, correspondente a um novo lugar e um novo papel progressista do Brasil no mundo em que prevaleçam os valores de cooperação, convivência democrática, direito internacional, defesa da paz e da solidariedade com os povos e nações. Integração solidária da América do Sul, parcerias estratégicas com Estados semelhantes e diversificação do comércio exterior com prioridade para as relações Sul-Sul. Pela sua dimensão estratégica, lutar para fortalecer a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Dinamizar e ampliar o Mercosul, reforçando seu caráter de união aduaneira e mercado interno comum, e dando-lhe maior institucionalidade, com o fortalecimento do Parlasul e outros entes.

50) Democratização da sociedade. Combater a enorme injustiça social do país, tendo como diretriz que cada cidadão tenha os mesmos direitos e condições para o

seu desenvolvimento. Para superar progressivamente a pobreza, assegurar às pessoas marginalizadas um conjunto básico de recursos e direitos sociais. Continuidade e expansão de reformas estruturais democráticas que elevem o denominador comum de direitos e qualidade de vida. Tais reformas devem envolver a maioria da Nação, as organizações populares, os governos progressistas, os setores empresariais comprometidos com a causa patriótica.

Como financiar o desenvolvimento

51) O crescimento econômico acelerado e duradouro requer uma elevação substancial dos investimentos. Isso só será possível com a inversão da lógica rentista predominante em uma nova concepção desenvolvimentista. Essa demanda exige uma reforma do Sistema Financeiro Nacional, tendo por objetivo fortalecer continuamente o sistema público financeiro como polo bancário fundamental para o desenvolvimento nacional; vincular a ação do Banco Central do Brasil ao objetivo do desenvolvimento; direcionar o sistema bancário comercial para o financiamento, em especial de longo prazo, dos investimentos de grande massa de empresas.

52) O financiamento do NPND, por um lado, exigirá também uma mudança no perfil da dívida pública, diminuindo seus custos e aumentando seus prazos, bem como a adoção de políticas monetária e fiscal, expansivas. O esforço pela diminuição da taxa de juros e dos spreads bancários poderá tornar os investimentos produtivos mais atraentes e aliviará o Orçamento da União do grande peso da rolagem da dívida pública. Além disso, essas medidas forçarão o sistema bancário a assumir os riscos de financiamento da produção, dando liquidez e ritmo ao crescimento. Por outro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao fornecer crédito de longo prazo a juros razoáveis, impulsionará o investimento público estratégico e servirá também de estímulo ao capital privado. A superação da lógica rentista abrirá possibilidades para um melhor aproveitamento do potencial dos fundos públicos de poupança compulsória. Fortalecer as empresas estatais aumentando a participação do Estado e criar outras em setores estratégicos da economia. Utilizar as riquezas minerais com destaque para as reservas do pré-sal para financiar o desenvolvimento e o progresso social. Persistir na integração financeira e monetária com os demais países da América do Sul e com outras nações em desenvolvimento. Tal iniciativa tornará o país menos suscetível às imposições do dólar. O Fundo Soberano do Brasil deve ser fortalecido para ajudar no financiamento do desenvolvimento. O capital estrangeiro, segundo regras do NPND, contribuirá para o desenvolvimento nacional, desde que direcionado para o investimento e o financiamento de projetos produtivos de interesse nacional. Estas diretrizes só surtirão efeitos plenos se combinadas com uma política cambial administrada para assegurar a competitividade das exportações brasileiras e defender contra a especulação a moeda e a economia nacionais.

Reformas para o avanço do NPND

53) O NPND inclui as reformas que compõem o esforço de democratização da sociedade brasileira nas condições atuais – política, educacional, tributária, agrária, urbana, meios de comunicação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da seguridade social e segurança pública.

a. Reforma política ampla, democrática deve assegurar o pluralismo partidário, resguardar o sistema proporcional, fortalecer os partidos e ampliar a liberdade política; implantar um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público de campanhas e voto em listas partidárias. Instituir formas de democracia participativa e direta, além da representativa. Combater a renitente investida para restringir o pluralismo partidário.

b. Reforma nos meios de comunicação de massas tem um papel estratégico. O direito à comunicação é indispensável à cidadania e à democracia. É preciso combater a monopolização do setor, revisar os critérios de concessão para o setor

privado, fixar mecanismos de controle social, rever os critérios públicos de publicidade oficial, fortalecer um sistema público de comunicação, multiplicar a radiodifusão comunitária, estimular a inclusão digital, estabelecer um novo marco regulatório. Na luta pela democratização da mídia é preciso dar ênfase à defesa da produção e da cultura nacional, valorizando a diversidade regional e a produção independente; no processo de convergência digital, defender a produção nacional em face de tentativas de invasão estrangeira.

c. Reforma da educação que consolide um Sistema Nacional de Educação, com prioridade para a educação pública e gratuita, garantindo sua qualidade e seu caráter científico, crítico e laico. Acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis. Controle público sobre o ensino privado, impedindo a sua desnacionalização. Formação e valorização dos profissionais da educação. Universalização do ensino básico, progressivamente integral. Erradicação do analfabetismo. Fortalecimento do caráter estratégico da educação superior pública, com democratização de acesso, expansão e sustentação da qualidade. Investimento significativo e sistemático em pesquisa. Políticas de extensão que coloquem à disposição do povo a produção científica das universidades. Política de financiamento que amplie o percentual do PIB destinado à educação e controle da aplicação dos recursos. Essa reforma no seu conjunto visa, também, a garantir que a educação, relacionada com o trabalho e o desenvolvimento, seja fator de superação da desigualdade social.

d. Reforma tributária progressiva que tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas. Especial tributação sobre a especulação e o rentismo. Desoneração da produção e do trabalho. Tributação direcionada para a redução das desigualdades regionais e sociais. Fim dos privilégios socioeconômicos dos setores dominantes, hoje menos tributados que a maioria assalariada.

e. A Reforma agrária, emparedada por poderosos interesses de grandes proprietários rurais, precisa ser realizada. A produção capitalista dominante no campo gera uma realidade contrastante entre propriedades de produção intensivo-moderna e de produção extensiva atrasada. A reforma tem uma finalidade econômica e social progressista. O êxito da reforma agrária na etapa atual depende da concentração da luta em torno de um alvo definido: eliminação da grande propriedade territorial improdutiva e aproveitamento das grandes parcelas de terras devolutas do Estado. A terra deve ser parcelada em forma de propriedade familiar, em regime cooperativo, com acesso ao crédito e à técnica, a equipamentos, preços mínimos, seguro agrícola, e direcionada para uma agroindústria avançada. Elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Atualizar os índices que medem a atividade rural produtiva. Assegurar a função social da propriedade da terra. Coibir a compra de terras por estrangeiros. Combate à grilagem. A mobilização social dirigida contra o latifúndio improdutivo e os monopólios estrangeiros agropastoris, neutralizando os proprietários capitalistas produtivos, atraindo os proprietários médios e pequenos e baseando-se no camponato, no proletariado rural e na maioria do povo.

f. Reforma urbana que garanta direitos e serviços ao povo, como moradia digna e infraestrutura, saneamento ambiental, transporte público com ênfase no transporte coletivo, mobilidade urbana, segurança pública, cultura, esporte e lazer. Mobilização popular para que se avance no processo de regularização fundiária e combate à especulação imobiliária. Exigir do Estado planejamento urbano democrático. Aplicação dos dispositivos constitucionais e legais como a função social da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade. Construir o Sistema Nacional de Política Urbana.

g. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), dando-lhe qualidade superior que reverta o ônus e o sofrimento para o povo. Por um lado, maiores investimentos no sistema, gestão moderna, democrática e eficiente, exercida pelo poder público e, por outro, normas e limites para a saúde gerida por grupos privados – que, em

perspectiva, devem ser substituídos pelo regime único de saúde pública. Humanização do sistema de saúde. Valorização dos profissionais e dos gestores do setor.

h. Fortalecimento e ampliação da Seguridade Social. Além do direito à saúde, o Estado deve assegurar a prestação universal e de qualidade de serviços públicos e direitos concernentes à previdência e à assistência social. Universalizar a cobertura da previdência social incorporando todos os trabalhadores, inclusive os do setor informal – hoje excluídos –, e garantir melhores rendas aos aposentados e pensionistas, cujo valor acompanhe o crescimento econômico do país. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir o preceito constitucional de acesso universal à proteção social em todos os ciclos da vida.

i. Fortalecimento da segurança pública. Adoção de uma nova política nacional de segurança orientada pelo direito fundamental do cidadão a uma vida com paz e segurança. Política fundada na integração entre União, estados e municípios, constituindo um Sistema Único de Segurança Pública que tenha a participação solidária e o controle da sociedade. Realizar ações prioritariamente preventivas e de repressão à violência criminal. Combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

54) Esse conjunto de reformas articuladas e o fortalecimento dos serviços públicos nomeados podem orientar a ação política organizada de amplo movimento democrático, contrapondo-se aos obstáculos conservadores políticos e econômicos dominantes. A jornada para realizá-las canaliza energias para responder às necessidades crescentes materiais, políticas e culturais do povo.

Fortalecer a Nação, lutar pelo socialismo

55) Esta é a proposta deste Programa Socialista para o Brasil. Esta é a mensagem de esperança e luta do PCdoB ao povo e aos trabalhadores, aos seus aliados, e a todos os brasileiros compromissados com o país e com o progresso social. Os comunistas alicerçados na força e na luta do povo estão chamados a construir um PCdoB forte à altura dos desafios desta grande causa. É hora de forjar, no curso da luta, uma ampla aliança nacional, democrática e popular que impulsiona a jornada libertária para que o mais breve possível, neste século XXI, o Brasil se torne uma nação livre, plenamente soberana, forte e influente no mundo, justa e generosa com seus filhos e solidária com os povos do mundo.

São Paulo, 8 de novembro de 2009

Mais Mudanças,

Mais Futuro

Programa de governo
do
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

-2014-





Mais Mudanças,

Mais Futuro

essas são as linhas gerais do Programa de governo que a candidata Dilma Rousseff e o

Partido dos Trabalhadores (PT) propõem para a debate, num processo de ampla consulta

aos movimentos sociais e aos partidos aliados. Um trabalho que será apoiado por

meio de grupos temáticos.





Os 12 anos que transformaram

o Brasil

Pouco mais de uma década de profundas transformações econômicas e sociais tornaram o **Brasil mais justo**. ao longo de três gestões comprometidas com a garantia do direito de cidadania a todos, houve um salto inegável de melhoria nas condições de vida da população. nenhum país conseguiu, em tão pouco tempo, tirar um contingente tão grande de pessoas da miséria.

Um período tão continuado de políticas distributivistas produziu algo inédito: milhões de jovens cresceram em melhores condições que seus pais, tiveram acesso à educação e à saúde como nenhum de seus antepassados, vivem um período prolongado de contínua ascensão social e construíram uma imensa confiança no futuro.

em apenas 12 anos, o PT e os partidos aliados fizeram uma revolução social pacífica, **o mais amplo e vigoroso processo de mudança da história do país**.

depois dessas grandes transformações, é preciso inaugurar **um novo ciclo de mudança**

s, para superar problemas estruturais e seculares que ainda impedem o desenvolvimento pleno de um país mais justo e para garantir que não ocorrerão retrocessos nas importantes conquistas obtidas nos últimos 12 anos.

este novo ciclo estará assentado nos dois pilares básicos do nosso modelo – a solidez econômica



e a amplitude das políticas sociais – e na estruturação de um novo pilar: a competitividade produtiva.

a **competitividade produtiva** será atingida por meio dos investimentos em produção e

consumo de massa, investimentos em infraestrutura social e econômica, na construção de um

Brasil sem Burocracia e nas áreas de educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, construindo uma

sociedade do concreto.

esse novo pilar trará avanços ainda maiores na melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos,

na desburocratização de nosso País, na ampliação e efetivação do crédito, na melhoria da qualidade do

emprego, no estímulo continuado ao empreendedorismo, no desenvolvimento tecnológico

e no aumento da produtividade da nossa economia.

o crescimento do emprego, a ampliação e qualificação do mercado interno e a expansão das exportações

põem no centro da política econômica a questão da **produtividade**. Seu incremento se dará

pela modernização do parque industrial brasileiro, pela melhoria no ambiente de negócios e pela

maior capacitação de nossas empresas e qualificação de nossa mão de obra.

Fincando raízes na defesa intransigente da solidez macroeconômica, na continuidade e no

fortalecimento das políticas sociais, e na busca permanente do crescimento econômico

inclusivo e sustentável, promovendo a competitividade produtiva e assumindo a garantia de

acesso à educação de qualidade como grande motor da transformação, o novo ciclo histórico

que propomos ao Brasil passa pelas reformas *política, federativa, urbana* e dos *serviços públicos*.





Grand es mudanças,
o p on to d e pa rti da para mai s transformações

nas três primeiras gestões petistas, os governantes, junto com os partidos aliados, tomaram a **de cis**

ão p olítica de re c onhe cer direitos que até então er am su B tr aídos

da imens a maioria da p opulação: morar, comer, estudar, ter acesso a serviços de

saúde, ao saneamento básico, à casa própria, ao emprego e a um patamar mínimo de renda para ter
uma vida digna.

ao mudar as condições de vida desse enorme contingente de pessoas, trouxe-os à esfera pública,
conscientes de seus direitos. São eles que ingressam no mercado de trabalho mais instruídos que
a mão de obra anterior; que conseguem chegar à faculdade como os primeiros dentro de seus núcleos
familiares; que pressionam o poder público com demandas por mais serviços e de melhor qualidade.

doze anos de governos comprometidos com o desenvolvimento, com a geração de oportunidades

e com a garantia de direitos colocaram o **de B ate so B re o futur o do Br a sil em outr**

os ter m os. a discussão hoje é outra porque a tarefa de **c o m B ater a ex tremo p o B**

reza , que rem onta à criação do e s tado B r a sileir o, f oi super ada

em pouco mais de uma década de governos integralmente comprometidos com o objetivo de mudar
a realidade social do país.

Para os cidadãos brasileiros, o necessário para o futuro mudou porque **o patamar de exigência**
s



passou a ser outro: não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo e possam acenar para seus filhos com vidas melhores que as deles. deixamos para trás a estagnação econômica, a falta de esperança e de perspectivas que contaminavam o Brasil e os brasileiros quando o PT e os partidos aliados chegaram ao poder, em 2003.

a profissão de fé do PT em um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável mostrou-se o caminho para construir um país melhor e muito menos desigual do que o oferecido ao Brasil antes de 2002. **um modelo sustentável de desenvolvimento**, baseado no aumento de investimentos na economia, em inflação baixa, numa radical redução da pobreza, em redistribuição de renda e no fortalecimento do consumo de massa.

em 2010, quando a presidenta Dilma se apresentou como candidata de continuidade do governo Lula, esse modelo estava solidamente estruturado por oito anos de radicais mudanças no modo anterior de gerir a economia e a vida dos brasileiros. o PT e seus aliados haviam provado sobejamente que o programa de desenvolvimento proposto à sociedade oito anos antes era o que tinha condições de proporcionar uma mudança histórica na estrutura social e econômica de um país marcado pela pobreza.

recusamos, nestes 12 anos, o pensamento único que anunciava a inevitabilidade da sociedade dual, onde crescimento rimava com desigualdade. de forma inédita, conseguimos associar crescimento econômico e redução da desigualdade, aumento do salário mínimo e elevação das taxas de emprego, expansão das políticas sociais universais com maior inclusão dos setores mais pobres e vulneráveis da população. as políticas econômica e social ampliaram sua articulação. o dinamismo da economia e a melhoria das contas públicas no período permitiram a expansão do gasto social e a ampliação do seu



impacto distributivo, social e regional. nesta trajetória, o incremento do emprego e da renda do trabalho foi acompanhado pela ampliação da rede de proteção social.

a nossa política econômica foi erguida sobre dois pilares: **a solidez da condução da política econômica e a criação e fortalecimento de um grande mercado de consumo de massas.**

a política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País; na inflação baixa e estável; no rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre estado e iniciativa privada. a esses elementos foram agregadas medidas para promover maior competitividade de nossa estrutura produtiva, como desonerações tributárias, redução dos custos de produção, crédito em condições adequadas, incentivos à inovação e os investimentos crescentes em educação. entre as desonerações promovidas no governo dilma, vale destacar as da cesta básica e da folha de pagamentos. esta última beneficia 56 setores.

o Plano Brasil maior foi o condutor da agenda de política industrial implementada no governo dilma, com o propósito de aumentar a capacidade competitiva da nossa indústria, particularmente em um período de grandes adversidades internacionais. Com o Brasil maior, defendemos a produção nacional por meio de políticas de compras governamentais, fixando margens de preferência para produtos nacionais e a política de conteúdo local, em especial na área do petróleo. adotamos medidas de estímulo ao desenvolvimento de cadeias produtivas, como o Inovar-auto. estimulamos o aumento de



exportações com o reintegra. ampliamos os recursos do BndeS para o financiamento do investimento, com o PSI/BndeS, bem como os recursos para capital de giro, com o Progeren. Criamos a agência Brasileira garantidora de Fundos. em um cenário de normalização do crescimento e do comércio internacional esperado para os próximos anos, nossa política industrial deverá gerar inquestionáveis benefícios à indústria brasileira e à prestação de serviços e à agropecuária.

Foram adotadas também **políticas consistentes e continuadas de apoio ao agronegócio e à agricultura familiar.** a produção de grãos saltou de 96 milhões de toneladas em 40 milhões de hectares, na safra 2001/2002, para 191 milhões de toneladas em 56 milhões de hectares, na safra

2013/2014. Tamanho aumento da capacidade de produção e da produtividade foi possível pela expansão do crédito e das políticas de apoio à produção e será ainda mais impulsionada pela conclusão de obras estratégicas de infraestrutura. Para a safra de 2014/2015, estão previstos r\$ 156,1 bilhões para financiar o agronegócio. Como resultado da política de fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, seguro safra e políticas de comercialização, a renda no campo aumentou 52%, em termos reais, nos últimos quatro anos. Para a safra 2014/2015, o crédito para agricultura familiar será de r\$ 24,1 bilhões.

as iniciativas dos governos Lula e Dilma para o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento das micro e pequenas empresas merecem destaque. em 2006, o Simples nacional foi implantado, dando consistência prática à previsão de tratamento diferenciado contida na Constituição Federal. em 2008, foi instituído o microempreendedor Individual (MEI), para trazer para a formalidade milhões de pequenos negócios. o governo Dilma cuidou muito do aprimoramento dos mecanismos de apoio ao empreendedorismo. aprimorou a legislação da pequena empresa e do microempreendedor individual, ampliando em 50%



o limite das faixas para enquadramento no Simples nacional. no caso do meI, houve também redução da alíquota de contribuição para o InSS para apenas 5% do salário mínimo. Com isto, hoje já são 4,16 milhões de brasileiras e brasileiros no meI que trabalham por conta própria formalizados e protegidos pela Previdência. outras 4,7 milhões de empresas são micro e pequenas que se beneficiam do Simples nacional. Foi criado o CreSCer, programa de microcrédito produtivo orientado para facilitar o acesso dos pequenos empreendedores aos recursos necessários para abrir, manter e expandir seus negócios. em menos de três anos, o CreSCer concedeu r\$ 14,1 bilhões em crédito, em 9,4 milhões de operações. deste total, um terço foi realizado por beneficiários do Bolsa Família, que buscam fortalecer seu pequeno negócio com o microcrédito.

alcançamos metas ousadas em nossas políticas ambientais. os excepcionais resultados logrados pelo Brasil no combate ao desmatamento ilegal na amazônia e no Cerrado garantiram ao País o papel de **maior redutor de emissões de gases de efeito estufa no planeta**.

após anos de debate, conseguimos aprovar, em 2013, o **novo código florestal**, que garantiu as bases mais sustentáveis para a produção agrícola e mais segurança jurídica para os produtores. Também aprimoramos os mecanismos de licenciamento ambiental e avançamos na regulamentação do uso sustentável de nossa biodiversidade. este é o **primeiro pilar** do modelo desenvolvimento sustentável que mudou o Brasil.

ao final de três mandatos, todos os indicadores econômicos do período são positivos e sempre muito melhores que os vigentes em 2002.

em 2002, a inflação anual chegou a 12,5%. em 2013, estava num patamar de 5,9%. a expectativa para 2014 estará dentro da meta definida pelo Conselho monetário nacional (Cmn). **o controle da**



a capacidade instalada de nossos aeroportos cresceu 191% entre 2002 e 2013,

continuamos entendendo o poder devastador da inflação sobre as rendas das famílias, os salários e os lucros das empresas e por isso jamais transigiríamos ou transigiremos com um elemento da política econômica com esse potencial desorganizador da vida das pessoas e da economia.

a taxa de investimento da economia Brasileira, que era de 16,4% em 2002, passou

para 18,2% em 2013. a taxa de desemprego assumiu a desejada trajetória de queda: em dezembro de 2002,

10,5% da população economicamente ativa estava desempregada; em abril de 2014, o desemprego havia caído

para 4,9%, configurando uma situação inédita na história do país, de pleno

emprego.

no setor externo, todos os indicadores atingiram marcas históricas nesse

período de 12 anos. no período de doze meses encerrado em maio de 2014, o Brasil recebeu US\$

66,5 bilhões em Investimento direto externo (Ide), quatro vezes o montante de 2002 (US\$ 16,6 bilhões).

São históricos também os volumes de exportações e de reservas internacionais do período 2002-2013.

as exportações, que somavam US\$ 60 bilhões em 2002, atingiram US\$ 242 bilhões de 2013. as reservas

cambiais saltaram de US\$ 37,8 bilhões em 2002 para US\$ 379,8 bilhões em maio de 2014.

sof qualquer ótica, portanto, os indicadores macroeconômicos mudaram de patamar.

o risco de quebra do País deixou de ser uma ameaça. a dívida líquida do setor público decresceu de

60,2%, em 2002, para o patamar de 34,6% em maio de 2014. a dívida externa Brasileira



a capacidade instalada de nossos aeroportos cresceu 191% entre 2002 e 2013, a capacidade foi equipada pelo acúmulo de reservas cambiais. Ela

representava 19,2% do PIB em 2002; em 2013, não passava de 3,1% do PIB. não só pagamos a dívida feita junto ao FMI para salvar o Brasil da insolvência, como nos tornamos credores do Fundo, situação inédita em nossa história.

continuamos ao país e conseguiram isso, com crescimento econômico, sem vender patrimônio público, sem submeter o país às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem desconhecer direitos históricos do trabalhador e sem transferir para os mais pobres a conta das crises internacionais. Com o Programa de aceleração do Crescimento (PaC) e com o Programa de Investimento em Logística, os governos do PT assumiram a histórica tarefa de investir na

infraestrutura logística brasileira, fundamental para o crescimento e a competitividade de nossa economia. Investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada estão mudando radicalmente nossas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, nossa capacidade de geração de energia e nossa infraestrutura urbana, com destaque para habitação, mobilidade e saneamento básico.

o Brasil dos governos do PT e de seus aliados ficará marcado como o período da história recente com mais entregas de grandes obras de infraestrutura.

desde 2007, foram concedidos 8.630 km de rodovias, que correspondem a 13% da malha rodoviária federal, e foram construídos ou duplicados 6,1 mil km de rodovias. após décadas de paralisação de investimentos em ferrovias, foram construídos 1,96



a capacidade instalada de nossos aeroportos cresceu 191% entre 2002 e 2013, mil km de novas ferrovias e o novo modelo de concessão e operação ferroviária foi aprovado.

Para aumentar a produtividade de nossa infraestrutura portuária, concluímos a dragagem de

13 portos e ampliamos os Berçós, cais e melhoramos os acessos terrestres

em 9 portos. Com a nova Lei dos Portos, aprovada em 2013, ampliamos a participação

do setor privado no setor portuário, por meio de arrendamentos nos portos organizados, bem como autorizações para Terminais

passando de 97,9 milhões para 285 milhões de passageiros por ano. Concluímos obras de ampliação de

terminais de passageiros, pátios e pistas em aeroportos. Durante o governo Dilma, foram concedidos

6 grandes aeroportos nacionais - Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Galeão/RJ, Confins/MG

e São Gonçalo Amarante/RN.

entre 2003 e 2014, retomamos a construção

de grandes usinas

hidrelétricas e foram acrescentados ao parque gerador Brasileiro

48.866 MW, cerca de 60% da capacidade

instalada do país em 2002. O aumento médio de mais que 4 mil MW por ano é superior à

construção de uma usina do porte de Jirau, no rio Madeira, a cada ano. A contribuição de fontes

alternativas para o sistema integrado, como a biomassa, energia eólica e solar, cresceu de 240 MW para

3.101 MW. Criamos o Programa Nacional do Biodiesel, para fortalecer a diversificação de nossa matriz

energética. A partir de 2010 passou ser obrigatória a mistura de 5% do biodiesel no diesel, em 2014 já

são 6% e, a partir de novembro deste ano, será 7%.

ao mesmo tempo, a Presidenta Dilma instituiu **medidas para reduzir o custo da**



a capacidade instalada de nossos aerogeradores cresceu 191% entre 2002 e 2013, energia, melhorando a competitividade da indústria brasileira e desonerando os consumidores.

Foi antecipada a renovação das concessões de usinas antigas que já estavam amortizadas, proporcionando redução do custo da energia de, no mínimo, 18%.

no mesmo período, construímos 43,5 mil km de linhas de transmissão, reforçando o Sistema

Integrado nacional, garantindo o fornecimento seguro de energia.

na área de petróleo e gás, o resultado de maior destaque foi, sem dúvida, a descoberta do pré-sal.



em 2013, foi realizado o primeiro leilão do pré-sal, no campo de Libra, com volume de petróleo recuperável estimado entre 8 e 12 bilhões de barris. em 2014, foi autorizada a contratação direta da Petrobras para a exploração dos campos de Búzios, entorno de Iara, Florim e nordeste de Tupi, com volume de petróleo recuperável estimado entre 10 a 15 bilhões de barris. Somente nesses campos e em Libra estima-se haver um volume de petróleo equivalente a 1,5 vezes as reservas provadas no país até 2013.

a média de produção de petróleo cresceu 50% entre 2002 e 2013.

agora, em 2014, a produção da Petrobras oriunda de petróleo do pré-sal chegou a mais de 500 mil barris/dia. Levamos 31 anos para produzir os primeiros 500 mil barris e agora, em apenas três anos, produzimos 500 mil barris de petróleo oriundos do pré-sal.

o número de plataformas de produção de petróleo em operação passou de 36 para 82 entre 2002 e 2014. atualmente, 28 sondas para exploração do pré-sal estão contratadas para construção em estaleiros brasileiros. a infraestrutura de gasodutos cresceu de 5.417 km de extensão para 9.489 km, entre 2002 e 2014.

Foram também retomados os investimentos em novas plantas de refino com a construção das importantes refinarias.

a indústria naval brasileira recuperou e ampliou sua capacidade produtiva e alcança hoje 80 mil trabalhadores, voltando a ocupar uma posição de destaque no mundo. até 2017, deverá ocupar 100 mil trabalhadores. essa recuperação é fruto das grandes encomendas da Petrobras com exigência de conteúdo nacional, e da disponibilidade de financiamento pelo Fundo de marinha mercante, que cresceu 784%, em termos reais, entre 2002 e 2013.



o programa **minha casa, minha vida**, em suas duas fases, já contratou 3,45 milhões de casas, 1,7 milhão das quais já foi entregue, o que corresponde a mais de 6 milhões de brasileiros vivendo em sua casa própria, o equivalente à população da cidade do rio de Janeiro, a segunda maior do país.

o sistema de financiamento habitacional, por meio do SBPe-Sistema Brasileiro de Poupança e empréstimo, financiou **529,8 mil moradias** em 2013, 18 vezes mais do que em 2002, quando foram financiadas 28,9 mil moradias.

Para melhorar as condições de transporte urbano da população nas grandes cidades, principalmente para reduzir o tempo que se gasta nos deslocamentos diários para o trabalho ou para o estudo, o governo

Federal garantiu **r\$ 143 Bilhões em investimentos de mobilidade urbana** para estados

e municípios. Com esses recursos, importantes obras estão sendo realizadas e planejadas em

todas as regiões brasileiras. São mais **651 km de transportes sobretelhados**

(metrô, monotrilho, vLT, Trem Urbano e aeromóvel), **3.188 km de transportes sob**

telhados (BrT e corredores) e **21 km de**

transporte fluvial urbano.

Para enfrentar o déficit de saneamento básico, desde 2007, foram selecionados pelo governo Federal

r\$ 74 bilhões em obras. **os investimentos anuais em saneamento crescer**

am mais de 10 vezes em termos reais, passando de r\$ 998 milhões em 2002 para r\$

10,3 bilhões em 2013. embora grande parte das obras ainda esteja em execução pelos municípios e

estados, o índice de tratamento de esgoto cresceu 19% no país.

os investimentos em segurança hídrica ganharam escala inédita nos últimos três anos. São mais de

r\$ 32 bilhões em obras para garantir oferta de água em quantidade e qualidade para populações que



vivem no semiárido e outras regiões com escassez de água. a principal obra em execução é a Integração do rio São Francisco, maior obra hídrica do Brasil, com 469 km, que se estende pelos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. a ela se somam, em todo o nordeste, obras estruturantes, que vão mudar o perfil da oferta de água: o eixão das Águas e o Cinturão das Águas no Ceará; as adutoras de Piaus e Bocaina, no Piauí; a adutora do alto oeste e Seridó, no rio grande do norte; o canal da vertente Litorânea, na Paraíba; o ramal do agreste e as adutoras do agreste e do Pajeú, em Pernambuco; o Canal do Sertão alagoano, em alagoas; a adutora do S. Francisco, em Sergipe; a adutora do algodão e a do Feijão, na Bahia. Para democratizar o acesso à água, já foram entregues, no nordeste, 937 mil cisternas, das quais 607 mil somente no governo da Presidenta Dilma. até o final de 2014, chegaremos a 1,080 milhão cisternas instaladas por todo o nordeste.

vale destacar que, embora o Brasil tenha vivido, nos últimos três anos, a maior seca das últimas décadas, graças à intensa ação do governo Dilma não houve o drama dos retirantes famintos e sem rumo que nos afligia no passado. não houve saques motivados pelo desespero da falta de comida; a mortalidade infantil não aumentou.

Foi montada a maior operação de oferta de água por carros-pipa da história, sob a coordenação do exército, mobilizando mais de seis mil pipeiros contratados pelo governo Federal. Foram implantados 207 sistemas simplificados de abastecimento de água e 95 poços nos estados de alagoas, Bahia, minas gerais e Pernambuco e Sergipe.

Para garantir renda às famílias de agricultores, pagamos o Bolsa estiagem para cerca de um milhão de famílias, e o garantia Safra para outros 870 mil. Foram vendidas 930 mil toneladas de milho a preço subsidiado para auxiliar na alimentação dos animais. Para apoiar a continuidade dos pequenos negócios,



foram feitas 511 mil operações por uma linha de crédito emergencial, mobilizando 3,45 bilhões de reais.

Todos os investimentos descritos até aqui têm sido essenciais para ampliar a eficiência e a competitividade da economia, para estimular o crescimento, para gerar emprego e melhorar a vida dos cidadãos em todo o país. Investir para proporcionar mais e melhor infraestrutura produtiva e social tornou-se fator de dinamização econômica, assim como as políticas de inclusão social e redistribuição de renda.

o segundo pilar do modelo de desenvolvimento dos governos do PT e de

seus aliados foi a implantação de **uma rede de políticas de proteção e inclusão**

social que tornaram o Brasil um país verdadeiramente de 200 milhões de cidadãos. em três

mandatos sucessivos, criamos um imenso e dinâmico mercado de consumo de massa, e obtivemos

marcas históricas de geração de emprego, aumento do salário real e distribuição de renda. em

nenhuma outra situação a frase “nunca antes na história deste país” refletiu tão fielmente a realidade

dos números.

desde 2003, **36 milhões de brasileiros foram tirados da extrema pobreza**

reza . Somente entre 2011 e 2013, com o Plano Brasil Sem miséria, 22 milhões de pessoas foram

resgatadas da extrema pobreza. o governo Dilma pode, portanto, garantir **a superação da**

extrema pobreza no

Brasil, sob o critério de renda .

além do enfrentamento da extrema pobreza, alcançamos, nos três governos do PT, uma extraordinária

mudança no perfil da sociedade brasileira, pois **42 milhões ascenderam à classe**

média . antes de 2003, na base da pirâmide social estavam concentrados 54,9% dos brasileiros

(classes d e e) e a classe média (C) representava 37% da população. Hoje, a maioria da população



foram feitas 511 mil operações por uma linha de crédito emergencial, mobilizando 3,45 bilhões de reais. está situada no meio da pirâmide: **55% dos Brasileiros estão na classe média**. as classes de e e, somadas, hoje representam 25% dos brasileiros.

a decisão de dar centralidade ao combate a pobreza e a miséria, e de fazer política econômica sem suprimir direitos, fez o Brasil andar na contramão dos países desenvolvidos vitimados pela crise financeira iniciada em 2008 e que usaram os mecanismos tradicionais de política neoliberal - desemprego e redução de salário e de direitos trabalhistas - para combatê-la.

em todo o período Lula-dilma, até maio de 2014, o País gerou 20,4 milhões de novos empregos. enquanto, em todo o mundo, a crise eliminou 60 milhões de empregos, de 2008 até hoje, no Brasil 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram criados. no governo dilma, até maio de 2014, foram gerados 5,05 milhões de empregos formais. desde 2003, a taxa de desemprego declinou até chegar a 4,9% em abril de 2014, considerada uma situação de **pleno emprego**. de 2003 até hoje, a

renda do trabalhador cresceu 70% acima da inflação. outro marco histórico dos governos do PT e de seus aliados. no campo, 771 mil famílias tiveram acesso à terra por meio da reforma agrária, com acesso a crédito fundiário. entre 2003 e 2013, 51 milhões de hectares foram incorporados pelo programa de reforma

agrária. Fizemos da inclusão social um fator de dinamização da economia brasileira e os

resultados são extraordinários: mais emprego, mais renda, mais futuro para todos os brasileiros. **u m**

caminho que

não possui retorno e não admite recomeço, somente mais avanços, mais mudanças.



no novo Brasil que estamos construindo desde 2003, a democratização do acesso à educação de qualidade tem uma dupla função. Por um lado, permite moldar uma nação democrática e soberana, fundada na disseminação do conhecimento e da cidadania, o que deve assegurar a perenidade da erradicação da miséria e da pobreza. e, por outro, permite preparar o país para o grande desafio de fundar e científica e, portanto, a economia do conhecimento.



a decisão de dar centralidade ao combate a pobreza e a miséria, e de fazer política econômica sem seu crescimento na criação de tecnologia e na inovação, ou seja, privilegiando a formação educacional

e científica e, portanto, a economia do conhecimento.

★

**o reconhecimento do direito à cidadania foi fortemente
alicerçado na democratização do acesso à educação.**

este papel central da educação foi reconhecido, nos últimos 12 anos, na ampliação do orçamento federal do setor, que passou de R\$ 18 bilhões, em 2002, para R\$ 112 bilhões, em 2014, um crescimento real de 223%. Foi reafirmado com a criação do FUNDEB, em 2006, aumentando o apoio concedido a estados e municípios para que ofereçam educação de qualidade em seus territórios.

no governo Dilma, pela primeira vez, o governo federal estabeleceu uma política de construção de creches. além disso, reduziu de sete para seis anos a obrigatoriedade do início da escolarização. a partir de 2016, a idade cairá de seis para quatro anos.

os municípios passaram a ser apoiados no processo de expansão de vagas para a educação infantil.

no governo Lula, foi contratada a construção de 2.543 creches e, no governo Dilma, até maio de 2014, mais 6.036 creches tiveram recursos autorizados pelo governo federal. nossa tarefa é garantir a todas as nossas crianças, desde cedo, os estímulos pedagógicos e cuidados de qualidade tão necessários à sua formação.

a expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas tornou-se prioridade para o governo federal. antes do governo Lula, praticamente não havia apoio aos estados e municípios para oferecer atividades pedagógicas no contraturno escolar. ao final do governo Lula, 10 mil escolas já ofereciam educação em tempo integral. no governo Dilma já são 49 mil escolas em tempo integral.

os governos Lula e Dilma removeram a inaceitável restrição herdada dos governos anteriores, que impedia a expansão da rede federal de escolas técnicas. Que impedia, enfim, de levar oportunidades de formação técnica e profissional a jovens de todo o país. no governo Lula, foram criadas 214 novas escolas da rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica. no governo Dilma, foram



mais 208 escolas. em apenas 12 anos, a rede de educação profissional federal saltou de 140 escolas em 119 municípios para 562 em 507 municípios.

a esse esforço de expansão da rede federal de escolas técnicas, somou-se o PronaTeC, o maior programa de formação profissional da história do Brasil, criado no governo Dilma. até o final de 2014, serão 8 milhões de vagas para jovens e trabalhadores em cursos técnicos e de qualificação profissional, feito em parceria com o sistema S – SenaI, SenaC, Senar e SenaT.

no governo Dilma, ampliou-se fortemente a oportunidade de chegar à universidade. além de oportunidades reais de entrada na rede pública de ensino superior, o estudante também pode ter acesso, a partir do Enem, a um caminho de oportunidades também na rede privada, seja por meio do ProUni ou do FIES. desde 2010, foram firmados mais de 1,6 milhões de contratos de financiamento no ensino superior.

a grande transformação que os governos do PT e de seus aliados vêm promovendo no ensino expressa-se, também, na duplicação do número de matrículas nas universidades brasileiras entre 2002 e 2013.

expressa-se na adoção da lei de cotas nas universidades públicas e nos 3 milhões de estudantes que tiveram oportunidade de fazer um curso superior graças ao ProUni e ao FIES. expressa-se também nas 18 novas universidades federais e 173 campi criados nos últimos 12 anos.

expressa-se na afirmação do Enem como critério nacional de acesso ao ensino técnico e superior, reconhecido pelos 9,5 milhões de brasileiras e brasileiros que se inscreveram para o exame em 2014.

ou ainda no fortalecimento, a cada ano, do SISU como processo seletivo nacional para nossas universidades, baseado na nota do Enem.

e também no Ciência sem Fronteiras, criado no governo da Presidenta Dilma, para oferecer bolsas



de estudo nas melhores universidades do exterior para os melhores estudantes brasileiros das áreas tecnológicas, de engenharia, exatas e biomédicas. até o final de 2014, 101 mil bolsas serão concedidas.

São políticas amplas e diferenciadas, mas com um propósito único: construir um caminho de oportunidades para os jovens brasileiros. este é o diferencial dos governos do PT, a semente da grande mudança do Brasil: os brasileiros sempre quiseram avançar, sempre se esforçaram, sempre buscaram novas oportunidades. Com os governos do PT, o estado brasileiro assumiu a tarefa de garantir essas oportunidades para todos, em todo o País. **tornamos o estado Brasileiro parceiro**

de nossa

população na construção de um futuro mais promissor com Base no acesso à educação.

a melhoria das condições de saúde do povo brasileiro, nos últimos anos, explica-se tanto pela expansão das ações e serviços garantidos pelo SUS como pelo crescimento econômico, pela implementação de políticas sociais de combate à pobreza, e pelo aumento do acesso a esgoto e água tratada durante os governos Lula e Dilma.

o impacto sobre os indicadores de saúde no período é bastante expressivo. **o Brasil é um dos**

países que mais reduziu a mortalidade infantil no mundo, segundo a

UnICEF.

Para garantir acesso, com qualidade, aos serviços e ações de Saúde, os governos Lula e Dilma, em parceria com estados e municípios, implantaram importantes políticas. Com o mais médicos, garantimos melhoria na atenção à saúde para 50 milhões de pessoas, em 3.800 municípios. o Programa aqui Tem Farmácia Popular atende a mais de 6,8 milhões de pessoas/mês e o SamU atende 73% da população brasileira. atualmente, 80 milhões de pessoas têm acesso à atenção de saúde bucal pelo Programa



de estudo nas melhores universidades do exterior para os melhores estudantes brasileiros das áreas Brasil
Sorridente. o governo federal tem apoiado os municípios na construção, ampliação e reforma



de equipamentos de saúde, como as mais de mil Unidades de Pronto atendimento-UPa e os mais de 26 mil Postos de Saúde.

os governos Lula e Dilma não se furtaram, um só momento, de enfrentar o desafio de garantir segurança à população brasileira. nos últimos 12 anos, a palavra-chave das principais políticas na área de Segurança Pública tem sido a integração com os governos estaduais. o governo federal tem procurado estabelecer parcerias para fortalecer e complementar as ações estaduais, além de ter aprimorado sua atuação nas áreas de fronteira.

o Plano estratégico de Fronteiras, em parceria com as forças estaduais de segurança, tem garantido um controle mais efetivo das nossas fronteiras. evitamos, com o enfrentamento ao tráfico de drogas e armas, o fortalecimento do crime organizado em todo o país.

o sistema prisional brasileiro está entre as prioridades na área de segurança pública. o Programa de apoio ao Sistema Prisional destinou, no governo Dilma, R\$ 1,1 bilhão para que os estados possam ampliar e construir unidades prisionais, gerando 47.419 novas vagas.

a Força Nacional de Segurança Pública ampliou sua ação, cumprindo papel decisivo no apoio ao combate à violência nos estados. desde 2011, a Força atuou em 78 operações em 22 estados, nos mais diferentes tipos de situação.

o fortalecimento das Polícias Federal e Rodoviária Federal teve sequência, com investimentos em recursos humanos e inteligência, com adoção de ferramentas de alta tecnologia. a Polícia Federal dispôs, no governo Dilma, de total autonomia para conduzir seus processos investigativos.

os governos do PT e de seus aliados inauguraram um novo federalismo, uma nova relação entre



o governo federal, os estados e municípios, baseado numa relação republicana de cooperação e parceria. num país de dimensões continentais, o fortalecimento do municipalismo foi determinante para a gestão eficiente de infraestrutura urbana e rural, principalmente em áreas de forte impacto social e na saúde pública, como saneamento, e moradia, como o Programa minha Casa minha vida e o minha Casa minha vida rural. destaca-se a distribuição a todas as prefeituras, de até 50 mil habitantes, de um kit máquinas composto por uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão caçamba. Para os municípios do semi-árido, este kit foi acrescido de uma pá carregadeira e um caminhão pipa.

as mudanças que os governos do PT promoveram na sociedade brasileira trouxeram mais desejo

de mudanças, agora em outro patamar, ainda mais elevado. **o desejo de mudar passa**

pela consolidação das conquistas já obtidas, e pela garantia de ainda

mais

conquistas.





Um novo ciclo histórico

Construir um novo ciclo de transformações significa transpor o degrau que hoje separa o Brasil do mundo desenvolvido, isso apenas pouco mais de uma década depois de termos iniciado, e estarmos vencendo, a batalha contra a miséria e a desigualdade.

o Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido.

Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de país desenvolvido e justo, uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, de cuidar da sua saúde, ter casa para morar, condições dignas de viver nas cidades e no campo. Um país onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao mercado de consumo; à dignidade, à igualdade de condições, independentemente de sua raça, credo ou cor.

É isso o que diz nossa Constituição, e é assim que deve ser uma verdadeira democracia.

quando saímos da longa noite da ditadura, somos brasileiros

“nunca mais”! agora, após mais de uma década de grandes tr

ansformações em nosso país, é hora de afirmarmos “nunca

menos”!



estamos lançando **um novo ciclo histórico de prosperidade, oportunidades e de mudanças.**

Um dos alicerces deste novo ciclo é o **fortalecimento de uma política macroe**

conômica sólida, insusceptível ao choque da inflação e que pr

oporcione um crescimento

e econômico e social robusto e sustentável. Crescimento econômico estimulado

pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico

sólido e dinâmico, e que ocorra sem obstáculos, graças à expansão dos investimentos em

infraestrutura. Prosperidade social que seja acompanhada pela geração de oportunidades para todos,

por meio dos programas de inclusão dos historicamente excluídos e da educação para elevar a

formação e a qualificação científica e técnica de nosso povo.

outro alicerce é nosso **compromisso com o Brasil produtivo.** as nossas

políticas Industrial, Científica, Tecnológica e agrícola vão atuar para reduzir os custos de

investimento e produção, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos

e melhorando o ambiente de negócios do país.

Incentivaremos o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia, que impõe um alto custo

para as empresas. Simplificar será uma diretriz para a relação do estado com as empresas. vamos

informatizar, criar cadastro único e diminuir o volume de documentos e registros demandados do

cidadão. vamos construir um estado cada vez mais eficiente, transparente e moderno.

vamos promover novos aprimoramentos na legislação para progressivamente universalizar a cobertura

do Simples nacional e concluiremos esse processo com a implantação da redeSIM.

o empreendedorismo continuará ganhando imenso apoio no segundo mandato da Presidenta Dilma.



Haverá mais recursos para o CreSCer e novos estímulos para sua expansão no território nacional.

Será incentivada a ampliação da presença de micro e pequenos empreendedores nos cursos, em especial de gestão, na segunda fase do PronaTeC. além disso, vamos estimular cada vez mais a participação desses empreendedores nas compras públicas, fortalecendo os pequenos negócios.

modernizaremos nosso parque industrial para assegurar o aumento da produtividade e da competitividade de nossa economia, fundamental para uma inserção ativa do Brasil no cenário externo e para a ampliação das oportunidades de negócios para as empresas brasileiras.

Para este propósito, continuaremos adotando programas de desenvolvimento da cadeia de fornecedores e de exigência de conteúdo local. estimularemos a modernização do parque fabril. avançaremos na desburocratização de processos e procedimentos nos negócios, incluindo ampla simplificação tributária, e na redução de custos financeiros e de insumos. Investiremos na formação educacional de nossa mão-de-obra. a combinação desses instrumentos deverá resultar em relevante incremento na produtividade industrial brasileira.

a implantação das **plataformas do conhecimento** será uma das estratégias para acelerar a geração de inovação no Brasil. elas preveem a criação de um ecossistema de inovação, no qual a interação entre cientistas, instituições de pesquisa e empresas permitirá, para áreas estratégicas ao desenvolvimento, permitirá acelerar a produção de conhecimento e sua transformação em produtos e processos inovadores, fundamental para o crescimento de competitividade de nossa economia.

Para assegurar **maior efetividade da política ambiental**, fortaleceremos a coordenação intergovernamental, em âmbito nacional, de modo a somar os esforços da União àqueles



e municípios, em especial nas áreas de licenciamento ambiental, recursos hídricos, mudança climática e florestas. as três instâncias de governo são protagonistas da política ambiental do país e a sinergia entre elas é fundamental para a qualificação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo. aprofundaremos o processo de **m odernização do licenciamento am B iental** em curso com a regulamentação da Lei Complementar 140. a **se gur ança hídrica** será tratada com prioridade, mobilizando ações compartilhadas e concatenadas das três esferas de governo para que as necessidades múltiplas de uso da água – consumo humano, irrigação, hidroelétricas, pecuária e outros – sejam levadas em conta de forma racional e sustentável.

manteremos nosso compromisso com a **redução de** **emissões**. Para isto, daremos continuidade ao combate do desmatamento, em especial **na amazônia**, e aceleraremos a implementação dos planos setoriais previstos no Plano nacional de mudança Climática. o Brasil se engajará fortemente nas **ne gociaç ões climática s intern acionais** que terão lugar em 2015, para que seus interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais.

aceleraremos a implementação do **c ada s tr o a m B iental r ur al** – peça fundamental do novo Código Florestal –, que envolve a integração entre **o governo Federal e as administrações estaduais**. nosso compromisso é apoiar todos os proprietários **rurais** para que, no prazo definido por lei, tenham a situação de suas propriedades regularizada.

Fortaleceremos a reestruturação produtiva em direção à **e c ono mia de B aixo car B ono e** a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas populações tradicionais que ocupam **regiões importantes** do ponto de vista da biodiversidade.



o novo ciclo de desenvolvimento proposto para o segundo mandato da presidenta Dilma deverá ser lastreado pela educação. Depois de um período prolongado de democratização do acesso a todos os níveis de ensino, inclusive o técnico e o universitário, chega-se agora à etapa de **transfor**
mação da qualidade do ensino.

a proposta de investir fortemente na qualidade da educação e, ao mesmo tempo, ampliar cada vez mais o acesso ao ensino, em todos os níveis – desde as necessárias creches até os cursos mais especializados –, manterá esse setor da vida pública como **o responsável pelo êxito das metas**

de várias outras áreas da administração pública. Vai dar solidez à

posição social dos brasileiros que subiram na escala social e estão hoje em posição melhor que a de

origem. Continuará a dar chances de ascensão àqueles que ainda permanecem pobres e vai garantir mão de obra na quantidade e qualidade necessárias para sustentar o crescimento do país. Cada vez mais, deverá ser ampliada a produção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação necessárias para que o Brasil ingresse efetivamente numa sociedade do conhecimento.

Para essa grande transformação na realidade educacional do Brasil, o governo tomou a iniciativa de destinar os recursos originários da exploração do petróleo, no pré e no pós-sal, para as ações nessa área.

No novo governo de Dilma, estarão gradativamente disponíveis para a educação 75% dos royalties do petróleo e 50% dos excedentes em óleo do pré-sal.

Somados ao orçamento da educação, que teve considerável aumento em doze anos, os recursos provenientes da comercialização do petróleo oriundo do pré-sal vão tornar realidade o Plano nacional de educação (Pne), que o governo Dilma aprovou sem vetos.



vamos continuar ampliando o atendimento em creches para **universalizar a educação infantil**

de 4 a 5 anos até 2016. vamos continuar ampliando e qualificando a **rede de**

educação em tempo integral, de forma que ela atinja até 20% da rede pública, até

2018. vamos garantir, com o PronaTeC, a formação plena da juventude brasileira, com acesso

ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de um **pacto nacional pela m**

elhoria de qualidade do ensino médio, até 2016. vamos conceder, no período 2015-

2018, mais 100 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras. vamos fazer uma mudança curricular e na gestão

das escolas. vamos enfrentar o desafio de valorizar o professor, com melhores salários e melhor

formação.

a política de mudança na qualidade do **emprego** também terá forte apoio da educação. a criação

de mais 12 milhões de vagas para cursos técnicos até 2015, na segunda fase do Pronatec-2, opera no

sentido de qualificar trabalhadores.

neste novo ciclo histórico, realizaremos as reformas fundamentais para que o nosso país se torne

desenvolvido e mais justo. reformas que só se tornaram possíveis depois desses 12 anos de crescimento

econômico com distribuição de renda e inclusão social.

Para nós é urgente e necessária uma ampla e profunda **reforma política** cujo objetivo é

resolver as distorções do nosso sistema representativo. Para assegurá-la será imprescindível a

participação popular, por meio de um plebiscito que defina a posição majoritária sobre os principais

temas. Para nós, valores e representatividade são temas que, aliados ao combate sem tréguas à

corrupção, devem fazer parte da urgente transformação do sistema político e eleitoral brasileiro.

Sem dúvida, melhorar a representatividade política, aprimorar o sistema eleitoral, tornar a política mais



transparente são as respostas mais evidentes que podemos dar a essa questão. Precisamos oxigenar o nosso sistema eleitoral, definindo regras claras de financiamento. o cidadão deve ter mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes bem como mais espaços para participar das decisões do governo em todos os níveis. mais ética, mais democracia, mais oportunidade de participar e ser ouvido. este é um dos clamores de todos os cidadãos no Brasil e também pelo mundo a fora.

essa nova etapa de mudanças institucionais reforça as implementadas nos outros três mandatos de governos do PT e de seus aliados : a criação na sua configuração atual da Controladoria geral da União – CgU; a criação do Portal da Transparência, que facilita o acompanhamento de políticas públicas pela sociedade; a afirmação da Polícia federal como uma polícia de estado, autônoma e republicana, que não persegue inimigos ou protege amigos; a edição da Lei de acesso à informação; a institucionalização de um organismo com o objetivo de traçar políticas e formular propostas unificadas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, - a estratégia nacional de Combate a Corrupção e Lavagem de dinheiro – enCCLa; a nomeação de Procuradores da república que garantiram, de fato, a plena autonomia funcional ao ministério Público Federal; a instituição da Comissão da verdade, que exerce o papel histórico de resgatar a memória dos brasileiros que lutaram contra a ditadura militar.

no segundo governo dilma vamos ampliar as medidas já tomadas ao longo destes anos. devemos propiciar a criação de mecanismos que transfiram estas conquistas institucionais também para o âmbito de estados e municípios. Por meio do governo digital, vamos utilizar cada vez mais a internet para que o cidadão acompanhe, com facilidade e transparência, a destinação dos recursos públicos.

Combater a impunidade de corruptores e corruptos, por meio de mudanças na nossa legislação,



especialmente por meio de uma reforma de nosso processo penal, é uma meta que teremos forte empenho em cumprir. estruturar ainda mais e ampliar a eficiência dos órgãos públicos que têm por competência o enfrentamento e a investigação da improbidade e o desvio de recursos é um compromisso que continuaremos a manter permanentemente com a sociedade brasileira, independentemente dos interesses políticos e econômicos que possam vir a ser afetados.

Para mudar ainda mais o Brasil, propomos enfrentar o desafio da realização de uma **reforma federativa** que defina melhor as atribuições dos entes federados – União, estados e municípios. essa reforma é necessária para conferir maior agilidade e qualidade aos serviços públicos prestados hoje, em especial para aqueles sob responsabilidade de mais de um dos entes federados. Buscaremos a construção de uma federação mais cooperativa, evitando a sobreposição de funções que possa retardar, encarecer e retalhar programas de atenção à população.

a reforma federativa e a reforma dos serviços públicos são complementares e se confundem. Precisam ser realizadas juntas, para aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, maximizar os seus efeitos e reduzir a relação entre o custo e o benefício dos serviços.

no âmbito desta reforma, caberá enfrentar o debate sobre a estrutura tributária nacional tão importante para os rumos de nosso desenvolvimento.

a **reforma urbana** pretende melhorar a qualidade de vida da população urbana, que hoje representa 81% dos brasileiros. essa reforma enfrentará o desafio de equacionar o déficit habitacional, a questão da mobilidade urbana, do saneamento e da segurança pública. Para continuar ampliando o mCmv, precisamos garantir a oferta, nas grandes cidades, dos espaços necessários para a construção



da casa própria. os investimentos em mobilidade urbana buscarão assegurar transporte público rápido, seguro e eficiente. vamos perseguir a **universalização do saneamento básico**,

com destaque para a universalização do abastecimento da água tratada e a expansão em todo o território nacional do esgotamento sanitário e do seu tratamento.

na **segurança pública**, a política do governo Dilma será ampliar a presença do estado em territórios vulneráveis, por meio do incentivo à adesão dos estados ao Programa Brasil Seguro e ao Programa Crack, é possível vencer. está prevista também a criação da academia nacional de Segurança Pública, para formação conjunta das polícias, formulação e difusão de procedimentos operacionais padronizados e formação de analistas. Fortaleceremos ainda mais as ações de combate às organizações criminosas e à lavagem de dinheiro e as ações de controle das fronteiras. daremos continuidade ao processo da integração das instituições de segurança pública no País.

o segundo governo Dilma buscará também promover um **novo ciclo de avanços institucionais**, destinado a eliminar os gargalos historicamente impostos às formas de representação política e ao acesso democrático a direitos de toda a população. **ampliar a democracia política** é um objetivo que anda junto com o compromisso de aumentar cada vez mais a democracia econômica – a distribuição de renda e a eliminação da pobreza.

além das medidas que serão tomadas de aprofundamento da democracia, soma-se o **sistema nacional de participação popular**, que terá a função de consolidar as formas de participação colocadas em prática nos governos Lula e Dilma e institucionalizá-las. a proposta é transformar a participação popular em uma cultura de gestão e as novas tecnologias permitem ampliar e estimular o debate



da população. as instâncias de participação não são conflitantes com as atribuições do Poder Legislativo.

elas são espaços de debate que não interferem com nenhuma das atribuições institucionais dos poderes

da república. São importantes porque o Brasil precisa sempre de mais, e nunca menos democracia.

ainda no elenco de desafios institucionais, a luta pelos **direitos hu manos** se mantém, sempre,

como prioridade, até que não existam mais brasileiros tratados de forma vil ou degradante, ou

discriminados por raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero.

mais empoderamento, autonomia e violência zero serão as diretrizes das nossas políticas para as

mulheres no próximo período da Presidenta Dilma. a implementação da Casa da mulher Brasileira será

decisiva para este objetivo, assim como as medidas de promoção da igualdade.

a luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão a ser tarefas prioritárias do

nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, sancionada

em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela lei de cotas nas universidades

públicas. de especial importância para o futuro de nosso Brasil é o enfrentamento da violência contra

jovens negros e para isso fortaleceremos e ampliaremos o Programa Juventude viva.

a continuidade da implementação do viver sem Limite irá garantir igualdade de oportunidades aos

brasileiros e brasileiras com deficiência, com ações de acesso à educação, atenção à saúde, inclusão

social e acessibilidade.

na área de **infraestrutura**, aos enormes avanços obtidos a partir de 2003, a candidata Dilma

propõe ao país outro salto de qualidade, necessário para que o país consolide o seu desenvolvimento e

consiga interiorizá-lo – ou seja, atuar para reduzir radicalmente e estruturalmente as desigualdades

regionais.



Será necessário dar prioridade aos modais ferroviários, hidroviários e à navegação de cabotagem, reduzindo os gargalos existentes e implantando novas redes logísticas em eixos nacionais e regionais para o escoamento da produção e a circulação de pessoas. ao mesmo tempo devemos dar continuidade ao processo de modernização e ampliação da capacidade das rodovias, dos portos e aeroportos. Implementaremos também novas medidas institucionais que potencializem ainda mais o investimento público-privado. Seguiremos aprimorando os modelos de regulação, estimulando o mercado privado de crédito de longo prazo e o desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto.

no setor de **energia**, o Brasil continuará o processo de expansão do seu parque gerador e transmissor para garantir a segurança do suprimento e a modicidade tarifária. essa expansão ocorrerá de forma a manter a qualidade de nossa matriz energética, baseada em hidroelétricas e termoeletricas, fontes renováveis limpas e de baixa emissão de carbono, e complementada por fontes alternativas, como a eólica, a solar e a originária da biomassa. Terá sequência prioritária a ampliação e modernização do parque instalado de transmissão de energia.

vamos promover a **universalização do acesso a um serviço de internet**

barato, rápido e seguro. Para isso, será necessária a expansão da infraestrutura de fibras óticas e equipamentos de última geração, bem como o uso da Internet como ferramenta de educação, lazer e instrumento de participação popular, em especial nas decisões do governo. vamos continuar implementando o marco Civil da internet, que é um dos mais avançados do mundo. nosso marco Civil dá aos usuários garantias fundamentais como a liberdade de expressão, o respeito aos direitos humanos e à privacidade do



cidadãos, assegurando a neutralidade da rede frente a interesses comerciais ou de qualquer espécie.

o objetivo do marco Civil é fazer com que a Internet continue sendo um espaço aberto à liberdade de expressão, à inovação e ao desenvolvimento social e econômico.

daremos continuidade ao esforço de investimento em **segurança hídrica** para avançar ainda mais na garantia de oferta de água com qualidade e regularidade em regiões historicamente carentes desse recurso. Será também dedicado todo empenho ao desenvolvimento da tecnologia necessária para levar o Programa Luz para Todos para localidades isoladas, com meta de 137 mil ligações entre 2015 e 2018. neste novo ciclo, avançaremos a partir de uma conquista extraordinária – a superação da extrema pobreza no Brasil.

Persistiremos, no segundo mandato da Presidenta Dilma, guiando nossas ações pelo compromisso de que “o fim da miséria é só um começo”. vamos perseguir metas ainda mais ousadas, para consolidar e ampliar os ganhos obtidos. Queremos garantir que as famílias tiradas da extrema pobreza não voltem a ela. Que superem também a pobreza, como milhões já têm feito, melhorando suas condições de vida e encontrando um país de oportunidades para todos!

Sabemos que dar oportunidade real implica em ajudar a quebrar as barreiras de acesso geradas por séculos de exclusão. Por isto, ampliaremos o conceito de BUSCa aTiva.

É com essa diretriz que o segundo governo Dilma vai continuar incluindo as famílias mais pobres nos programas sociais. Por este conceito - o estado vai aonde os pobres estão -, tão bem sucedido no primeiro mandato da Presidenta Dilma, será consolidada nessa próxima fase uma das faces necessárias de uma efetiva reforma do estado, colocando-o a serviço dos que mais precisam.



o projeto para **mudar o patamar de qualidade e a amplitude de atendimento dos**

serviços de saúde prevê, no segundo mandato da presidenta: a expansão do Programa mais médicos; a ampliação da rede de Unidades de Pronto atendimento (UPAs) destinadas ao atendimento de emergências de baixa e média gravidade; a extensão das redes de atendimento especializado, com a qualificação dos serviços hospitalares; o fortalecimento e a universalização do SamU e a ampliação do acesso da população a medicamentos.

a melhoria no atendimento e o aumento da rede de saúde exigirão uma **rediscussão federativa**, que terá o poder de evitar superposição de investimentos e de planejar com mais eficiência a distribuição dos serviços de saúde públicos.

o sistema único de saúde (sus) é, hoje, a maior rede de saúde pública do mundo,

e tem cumprido um importante papel na universalização do acesso. reafirmamos nosso compromisso com seu contínuo fortalecimento e aprimoramento, necessário devido a seu tamanho, à extensão dos serviços envolvidos e às sobreposições de atribuições entre os entes federativos.

os governos do PT investiram muito em esporte e cultura, implementando políticas que se tornaram instrumentos de inclusão social e desenvolvimento econômico. Pela primeira vez a cultura e o esporte foram concebidos como programas de estado, fomentando o mercado de trabalho e as potencialidades do nosso povo.

no segundo governo Dilma, avançaremos ainda mais na Cultura e no esporte, aprofundando os programas já estruturados e desenvolvidos em parcerias com os municípios, estados e sociedade civil. o Sistema nacional de Cultura continuará sendo fortalecido, assim como todas as políticas públicas integradas



decorrentes da sua criação. a adoção de medidas para a aceleração da implantação do vale Cultura ajudará a criar uma nova geração de consumidores culturais, favorecendo e estimulando a produção nacional. a implantação e o fortalecimento do apoio aos Centros de artes e esportes Unificados e aos Pontos de Cultura propiciarão espaços comunitários para a expressão cultural plena dos cidadãos. Com o Brasil de Todas as Telas, vamos fortalecer ainda mais a indústria audiovisual brasileira. vale destacar o fortalecimento dos programas em parceria com a educação para que a cultura seja um potente instrumento de inclusão social e desenvolvimento da cidadania.

o esporte cada vez mais tem se tornado uma política pública com potencial para gerar riquezas, empregos e com muita capacidade de mobilizar nossas crianças, adolescentes e jovens como caminho complementar na construção de oportunidades. desenvolver um sistema nacional de esportes que integre as políticas públicas entre os entes federados é prioridade. É urgente modernizar a organização e as relações do futebol, por exemplo, nosso esporte mais popular.

a organização e a realização da Copa do mundo demonstram que o Brasil está preparado para sediar grandes eventos esportivos, culturais, de integração econômica, ou qualquer outra atividade de mobilização internacional. a Copa das Copas antecipou investimentos urbanos, modernizou nossa infraestrutura esportiva, gerou investimentos em aeroportos e receptivos para o turismo. a realização da Copa do mundo no Brasil é a vitória política de um país que tem vencido a crise econômica internacional com geração de empregos e distribuição de renda, é a vitória de um país que hoje é respeitado internacionalmente, é vitória da confiança na capacidade do povo brasileiro e a derrota do pessimismo. em 2016, sediaremos as olimpíadas, evento que fará com que, mais uma vez, os olhos do mundo se



voltem para o Brasil. na área de esportes, este será, certamente, o maior desafio nos próximos anos. além dos investimentos na organização dos Jogos e na infraestrutura de equipamentos olímpicos, assumimos, em parceria com o Comitê olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, o desafio de proporcionar condições para que o Brasil figure, em 2016, entre os dez primeiros colocados nos Jogos olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para isto, estamos implementando o Plano Brasil medalhas 2016 que, com investimentos de r\$ 1 bilhão, estimulará 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016.

garantir a plena execução do Plano Brasil medalhas será uma de nossas prioridades no próximo mandato. Também daremos continuidade aos investimentos para construção dos Centros de Formação olímpica em todo o Brasil, inclusive o Centro Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, que será referência para a América Latina e garantirá a nossos atletas paraolímpicos uma infraestrutura de preparação à altura da sua excelência.

daremos continuidade ao Bolsa atleta, auxílio financeiro que permite a nossos jovens atletas se dedicarem com afinco à sua formação e aprimoramento técnico. avançaremos também na construção de 285 unidades dos Centros de Iniciação ao esporte (CIE) em 163 municípios de todos os estados e no distrito Federal. estes centros propiciarão infraestrutura adequada ao surgimento dos futuros talentos esportivos brasileiros, e elevarão a um novo patamar as condições e a estrutura para a prática dos mais diversos esportes em nosso País.

Junto à reconstrução das políticas econômicas e sociais, os governos Lula e Dilma tiveram de realizar uma profunda mudança na presença do Brasil no mundo. o segundo governo Dilma dará continuidade



a esse processo, em sintonia com as transformações pelas quais vem passando a cena internacional. a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe se traduzirá no empenho em fortalecer o merCoSUL, a UnaSUL e a Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CeLaC), sem discriminação de ordem ideológica. o Brasil buscará antes de tudo a integração da região, por meio do fomento do comércio e da integração produtiva. Para tanto, dará ênfase especial à integração financeira e de suas infraestruturas física e energética. as transformações econômicas, sociais e políticas dos últimos anos em nosso continente habilitam a região a ser um importante ator no mundo multipolar que hoje se está desenhando.

da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos - - a China é nosso principal parceiro comercial - e com o mundo árabe. a importância dada aos países do SUL do mundo, que têm expressão concreta nos BRICS, não significa desconsiderar os países desenvolvidos.

Bem ao contrário, é de grande relevância nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. Critério semelhante é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão.

nossa presença no mundo será marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela luta pela paz e pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos direitos humanos, pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio-ambiente e pelo multilateralismo. Queremos construir igualmente mecanismos que protejam todas as formas de comunicação - a internet, em particular - assegurando a privacidade da cidadania, das empresas e dos governos.

a prioridade que conferimos a uma visão multilateral do mundo nos conduz e conduzirá a lutar pela reforma



entre outros, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

a política externa tem sido e continuará sendo mais do que um instrumento de projeção do Brasil no mundo. Trata-se de um elemento **fundamental** de esse projeto sintonia de nação. esse processo, em com as transformações pelas quais vem passando a cena internacional.

o segundo governo Dilma vai ter uma grande oportunidade: a de completar um segundo ciclo de mudanças, findo o qual o Brasil terá produzido uma ruptura sem volta à estrutura tradicional da sociedade brasileira, a um passado cujas bases foram assentadas em desigualdade, crescimento econômico condicionado aos interesses das elites tradicionais – e fundamentalmente excludente – e uma indiferença enorme em relação a uma situação até então imutável de miséria que vitimou adultos e crianças ao longo de séculos. Há doze anos, o PT propôs à sociedade um novo Brasil, mais justo, mais humano e mais desenvolvido. agora,

a Presidenta Dilma disputa mais um mandato, com a certeza de que pode mudar em definitivo a história do Brasil.

no novo patamar proposto para um Brasil que já se renovou muito, vamos criar as condições para que o país deixe para trás esse passado de desigualdades e exclusões e cuide, com paixão e desvelo, das crianças, jovens e adultos, para que todos vivam num país cheio de oportunidades. Para tornar-se, enfim, um país desenvolvido.

